

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA  
INSTITUTO DE FILOSOFIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA

LORENA SILVA OLIVEIRA

**RACISMO DE ESTADO E SUAS VIAS PARA FAZER MORRER**

UBERLÂNDIA-MG  
2018

LORENA SILVA OLIVEIRA

## **RACISMO DE ESTADO E SUAS VIAS PARA FAZER MORRER**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Filosofia da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Filosofia.

Área de concentração: Ética e Política.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup>. Georgia Cristina Amitrano.

UBERLÂNDIA-MG  
2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

---

O48r  
2018      Oliveira, Lorena Silva, 1991-  
            Racismo de Estado e suas vias para fazer morrer / Lorena Silva  
            Oliveira. - 2018.  
            111 f.

            Orientador: Georgia Cristina Amitrano.  
            Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia,  
Programa de Pós-Graduação em Filosofia.  
            Disponível em: <http://dx.doi.org/10.14393/ufu.di.2018.401>  
            Inclui bibliografia.

            1. Filosofia - Teses. 2. Biopolítica - Teses. 3. Racismo de Estado -  
Teses. 4. Necropolítica - Teses. I. Amitrano, Georgia Cristina. II.  
Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em  
Filosofia. III. Título.

---

CDU: 1

LORENA SILVA OLIVEIRA

**RACISMO DE ESTADO E SUAS VIAS PARA FAZER MORRER**

Dissertação de mestrado aprovada para a obtenção do título de Mestre no Programa de Pós-Graduação em Filosofia do Instituto de Filosofia da Universidade Federal de Uberlândia (PPFIL/IFILO/UFU), pela banca examinadora formada por:

Uberlândia, 16 de março de 2018.

Prof. Dr. Selmo Haroldo de Resende  
Universidade Federal de Uberlândia/UFU

Prof. Dr. Wanderson Flor do Nascimento  
Universidade de Brasília/UNB

Prof. Dr. Rafael Haddock Lobo  
Universidade Federal do Rio de Janeiro/UFRJ

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Georgia Cristina Amitrano (Orientadora)  
Universidade Federal de Uberlândia/UFU

UUBERLÂNDIA- MG  
2018



## AGRADECIMENTOS

À Deus e a espiritualidade que me guia e orienta;

Aos meus pais pela confiança e compreensão pelos dias ausentes;

Ao Núcleo de Estudos Afro-brasileiros que me possibilitou Ser;

Ao Professor Guimes e meu amigo/irmão João Gabriel que são minhas inspirações;

À Professora Georgia que aceitou o desafio de trazer a análise do *racismo* para arena filosófica;

Aos funcionários do Instituto de Filosofia, em especial ao Ciro, a Sandra e Andréa pelo cuidado, atenção e amizade;

À Professora Maria Socorro Ramos Militão que desde o começo da minha vida acadêmica está ao meu lado e é o *meu anjo*;

Ao Prof. Dr. Haroldo por ter entrado na minha vida, possibilitado conhecer Michel Foucault, ser tão especial para minha formação e ter aceitado participar da minha banca;

A todos meus amigos que atravessam meus dias e me proporcionam *bons encontros*: Pablo, William, Sara Sumiê, Bianca, Régis, Prof. Cintia, Pollyanna Fabrini, Maria Laura, Andreia de Jesus;

Ao Prof. Dr. Wanderson, que tanto admiro, por ter aceitado o convite para participar desta banca;

Ao Prof. Dr. Rafael Haddock Lobo pelo carinho e disposição em aceitar o convite para participar desta banca, momento tão especial da minha vida;

A tod@s professores/ras que tive durante a minha vida. Sem eles eu não chegaria aqui;

À CAPES, pelo indispensável apoio a esta pesquisa.

Às vezes eu temo escrever.  
A escrita se transforma em medo,  
Para que eu não possa escapar de tantas  
Construções coloniais.  
Nesse mundo,  
Eu sou vista como um corpo que  
Não pode produzir conhecimento,  
Como um corpo fora do lugar.  
Eu sei que, enquanto escrevo,  
Cada palavra escolhida por mim  
Será examinada,  
E, Provavelmente, deslegitimada.  
Então, por que eu escrevo?  
Eu tenho que fazê-lo  
Eu estou incrustada numa história  
De silêncios impostos,  
De vozes torturadas,  
De línguas interrompidas por  
Idiomas forçados e  
Interrompidas falas.  
Estou rodeada por  
Espaços brancos  
Onde, dificilmente, eu posso adentrar e permanecer.  
Então, por que eu escrevo?  
Escrevo, quase como uma obrigação,  
Para encontrar a mim mesma.  
Enquanto eu escrevo  
Eu não sou o Outro  
Mas a própria voz  
Não o objeto,  
Mas o sujeito.  
Torno-me aquela que descreve  
E não a que é descrita  
Eu me torno autora,  
E a autoridade  
Em minha própria história  
Eu me torno a oposição absoluta  
Ao que o projeto colonial predeterminou  
Eu retorno a mim mesma  
Eu me torno: existo.

Grada Kilomba - Enquanto eu escrevo.

## RESUMO

A presente Dissertação, através do conceito de *racismo de Estado*, apresentado por Michel Foucault, busca apresentar as vias pelas quais o Estado brasileiro faz morrer a população negra, em especial sua juventude. Para isto, parte da metáfora da guerra para demonstrar que a relação guerreira, a guerra das raças existente no corpo social é reinserida no seio do Estado, e através do desenvolvimento de tecnologias de poder, o Estado busca manter esta guerra evidente e ensurdecadora contra a população negra, uma guerra silenciosa. Demonstramos o papel desempenhado pelo saber no processo de construção da concepção dos indivíduos negros como um Não-Ser e posteriormente um inimigo público, de modo que as ações do Estado contra esta população sejam compreendidas como necessárias para defender a sociedade e as vidas dignas de proteção e de viver. Neste cenário, o *racismo* é compreendido como um dispositivo de segurança que condena à morte e elimina através de sub-dispositivos, como o epistemicídio, o encarceramento e a aniquilação física dos indivíduos, pelo aparelho policial, esta parcela da população. Para mais, evidenciamos que todo este processo de assassinato tem como expressão final o extermínio das vidas negras, que convertidas em vidas supérfluas expressam que a *biopolítica* torna-se cada vez mais uma *necropolítica*, uma política que subjuga a vida ao poder da morte.

**Palavras-chave:** Biopolítica; Racismo de Estado; Necropolítica.



## ABSTRACT

This work, by the concept of State racism, showed by Michel Foucault, seeks to present the ways in which the Brazilian State allows the black population to die, especially their youth. For this, it starts from the metaphor of the war to demonstrate that the warrior relationship, the war of races existing in the social body is reinserted within the state, and through the development of technologies of power, the state seeks to keep this war evident and deafening against black population, a silent war. We demonstrate the role played by knowledge in the process of constructing the conception of black individuals as a Non-Being and later a public enemy, so that the actions of the State against this population are understood as necessary to defend society and the lives worthy of protection and living. On this hand, racism is understood as a security device that condemns death and eliminates through sub-devices such as epistemic, imprisonment and physical annihilation of individuals by the police, this portion of the population. Moreover, we show that this whole process of murder has as its final expression the extermination of the black lives, which, converted into superfluous lives, expresses that *biopolitics* becomes increasingly a *necropolitics*, a policy that subjugates life to the power of death.

**Keywords:** Biopolitics; State Racism; Necropolitics.

# Sumário

<b>INTRODUÇÃO: MOJUBÁ! .....</b>	<b>9</b>
<b>CAPÍTULO I: GUERRA.....</b>	<b>17</b>
1.1 A METÁFORA DA GUERRA PARA UMA ANÁLISE POLÍTICA.....	17
1.2 TECNOLOGIAS DE PODER .....	27
1.2.1 O PODER SOBERANO .....	29
1.2.3 TECNOLOGIA DISCIPLINAR .....	32
1.2.4 TECNOLOGIA BIOPOLÍTICA .....	39
<b>CAPÍTULO II: A CONSTRUÇÃO DE UM NÃO-SER PARA FAZER MORRER .....</b>	<b>52</b>
2.1 O PENSAMENTO RACISTA.....	53
2.2 A VIA DO EPISTEMICÍDIO .....	64
<b>CAPÍTULO III: VIDAS NEGRAS E NECROPODER.....</b>	<b>74</b>
3.1 A VIA DO ENCARCERAMENTO.....	74
3.2 A VIA FINAL: EXTERMÍNIO DA JUVENTUDE NEGRA.....	93
<b>CONSIDERAÇÃO FINAIS #VIDASNEGRASIMPORTAM .....</b>	<b>99</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>102</b>

## INTRODUÇÃO

### MOJUBÁ!<sup>1</sup>

Aos 26 anos, marcada pelo mesmo desejo de alguns intelectuais como Foucault, de lançar luz sobre nossa situação filosófica presente tomando como expediente as análises históricas, eu Lorena Silva Oliveira: uma negra, jovem, estudante de filosofia, que pretende superar as estatísticas dos homicídios contra a juventude negra brasileira, intento colocar na agenda filosófica a questão da atualidade, ou melhor, a atualidade como questão.

Em 2009 tive a oportunidade de ocupar um lugar nos bancos universitários deste país e desde então cada dia tornou-se mais que um desafio, pois foi nesta universidade que entendi e descobri o nome da faca que me cortava desde criança. Fora nesta universidade, graças ao Núcleo de Estudos Afro-brasileiros/NEAB-UFU, que iniciei o meu processo de formação étnico-racial e entendi que “a carne mais barata do mercado é a negra” que “a carne mais marcada pelo Estado é a negra”.<sup>2</sup>

Fato é que descobrir a mecânica deste dispositivo chamado *racismo* tornou-se um “lema de vida”. Todo o processo de formação política que tenho obtido através da filosofia e da educação para as relações étnico-raciais, evidenciam-me que entender o que é o *racismo*? como ele opera? É o primeiro passo em um processo de desconstrução de estigmas e construção de uma identidade que fora negada por motivos delimitados, que não cabe nesta apresentação.

Mas, uma vez consciente do *modus operandi* deste dispositivo, entendi que também sou responsável pelo processo de formação da população negra, que devido ao *racismo* estrutural e estruturante não possui igualdade de oportunidades para poder adquirir uma formação humana integral, conforme acreditamos dentro da academia. Com esta consciência, vários foram os caminhos que cruzei buscando formas de voltar o pensamento filosófico para a análise sobre a eliminação do *racismo* que estrutura a sociedade brasileira.

---

<sup>1</sup> Mojubá é uma palavra iorubá – língua falada por uma parte do povo africano, que vive hoje em sua maioria no sudoeste da Nigéria, na África Ocidental. Utilizamos esta expressão como saudação, ou pedido de licença, na abertura das celebrações das religiões brasileiras de matriz africana, significando “com meu humilde respeito”

<sup>2</sup> Trecho retirado da música Carta a Mãe África interpretada por Ellen Oléria. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=ZofeToDtbNQ>

Antônio Gramsci fora o primeiro filósofo que contribuiu neste processo. Com o filósofo da Sardenha compreendi ser a Formação Política a via principal, o que alicerça o processo de transformação da consciência de um povo, para que eles entendam não ser a luta antirracista um ato em vão. Como entendi que posso ser uma Intelectual Orgânica, visto ser este intelectual, como advoga Maria Socorro Militão, aquele(a) que

[...] se constitui pelo estrito vínculo com que possui com a cultura popular, ao tomar para si as aspirações dessa classe e se esforçar na procura de soluções dos problemas relacionados ao desenvolvimento da classe trabalhadora, o intelectual passa a promover uma ascensão cultural, ou seja, uma visão de mundo coerente e rigorosa. Busca-se a transição do senso comum ao bom senso (MILITÃO, 2011, p. 6).

Buscar fazer esta transição (do senso comum ao bom senso) a fim de contribuir com a formação de uma consciência crítica da população, em especial negra, que está imersa no senso comum (conjunto desagregado de ideias) é o que me cabe enquanto uma jovem intelectual. Portanto, pensar a minha atualidade, as necessidades do meu tempo, os problemas étnico-raciais e sociais, os meios possíveis para proporcionar uma formação crítica da realidade é a minha principal função.

Todo este anseio fora potencializado ao entrar em contato com o pensamento do filósofo Horkheimer, que fizera uma crítica à indiferença da filosofia ao mundo exterior e acreditava que devemos nos posicionar criticamente diante das necessidades sociais, pois para ele a função social da filosofia reside na crítica ao estabelecido e tal crítica tem como meta impedir que os homens se abandonem àquelas ideias e formas de conduta que a sociedade em sua organização atual lhes dita.

Para mais, desde meu contato com a filosofia social, através do pensamento de Horkheimer, fortaleci imensamente a concepção de que a filosofia necessita dialogar com outras áreas, a fim de melhor analisar os problemas da nossa realidade histórica. E... influenciada pelo materialismo interdisciplinar, do jovem Horkheimer, estou até hoje.

Como ainda estou pelo filósofo moçambicano Severino Ngoenha que nutriu os meus pensamentos durante minha escrita da monografia. Com Ngoenha tive a oportunidade de adentrar no universo das filosofias africanas e apreender que o fim da filosofia é a busca pela Liberdade e que somos responsáveis pelo futuro, vez que “um futuro diferente não cairá do céu. Ele será o que nós fizermos, coletivamente; ele será resultado de atos políticos.” (NGOENHA, 2004, p.44)

Com esta concepção Ngoenha ratifica a necessidade de os filósofos pensarem e discutirem sobre a sua história, “para que se abra um novo futuro, que não seja, portanto, um simples prolongamento da história, para que possamos ser senhores do nosso destino e da nossa história” (NGOENHA, 1993, p. 12). Para mais, Severino Ngoenha é um filósofo que, como eu, acredita em um amanhã<sup>3</sup>. Acredito que mesmo com todas as misérias que solapam nossas vidas, somos capazes de projetar um futuro diferente e agir em prol da construção de um novo modelo de sociedade, na qual:

- a cada 23 minutos não morra um jovem negro, apenas por ser negro;
- onde o povo que construiu com seu sangue e suor o capital cultural e econômico de um país tenha igualdade de oportunidades para usufruir de todas estas riquezas;
- onde os saberes e práticas dos povos não sejam usurpados, sujeitados e, sobretudo, apagados da história como se estes não possuíssem capacidade intelectual e moral para serem agentes sociais;
- onde os corpos negros tenham direito de serem negros e belos por isto, dentre outras coisas...

Mas, infelizmente este modelo de sociedade ainda é um anseio e hoje me cabe primeiramente debruçar sobre as causas que tornam o nosso presente um presente beliger, um presente em que reina a desigualdade, a intolerância, o *racismo*, a homofobia, o machismo, a xenofobia e tantas outras mazelas. Portanto, faz-se necessário a fim de um amanhã melhor, pensar o hoje, a nossa atualidade, o nosso presente.

Mas o que seria este presente e por que se faz tão importante falarmos dele e nos posicionarmos nele? Esta questão fora uma das perguntas feitas ao filósofo francês que caminha comigo nos últimos tempos, Michel Foucault.

Diagnosticar o presente fora um dos objetivos traçados por Foucault em sua trajetória intelectual. Para ele, diagnosticar o presente significa tentar desnaturalizar o que o habita (as instituições, as formas de pensamento, os modos de subjetivação) por meio da pesquisa histórica que demonstra as rupturas do percurso e a densidade que permeia (“que corta”) os

---

<sup>3</sup> Dirá Ngoenha “A filosofia torna possível a vida do homem, enquanto ela lhe permite imaginar, projectar o futuro e enfrenta-lo. Se as aporias da vida que nos estrangulam com a fome, a miséria, a nudez, a guerra, o analfabetismo, etc, nos sufocam de tal maneira a não nos permitir nenhuma interpretação do mundo, e não nos fosse possível pensar um amanhã, seria terrível. O pensamento, a filosofia tornam possível o amanhã. Mas ao mesmo tempo, interroga-se sobre o tipo de amanhã.” (NGOENHA, 1993, p.12)

acontecimentos históricos, a fim de entender como e por que nos tornamos aquilo que somos hoje.

Foucault, para além de um intelectual, fora um militante que não temeu fazer uso de seu pensamento para refletir a realidade de seu tempo e indagar sobre os problemas filosóficos, políticos e sociais que afligiam a sociedade. Através do seu percurso teórico/genealógico, Michel Foucault possibilitou, por um viés filosófico-histórico-político, novas vias para uma compreensão do *racismo*.

Concebendo ser a função da teoria “uma caixa de ferramentas a serviços de assuntos políticos” (FOUCAULT, 2006. p.249), Foucault faz com que visualizemos ser as investigações acerca do *racismo* um percurso que necessitará de inúmeras ferramentas para uma análise coerente e sistemática. Neste sentido, esta dissertação partirá com Foucault, no entanto, pensadores de diferentes áreas serão protagonistas nesta discussão, ainda que os conceitos foucaultianos, por vezes, nos sirvam de alicerce.

Ela trará em seu âmago, vestígios de todos os pensadores, militantes, filósofos, que me afetaram e contribuem profundamente no meu processo de formação política. Por este fato, este será um trabalho que a partir das leituras e discussões realizadas no meu processo de formação acadêmica e política apresentará uma análise sobre o conceito de *racismo de Estado*, precisando como este dispositivo se inseriu nos mecanismos do Estado, tornando-se assim, seu principal meio para poder eliminar, preferencialmente, raças e grupos desvalorizados socialmente.

Ademais, buscará demonstrar a origem do *racismo de Estado*, tendo em vista defender a hipótese que o *racismo* é a prática que tem dado sentido à gestão política dos Estados nos últimos séculos e que este *racismo* se revela especialmente genocida, ao analisarmos as vias pelas quais suas táticas e estratégias fazem um corte entre o que *deve viver e o que se deve morrer*, possibilitando-nos compreender que o conceito de *necropolítica*, apresentado pelo camaronês Achille Mbembe<sup>4</sup>, expressa esta face soberana do Estado.

Neste interim, é importante ter em mente que, para que possamos analisar o conceito de *racismo de Estado*, apresentado por Foucault, é prudente entender os motivos que me levam,

---

<sup>4</sup> Nascido em 1957 nos Camarões, Achille Mbembe é um historiador e cientista político, professor na Universidade de Witwatersrand em Joanesburgo e leciona na Universidade Duke nos EUA. Publicou alguns artigos em jornais, como no *Le monde diplomatique*. É autor de livros, dentre eles: *De la postcolonie: Essai sur l’imagination politique dans l’Afrique contemporaine* (2000), *Sortir de la grand nuit – Essai sur l’Afrique décolonisée* (2010), *Crítica da Razão Negra* (2013) e *Políticas da Inimizade* (2016). Foi convidado para ser secretário-executivo do Conselho para o Desenvolvimento da Pesquisa em Ciências Sociais na África (CODESRIA). Em 2011, tornou-se diretor de investigação do Witwatersrand Institute of Social and Economic Research, situado em Johannesburg. Como salienta Hilário (2016) Mbembe é um intelectual público cuja obra está a pleno vapor.

ainda, a utilizar a terminologia raça, vez que o avanço das ciências biológicas no século XX chegaram à conclusão de que a raça como realidade biológica não existe.

Ora, o uso desta categoria, portanto, é utilizada, pelo fato que na esteira de Foucault, podemos perceber que vivenciamos na contemporaneidade, uma relação guerreira, uma luta entre as raças, e a ideia de que há sim, uma única raça que é digna de viver e que o Estado deve protegê-la. Assim, o conceito de raça é utilizado atualmente, conforme Guimarães (1999), como categoria política que se faz necessária, para evidenciar as desigualdades produzidas pelo *racismo* em nossa sociedade que extrapolam as relações de classe.

Nesse sentido, ratifico que não há raças biológicas pressupostas a partir de critérios científicos, mas há atribuição de valores à cor da pessoa, por isso o movimento negro ao utilizar o termo raça objetiva demonstrar que “as raças são, na realidade, construções sociais, políticas e culturais produzidas nas relações sociais e de poder ao longo do processo histórico” (GOMES, 2005, p.49). E será a partir do conceito politizado da categoria raça, que apresentarei a discussão sobre a institucionalização do *racismo* como mecanismo de poder do Estado, que ainda mantém e reproduz diferenças e privilégios.

Também, utilizarei no corpo deste trabalho a noção de guerra das raças com o seguinte objetivo: pensar a realidade brasileira através da guerra das raças apresentada por Foucault como o evento que possibilitou compreender que a guerra fundamenta as nossas relações. Assim, entre as linhas desta dissertação estarei a todo momento buscando demonstrar que vivemos um estado permanente de guerra.

A vista disto, o horizonte desta escrita reside em compreender o processo que torna possível que o genocídio, o extermínio da população negra, em especial de sua juventude pelos aparelhos do Estado, ocorra sem que isto cause comoção social. Logo, a guerra entre as raças estará nesta dissertação fazendo, constantemente, uma analogia com os conflitos existentes entre negros e brancos no Brasil.

Tal analogia, não tem por objetivo tornar esta pesquisa sociológica. Ao contrário, visa demonstrar que ao falarmos de *racismo*, sexismo, xenofobia estamos falando de vidas que por ideologias e práticas construídas historicamente são, em consequência destes pensamentos e práticas, sujeitadas, marginalizadas, vulnerabilizadas e aniquiladas, como um inimigo é eliminado em guerra.

Deste modo, é sobre vidas que reflito e disserto. E, ao refletir sobre a problemática genocida no campo filosófico, esta pesquisa se justifica por demonstrar a importância e a necessidade de a filosofia voltar-se para os problemas sociais, fazer uma ontologia do presente e contribuir no processo de transformação da forma como nos relacionamos socialmente,

moralmente, intelectualmente e institucionalmente com este Outro, africano, afrodescendente, refugiado, ou seja, este Outro que não compartilha do Eu hegemônico branco.

Posto isto, a fim de alcançar o objetivo desta dissertação, articulamos esta pesquisa em três capítulos.

Partindo da noção de Guerra, no primeiro capítulo, apresentarei que a perspectiva guerreira, utilizada desde a antiguidade como um analisador da sistemática do cosmos, ainda nos serve para apreendermos o caráter beliger de nossas relações interpessoais, sobretudo, o modo de operar do Estado contemporâneo, como poderemos perceber com o auxílio de filósofos como Hobbes e Foucault na sua analítica do poder.

Adentro na investigação feita pelo filósofo francês sobre como a guerra começou a ser compreendida enquanto fundamento indelével das relações sociais e das instituições de poder, para entendermos como se deu o surgimento no final do século XVI de um discurso histórico-político que culminou, posteriormente, no discurso da luta das raças, uma vez que Foucault observa que fora a guerra das raças que possibilitou a compreensão da existência de uma sociedade binária, de um corpo social dividido em duas raças, bem como este discurso se transcreveu durante anos, até os biólogos racistas no século XIX e XX.

No entanto, esta abordagem remeter-nos-á à analítica do poder elaborada por Foucault, pois para compreendermos como esta guerra permaneceu no corpo social, mesmo com a instauração do Estado, é preciso entender o caráter relacional e microfísico do poder, sobretudo o fato do Estado ser apenas uma instância pela qual o poder perpassa, e que este reitera em seu seio, a relação belicosa que fundamenta as relações do corpo social.

Ademais, neste capítulo busco evidenciar as tecnologias de poder, a saber: o poder soberano, a tecnologia disciplinar e biopolítica, como tecnologias de poder que visam prolongar as relações de dominação, a relação beliger no corpo social e nas instituições, mantendo sob controle, através de dispositivos, a raça/grupos/indivíduos que podem colocar em risco os privilégios da raça protegida pelo Estado.

As tecnologias possuem como função a gestão e direcionamento do campo das relações de forças que operam na sociedade. Neste interim, desenvolve dispositivos como o *racismo de Estado*, a fim de assegurar a sociedade, eliminando tudo que possa colocar em risco o *contínuum* biológico da espécie/raça que merece viver.

Esta sistematização permite compreender o conceito de *racismo de Estado* e abre caminhos para dialogarmos o pensamento com a realidade e buscarmos analisar, tendo como alicerce a história da população negra no Brasil, quais são as vias pelas quais o dispositivo do *racismo* utiliza para *fazer morrer* a raça considerada inimiga.



No segundo capítulo, portanto, demonstrarei que para conseguir manter o estado de dominação, através dos dispositivos de poder, tais dispositivos devem operar no plano do saber e no plano do poder. A relação entre poder-saber alicerça e contribui para a manutenção da relação guerreira e da progressão dos discursos racistas na produção de novos saberes.

Ver-se-á que as teorias e os discursos produzidos, dentro das estratégias de poder, são necessárias para a manutenção do *racismo de Estado*, vez que todo saber tem sua gênese em relações de poder e que a produção de saberes depreciativos e a sujeição dos saberes das populações discriminadas, fazem parte desta guerra entre as raças.

Evidenciarei a contribuição da filosofia e de outros campos do saber na construção do pensamento racista e do *racismo* científico, que sustenta até hoje o nosso imaginário, a fim de elucidar, parafraseando Marx, que o pensamento dominante de uma época é o pensamento da *raça* dominante e para isto, o *epistemicídio* é uma das vias utilizadas pelo *racismo de Estado* para condenar à *morte a razão e o saber* dos povos não-brancos, em especial dos africanos e seus descendentes.

Tal via, como será visto, fora fundamental para a construção, no imaginário social, destes indivíduos como um Não-ser, quiçá um ser-outro, pois o *epistemicídio* é o início de um processo de esvaziamento do humano ao intentar retirar destes indivíduos o que os torna humanos. Estratégia que também serviu para condenar à *morte política* esta população.

No terceiro capítulo abordarei a via do *encarceramento* como uma das formas do *racismo de Estado* condenar à *morte social* os indivíduos considerados inimigos em nossa realidade. Como veremos, houve todo um processo de criminalização da população negra, em especial, no pós-abolição que, propositalmente, visava a eliminação destes indivíduos do corpo social brasileiro.

O saber criminológico fora essencial neste processo de construção do negro enquanto o perfil do criminoso e veremos que tal saber está totalmente atrelado às estratégias do poder, por nós analisadas. Sendo assim, veremos que o processo de criminalização da população negra fora uma estratégia para controlar estes corpos que, libertos, poderiam colocar em risco os privilégios da raça detentora da norma.

Por fim, neste processo *contínuum* de assassinato que a população negra fora condenada, tratarei como a via final utilizada pelo dispositivo do *racismo*, o *exterminio da juventude negra*, é a expressão de uma *necropolítica*, ou seja, de uma política que subjuga ao poder da morte a vida de determinados indivíduos. Ao compreendermos a mecânica estatal, evidenciamos que a aniquilação dos corpos que carregam *vidas negras* é o fim de um processo de condenação à morte que a população negra está exposta desde os primórdios da nossa história.

Todavia, revistarei nesta dissertação que, em uma sociedade de segurança, a eliminação calculada destas *vidas*, a morte deste Outro, que tem a cor da noite, ocorre com a justificativa do Estado estar *defendendo a sociedade, defendendo as “nossas” vidas*. Por este fato, a utilização destas vias justifica-se devido a capacidade que todas possuem de demonstrar que o processo de normalização social, em uma sociedade de segurança, se dá através da condenação à morte de grande parte da população. E a arma utilizada para esta execução é o *racismo*.

## CAPÍTULO I

### GUERRA

*“Não há sujeito neutro. Somos forçosamente adversários de alguém”  
Foucault.*

#### 1.1 A METÁFORA DA GUERRA PARA UMA ANÁLISE POLÍTICA

Guerra! Poderia não ser a primeira palavra para iniciar uma dissertação. No entanto, acreditamos ser este o termo exato para descrever os objetivos que este primeiro capítulo busca alcançar, em todos seus níveis e sentidos. Buscaremos nesta etapa demonstrar que vivemos em um *estado de guerra permanente*. A batalha, o conflito constitui as nossas relações interpessoais e, por sua vez, alicerça o modo de operar do poder político; ou seja, do Estado contemporâneo.

Nesta perspectiva, e por acreditarmos que a filosofia se faz através de seus problemas, evidenciaremos em que medida podemos utilizar a perspectiva guerreira como grade de inteligibilidade do *racismo de Estado*. Tal evento deve ser compreendido como um “*racismo* que a sociedade vai exercer sobre ela mesma, sobre seus próprios produtos; um *racismo* interno, o da purificação permanente, que será uma das dimensões fundamentais da normalização social” (FOUCAULT, 1999, p.73).

Para identificarmos a viabilidade desta hipótese, é importante compreendermos que a guerra é

[...] um duelo em uma escala mais vasta. Se quisermos reunir num só conceito os inúmeros duelos particulares de que a guerra se compõe, faríamos bem em pensar na imagem de dois lutadores. Cada um tenta por meio de sua força física, submeter o outro à sua vontade; o seu objetivo imediato é abater o adversário a fim de torna-lo incapaz de toda e qualquer resistência. A guerra é pois um ato de violência destinado a forçar o adversário a submeter-se à nossa vontade (CLAUSEWITZ, 1996, p.7).

Esta definição de Clausewitz é uma dentre tantas outras possíveis sobre o fenômeno da guerra. Norberto Bobbio (1998), por exemplo, afirma que muitas das definições existentes inspiram-se no direito. Todavia, não cabe neste trabalho um estudo técnico sobre a guerra, antes visamos apresentar uma descrição substancial que permita compreendermos que vivemos em um estado de guerra permanente.

Sabemos que desde a Antiguidade, os pensadores se atentam para a guerra como um analisador que retrata a sistemática do *cosmos*, atribuindo à mesma “uma função dominante na economia do universo”, como citado em diversos verbetes e autores ao longo da história<sup>5</sup>. Fora, contudo, Thomas Hobbes, quem emergira como o principal autor a utilizar a guerra enquanto uma metáfora das relações humanas.

No “*Leviatã*”, Hobbes utiliza a metáfora da guerra para descrever que os homens sem um Poder comum (Estado) vivem em confronto, na mais geral de todas as guerras, que se manifesta em todos os instantes e em todas as dimensões: a guerra de todos contra todos. Isto decorre uma vez que por natureza os homens são iguais e movidos pelas paixões, donde estes desejarem as mesmas coisas, e muitas delas não são desfrutadas em comum. Isto faz gerar nos homens a competição, a desconfiança<sup>6</sup> e a Glória/Poder. Três princípios que alicerçam a discórdia entre os homens e é suficiente para que eles se destruam mutuamente.

No entanto é importante frisarmos que a Glória/Poder emergem como um dos principais causadores desta discórdia, visto ser o poder<sup>7</sup>, entendido como o meio para se obter algum bem futuro, o qual, por sua vez, pode ser natural ou instrumental. Logo, dirá Hobbes, os homens, ao buscarem a felicidade, procuram assegurar para sempre o caminho do seu desejo futuro. Com isto, a inclinação de toda a humanidade é o

[...] desejo perpétuo e inquieto por poder, um após o outro, que desaparece somente com a Morte. E a causa disso não é o homem sempre esperar por um prazer mais intenso do que aquele que já alcançou, ou não conseguir satisfazer-se com um poder moderado, mas o não conseguir assegurar o poder e os meios para viver bem com aquilo que ele atualmente possui, sem adquirir mais (HOBBS, 2015, p. 94).

Assim, todos os homens possuem um inquieto desejo pelo poder, uma vez que enquanto *agentes* somente com o poder – aqui no sentido hobbesiano do termo – eles conseguem

<sup>5</sup> Como pode ser visto em dicionários básicos como o de ABBAGNANO, por exemplo.

<sup>6</sup> A desconfiança, a saber, faz com que os homens antecipem, por segurança, através da força, dominar pelo tempo que julgar necessário o máximo de pessoas, até sentir que não há possibilidade de outrem o colocar em perigo.

<sup>7</sup> Hobbes em sua obra *Leviatã*, especificamente no capítulo X “Sobre o Poder, o Valor, a Dignidade, a Honra e o Mérito” fará a seguinte definição: “O PODER de um Homem, tomando o conceito de forma Universal, são seus meios atuais de obter algum bem aparente futuro e pode ser Original ou Instrumental” (HOBBS, 2015, p.83)

realmente assegurar sua *autoconservação*, saindo do status de igualdade que os constitui, conduzindo os outros homens conforme a sua vontade e assegurando uma *vida qualificada*<sup>8</sup>. E neste cenário de competição, por aumento de poder e honras, os comportamentos humanos vão gerando, ininterruptamente, inimizades e guerras.

A partir disso, torna-se claro que, enquanto os homens viverem sem um Poder comum para mantê-los todos intimidados, eles viverão nesse estado que é chamado de Guerra; e um tipo de guerra em que cada homem se opõe ao outro. Pois a Guerra não consiste apenas na Batalha ou na luta; mas em um intervalo do tempo, no qual a Vontade de lutar em uma Batalha é suficientemente conhecida; e, por conseguinte, a noção de Tempo deve ser considerada na natureza da Guerra da mesma forma que está presente na natureza do Clima meteorológico. Pois, assim como a natureza do tempo Ruim não está fundamentada na existência de uma ou duas chuvas passageiras, mas em uma inclinação à ocorrência de chuva intermitentes por vários dias, de forma semelhante, a natureza da guerra não consiste em uma batalha efetiva, mas na disposição conhecida de lutar durante um período, sem nenhuma garantia de ocorrer o contrário (HOBBS, 2015, pp.117-118).

À vista disso, podemos apreender como Hobbes compreende a guerra. Para ele, ela não consiste apenas em uma batalha, em uma luta, mas também em um *constante estado de tensão*, na qual a vontade de lutar uns contra os outros está sempre no horizonte próximo. E, esta tensão permanente será denominado como *estado de guerra*.

Por experienciarem este estado de guerra, os homens – no estado de natureza – movidos pelas paixões, em especial pelo medo, tendem a desejar a Paz, como desejam o que os possam levar a uma vida adequada, na qual consigam com seu próprio esforço conservá-la. Em vista da autoconservação de suas vidas, portanto, os homens escolhem renunciar e transferir a sua liberdade: “poder de fazer o que quiser”, a um homem artificial, o Estado – Poder Comum, que tem por função a conservação da vida dos indivíduos e o retiro destes da condição miserável de estado de guerra.

Assim, do consentimento dos indivíduos a transferirem seus poderes individuais a um homem artificial, nasce o Estado Político, definido como

Pessoa Única, cujos atos têm o povo – por meio de pactos mútuos de uns com os outros – como autor. Os pactos instituem que a Pessoa Única pode utilizar a força e os meios de cada indivíduo, conforme seja necessário, para a defesa e a paz comuns (HOBBS, 2015, p. 157).

---

<sup>8</sup> Entende-se por *vida qualificada* a vida que merece ser vivida. Que goza, verdadeiramente, de cidadania.

Vemos que para Hobbes os homens necessitam de um Estado para que a constante sensação de insegurança seja esvaecida. Por este fato, a guerra é vista como uma anomalia que deve ser combatida, pois a constante sensação de ameaça e os conflitos fazem com que a possibilidade de uma batalha permaneça sempre no horizonte possível das relações entre os homens. E sendo a batalha algo possível, isto basta para justificar o comportamento efetivo de nos anteciparmos às suas consequências e nos comportarmos de modo a fomentar a situação de disputa.

Ligia Baptista em “*Guerra e paz na teoria política de Thomas Hobbes*”, afirma que devemos ver a guerra em Hobbes como uma metáfora, pois ela simboliza

[...] uma disposição, uma tensão permanente, uma preocupação constante com a sobrevivência diante da ameaça de morte violenta que caracteriza a vida de maneira “sórdida, pobre, embrutecida e curta”, nos termos por ele expostos no capítulo XIII do *Leviatã* (BAPTISTA, 2011, p.4).

Ainda nas interpretações acerca da metáfora da guerra, por mim apresentada através do pensamento de Hobbes, encontramos Michel Foucault, que analisa este estado, diferentemente do filósofo inglês, enquanto “uma espécie de diplomacia infinita de rivalidades que são naturalmente igualitárias” (FOUCAULT, 1999, p.106). Neste sentido, o estado de guerra consistiria em um “estado dos jogos das representações umas contra as outras”<sup>9</sup>, que ocorrem calculadamente entre os viventes, fundamentando as relações humanas sempre que não houver uma sensação de segurança estabelecida.

Ademais, Foucault faz um uso metafórico da guerra, buscando vê-la enquanto uma grade de inteligibilidade para compreendermos as relações de poder<sup>10</sup> existentes na sociedade. Não obstante, Foucault utiliza a noção de *guerra civil*, enquanto Hobbes a noção de *guerra de todos contra todos*, o que torna necessário, de antemão, verificarmos a principal diferença entre estas.

Ora, para Hobbes, no estado de natureza os homens vivenciam uma guerra natural, *entre os indivíduos*, denominada de guerra de todos contra todos, e a guerra civil só ocorreria com o Estado Político constituído, sendo ela o principal elemento que o dissolveria e faria os homens voltarem ao estado de natureza. No entanto, dirá Foucault que,

---

<sup>9</sup> Ibidem.

<sup>10</sup> A partir deste ponto o conceito de poder ganhará uma nova formulação, conforme veremos nos parágrafos subsequentes.

[...] a guerra civil, ao contrário do que pode encontrar em Hobbes, não põe em ação nenhuma virtualidade essencial às relações entre os indivíduos. Na verdade, não há guerra civil que não seja confronto de elementos coletivos: parentes, clientelas, religiões, etnias, comunidades linguísticas, classes etc. É sempre por meio de massas, por meio de elementos coletivos e plurais que a guerra civil nasce, se desenrola e se exerce. Portanto, ela não tem em absoluto a dimensão natural das relações entre indivíduos na qualidade de indivíduos: os atores da guerra civil são sempre grupo na qualidade de grupo. Ademais, a guerra civil não só põe em cena elementos coletivos como também os constitui (FOUCAULT, 2015, p. 27).

Deste modo, Foucault entende que o estado de guerra, que Hobbes apresenta engendra o Estado e, portanto, a guerra torna-se um *estado permanente* que não se diluiu com um Poder comum (Estado Político). Assim, apesar da instituição, Foucault acredita que permanecemos em guerra, não em uma guerra de todos contra todos, mas em uma guerra civil, entre coletividades, entre raças. E é esta guerra a matriz geral que nos possibilita compreender a instauração e o funcionamento dos mecanismos do poder político.

Será, todavia, na obra “*Em Defesa da Sociedade*”<sup>11</sup> – que objetiva abordar o poder em termos de guerra, de luta e enfrentamento e o *modus operandi* do poder político – que Foucault inverte o aforismo de Carl von Clausewitz e analisa a hipótese de que “a política é a guerra continuada por outros meios” (FOUCAULT, 1999, p.55) visando apurar em que medida a guerra pode ser um analisador das relações de poder.

Nesta apuração, Foucault leva-nos às possíveis fontes da noção de guerra enquanto matriz das relações de poder, buscando evidenciar que antes de Clausewitz, o princípio pelo qual a política é uma guerra continuada já era uma tese difundida desde o século XVI, que identificava ser a ordem civil uma ordem de batalha.

Nesta abordagem, o filósofo demonstra-nos que no fim das guerras civis e religiosas no século XVI, na Europa, começa a circular um discurso histórico-político, identificado enquanto um discurso novo, que fora

[...] o primeiro discurso histórico-político sobre a sociedade, e que foi muito diferente do discurso filosófico-jurídico que costumava fazer até então. E esse discurso histórico-político que aparece nesse momento é, ao mesmo tempo, um discurso sobre a guerra entendida como relação social permanente, como fundamento indelével de todas as relações e de todas as instituições de poder (FOUCAULT, 1999, p.56).

---

<sup>11</sup> É importante destacar que este curso recebe o título de “Genealogia del racismo” em sua versão espanhola.

Outro fato considerável é que neste discurso quem discursa são os sujeitos que se enfrentam, que concebem a realidade como guerra, batalha, brutalidade, e que são contrários à racionalidade abstrata construída pelos filósofos e pensadores da antiguidade que sustentaram as relações até então<sup>12</sup>.

Este discurso, agora científico, dá voz a locutores populares que irão revelar que o poder político não começa quando cessa a guerra. A organização, a estrutura jurídica do poder, dos Estados, das monarquias, das sociedades, não tem seu princípio no ponto em que cessa o ruído das armas, ao contrário

A guerra é que é o motor das instituições e da ordem: a paz, na menor de suas engrenagens, faz surdamente a guerra. [...] Portanto, estamos em guerra uns contra os outros; uma frente de batalha perpassa a sociedade inteira, contínua e permanentemente, e é essa frente de batalha que coloca cada um de nós num campo ou no outro. Não há sujeito neutro. Somos forçosamente adversários de alguém (FOUCAULT, 1999, p. 59).

Além de sustentar ser a sociedade binária e estruturada em concepções de amigo e inimigo, como podemos já perceber, este discurso, que circulava desde o século XVI, busca certificar que somos sempre inimigos de alguém. E o cerne desta investigação encontra-se no fato de Foucault constatar, e demonstrar-nos, que é a *guerra das raças* que torna possível considerar a guerra como fundamento da história, pois os elementos que alicerçam, que geram possibilidades de guerra e garantem a sua manutenção, são basicamente as “diferenças étnicas, diferenças das línguas, diferenças de força, de vigor, de energia e de violência; diferença de selvageria e de barbáries; conquista e servidão de uma raça por uma outra.” (FOUCAULT, 1999, p. 71) e estes elementos estão no corpo social desde os primórdios da história da humanidade.

Deste modo, a noção de que o corpo social é constituído por raças – e que de um extremo ao outro há enfrentamento entre estas – fundamentará o discurso da luta das raças. No século XVII este discurso era um instrumento de luta descentralizado, mas conforme Foucault, mais adiante ele fora recentralizado, tornando-se o discurso do poder centrado e centralizador da raça dominante.

Ora, tal discurso sustentará a existência de um inimigo público (comum), fomentando o combate entre duas raças que constituem o corpo social. No entanto, este combate partirá da raça que se considera a única e verdadeira e – inevitavelmente detentora do poder político e

---

<sup>12</sup> Conforme pode ser lido na obra *Em defesa da sociedade*.



titular da norma – contra a raça considerada um perigo social e biológico, raça esta que está fora da norma dominante.

A guerra, nesta perspectiva, decorre para preservar, conquistar, confiscar e transformar o poder. Ela será vista neste contexto enquanto condição de existência da sociedade e das relações políticas, possuindo um caráter protetor e conservador da sociedade. Logo, o poder político, para Foucault, não suprime a guerra, mas lhe dá continuidade ao tornar “a ideia de guerra interna como defesa da sociedade contra os perigos que nascem em seu próprio corpo e do seu próprio corpo” (BERNARDES, 2013, p.21).

Desta análise, Foucault identificará os fenômenos que o fazem compreender ser o poder a guerra continuada por outros meios. Evidenciando, assim, que os detentores<sup>13</sup> do poder político são da dita raça que determina as regras, as normas e produz os saberes. São os que comandam a batalha contra aquela raça/grupo considerada perigosa e inimiga do bem-estar social. Contudo, para esta batalha é necessário, como Foucault certifica, a constituição e o aprimoramento de tecnologias de poder.

Para entendermos como o poder político opera para conseguir manter sobre seu controle a raça/grupo que considera ser capaz de colocar em risco a manutenção dos seus privilégios, é necessário fazer algumas considerações acerca da analítica do poder desenvolvida por este filósofo. E para adentrarmos à mesma, de antemão, convém asseverar que

Não existe, em Foucault, uma teoria geral do poder. O que significa dizer que suas análises não consideram o poder como uma realidade que possua uma natureza, uma essência que ele procuraria definir por suas características universais. Não existe algo unitário e global chamado poder, mas unicamente formas dispares, heterogêneas, em constante transformação. O poder não é um objeto natural, uma coisa; é uma prática social e, como tal, constituída historicamente (MACHADO, 2007, p. X).

Assim sendo, Foucault é contrário à teoria clássica do poder e não acredita que o mesmo seja uma propriedade, possua uma modalidade, que esteja apenas no âmbito da legalidade, e esteja localizado essencialmente nos aparatos estatais. Ele critica as teorias do Poder que o consideram como um direito natural, um bem transferível de forma total ou parcial via ato jurídico, contrato, bem como a concepção que analisa a funcionalidade econômica do poder.

Em outras palavras, Foucault crítica a teoria do poder por, ora considera-lo em termos de soberania (concepção hobbesiana), ora em termos de repressão (concepção marxista e

---

<sup>13</sup> O uso desta terminologia não estará, neste trabalho, indo de encontro à analítica do poder foucaultiana. O próprio autor utiliza este termo em suas obras, sem a pretensão de simbolizar o Poder enquanto propriedade.

freudiana). Ao fugir destas teorias clássicas, Foucault parte da afirmação de que o poder não existe. O poder como algo unitário, passível de troca e encarnado nas instituições do Estado, não existe, pois

[...] a ideia de que existe, em um determinado lugar ou emanado de um determinado ponto, algo que é um poder, me parece baseada em uma análise enganosa e que, em todo caso, não dá conta de um número considerável de fenômenos. Na realidade, o poder é um feixe de relações mais ou menos organizado, mais ou menos piramidalizado, mais ou menos coordenado (FOUCAULT, 2007, p. 141).

Ao negar a existência deste tipo de poder, o filósofo dispõe da afirmativa de que o *poder é uma relação de forças*, e desta forma, o discurso sobre a mecânica do poder esteve sempre atrelado à ideia de que o poder é fundamentalmente o que oprime. Contudo, Foucault propõe uma nova forma de análise desta mecânica, colocando a hipótese de que vale analisar o poder em termos de combate, de enfrentamento, de guerra. Ou seja, o poder enquanto guerra continuada por outros meios.

Esta hipótese intenta livrar as análises do poder da perspectiva da soberania e pensar o poder através da teoria da dominação. Como também, intenta demonstrar que o poder possui um caráter relacional, onde as próprias lutas contra seu exercício são realizadas dentro de suas malhas, pois nada o escapa, e onde há luta há resistência!

Para Roberto Machado, Foucault utiliza a guerra enquanto um arcabouço argumentativo, por ser este fenômeno o que melhor representa um poder que

[...] é luta, afrontamento, relação de força, situação estratégica. Não é um lugar que se ocupa, nem um objeto que se possui. Ele se exerce, se disputa. E não é uma relação unívoca, unilateral; nessa disputa ou se ganha ou se perde. (MACHADO, 1982, p. 192).

Portanto, Foucault irá verificar em que medida uma relação de dominação pode ser uma relação de força. E, por sua vez, como uma relação de força pode se resumir em uma relação de guerra, tendo como orientação as seguintes questões:

A relação de poder será em seu fundo uma relação de enfrentamento, de luta de morte, de guerra? Sob a paz, a ordem, a riqueza, a autoridade, sob os aparelhos do Estado, sob as leis, etc., devemos entender e redescobrir uma espécie de guerra primitiva e permanente? [...] Os fenômenos de antagonismos, de rivalidades, de enfrentamentos, de luta entre indivíduos, ou entre grupos, ou entre classes, podem e devem ser agrupados nesse mecanismo geral, nessa forma geral que é a guerra? E ainda: as noções que são derivadas daquilo que se denominava no século XVIII, e ainda no século XIX, a arte da

guerra (a estratégia, a tática, etc.) podem constituir em si mesmas um instrumento válido e suficiente para analisar as relações de poder? Poderíamos perguntar-nos, será preciso perguntar-nos também: as instituições militares e as práticas que as cercam – e, de um modo geral, todos os procedimentos que foram empregados para travar a guerra – são, de perto ou de longe, direta ou indiretamente, o núcleo das instituições políticas? (FOUCAULT, 1999, pp.53-54)

A analogia com a guerra será na analítica foucaultiana uma metáfora, um caminho, e como ele mesmo diz uma “grade de inteligibilidade” para verificar se o poder, em especial, o poder político pode ser decifrado, compreendido em termos de guerra, ou seja, como batalhas/enfrentamentos. Do mesmo modo, servirá para identificar se o que fundamenta a sociedade civil e move o exercício do poder político é o contínuo enfrentamento belicoso das forças.

Desta forma, ao questionar sobre a possibilidade de as relações de poder serem compreendidas em termos de batalha, Foucault intenta constatar o poder como um feixe de relações que estão em constante embate, inclusive no âmbito político, Estatal. Ao defender que existem *relações de poder*, formas díspares, heterogêneas, em constante transformação, o pensador quer demonstrar que a “sociedade é um arquipélago de poderes diferentes” (FOUCAULT, 2012, p.173) e estes *poderes* estão, inevitavelmente, em constante relação, em incessante atrito.

Por consequência, Foucault precisará que o termo poder designa relações entre parceiros, que exercem um conjunto de ações que se induzem e se correspondem umas às outras. Contudo, o poder não se limita somente ao âmbito político, antes, sempre esteve presente nas relações humanas, pois onde existem pessoas, aí reside uma relação de poder. O homem, apesar de constantemente encontrar-se envolvido nestas situações, não chega a perceber tal relação de modo claro.

Por isto, o poder diz respeito mais propriamente de uma relação, de um exercício relacional e estratégico, que se constitui pelas suas singularidades. As relações de poder são, portanto, *relações de forças* que perpassam o Estado, pois todos exercem, uns sobre os outros, *forças*. Contudo, vemos historicamente, que neste exercício, *alguns se sobressaem*.

A fim, portanto, de entender o exercício deste poder, Foucault privilegiará em sua analítica o método de análise ascendente. Segundo Machado, este método “estuda o poder como tendo uma existência própria e formas específicas ao nível mais elementar” (MACHADO, 1982, p. 191). Por consequência, há a necessidade de partir das extremidades, da periferia para o centro, o que faz com que o Estado, em sua teoria, seja algo secundário em

relação aos poderes regionais e específicos que existem e intervêm materialmente no corpo social. O Estado será apenas um instrumento dentre um sistema de poderes que o ultrapassa e complementa<sup>14</sup>.

Para mais, esta abordagem ascendente não tem a pretensão de minimizar o papel do Estado nas relações de poder. Ela visa demonstrar que o aparelho estatal não é necessariamente o ponto de partida para compreendermos o modo como as relações de poder se exercem. E sobre este exercício, elucidará o autor que o poder

[...] é algo exercido em toda a espessura, em toda a superfície do campo social, segundo todo um sistema de intermediações, conexões, pontos de apoio, coisas tênues como família, relações sexuais, moradia, etc. Por mais finos que sejam os capilares da rede social a que chegemos, encontraremos o poder, não como algo possuído por alguém, mas como algo que passa, se efetua, se exerce. Em segundo lugar, consegue-se ou não exercer o poder: ele é, portanto, sempre certa forma de enfrentamentos estratégicos instantâneos e continuamente renovados entre vários indivíduos. Não é possuído, porque é algo que está em ação, que se arrisca. Logo, o que *está no cerne do poder é uma relação belicosa*, e não uma relação de apropriação (FOUCAULT, 2015, p.207, grifo nosso).

Também, ressaltará que o poder é exercido em

[...] um conjunto de ações sobre ações possíveis: ele opera no campo de possibilidade em que vem inscrever-se o comportamento de sujeitos agentes: ele incita, ele induz, ele desvia, ele facilita ou torna mais difícil, ele amplia, ou ele limita, ele torna mais ou menos provável; no limite ele obriga ou impede absolutamente; mas é sempre uma maneira de agir sobre um ou sobre sujeitos agentes, e isso enquanto eles agem ou são suscetíveis de agir (FOUCAULT, 2014, p.133).

Nesta passagem, o filósofo demonstra que o poder se exerce de modo microscópico, capilar, pois está presente em todas as relações possíveis do campo social. Esta análise microfísica do poder – que evidencia a existência de formas de exercício de poderes diferentes, que se exercem em níveis variados e díspares no corpo social, que podem ou não estarem articulados ao Estado – é o que possibilita verificarmos como o poder político, através de diversos mecanismos, perpetua a guerra por outros meios, coagindo, disciplinando e controlando os indivíduos.

---

<sup>14</sup> Roberto Machado considera que “Foucault foi levado a distinguir no poder uma situação central e periférica e um nível macro e micro de exercício, o que pretendia era detectar a existência e explicitar as características de relações de poder que se diferenciam do Estado e seus aparelhos. Mas, isso não significa, em contrapartida, querer situar o poder em outro lugar que não o Estado, como sugere a palavra periferia” (MACHADO, R. Por uma Genealogia do Poder. In: FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 2007, p. XIV)

A saber, quando Foucault pondera ser a política a continuação da guerra por outros meios, ele busca evidenciar que

[...] as relações de poder, tais como funcionam numa sociedade como a nossa, têm essencialmente como ponto de ancoragem uma certa relação de força estabelecida em dado momento, historicamente precisável, na guerra e pela guerra. E, se é verdade que o poder político para a guerra, faz reinar ou tenta fazer reinar uma paz na sociedade civil, não é de modo algum para suspender os efeitos da guerra ou para neutralizar o desequilíbrio que se manifestou na batalha final da guerra. O poder político, nessa hipótese, teria como função *reinserir perpetuamente essa relação de força, mediante uma espécie de guerra silenciosa, e de reinseri-la nas instituições, nas desigualdades econômicas, na linguagem, até nos corpos de uns e de outros*. Seria, pois o primeiro sentido a dar a esta inversão do aforismo de Clausewitz: a política é a guerra continuada por outros meios; isto é, a política é a sanção e a *recondução do desequilíbrio* das forças manifestado na guerra. E a inversão dessa proposição significaria outra coisa também, a saber: no interior dessa paz civil, as lutas políticas os enfrentamentos a propósito do poder, com o poder, pelo poder, as modificações das relações de força- acentuações de um lado, reviravoltas, etc.-, tudo isso, num sistema político deveria ser interpretado apenas como as continuações da guerra (FOUCAULT, 1999, pp. 22-23, grifo nosso).

Isto é, uma vez que as relações de poder ocorrem em todo corpo social, Foucault compreende que o poder político, por sua vez, terá por função reiterar em seu seio a relação belicosa que fundamenta nossas relações interpessoais. Ele manterá e promoverá o desequilíbrio entre as forças que estão em confronto através de diversos mecanismos de poder e técnicas de governo que alimentarão as relações de dominação.

Dito isto, é importante analisarmos as tecnologias de poder que foram desenvolvidas historicamente, para o prolongamento do exercício do poder e desta relação de dominação que não conseguiram eliminar o *estado permanente de guerra*, mas buscaram tornar a relação belicosa, presente no corpo social e político, imperceptíveis.

Consoante Foucault, o desenvolvimento destas tecnologias são fundamentais para a manutenção da relação belicosa existente no tecido social, por terem como função a gestão e o direcionamento das relações de força e buscarem aprimorar o controle sobre os indivíduos que resistem às formas de domesticação de seus corpos e mentes.

## 1.2 TECNOLOGIAS DE PODER

A fim de entendermos como permanecemos em um estado de guerra permanente, abordamos parte da analítica do poder de Foucault, tendo como objetivo demonstrar que, uma

vez ser o corpo social um campo onde existem relações de poder que se expressam em *relações de forças*, todos os indivíduos exercem poder uns sobre os outros, mas, evidentemente, *alguns conseguem exercitar de forma mais contundente, por serem os detentores do poder político e da norma*.

Neste sentido, o modelo da guerra nos é caro pelo fato desta metáfora conseguir traduzir o caráter belígero de nossas relações. Por conseguir expor que o poder é a guerra continuada por outros meios, por haver uma constante batalha pela imposição de algumas ações e vontades sobre outras. Ademais, o poder enquanto guerra significa estender tal compreensão ao poder político para demonstrar que no seio deste, a relação belicosa presente no corpo social, também se faz presente.

No entanto, vemos que o Estado mantém esta *batalha* de modo silencioso, constituindo uma espécie de “guerra silenciosa”. E, cabe lembrar que Foucault trará como fonte de entendimento da guerra como analisador das relações sociais, o discurso histórico-político que se transformara no discurso da *guerra das raças*.

Esta guerra torna-se o primeiro evento que permite compreender a sociedade como binária, pois o corpo social será compreendido e articulado por duas raças – que na realidade é uma única raça que se divide, por interesses políticos e econômicos, em sub-raças – como nos apresenta Foucault na obra “*Em Defesa da Sociedade*”.

Ademais, é importante termos em mente que esta *guerra das raças* se perpetuou e será o pano de fundo de toda a nossa análise, pois apesar de Foucault apresentar que a luta das raças, a partir do final do século XIX, é transformada em luta de classes, acredito que o que permanece é uma guerra entre as raças, pelo fato do pensamento racializado ainda estar presente no imaginário social

Para tanto, com o decurso da história cabe-nos interrogar: 1) quais mecanismos o Estado utilizou e utiliza para manter esta guerra entre as raças, aparentemente silenciosa, e fazer com que não percebamos que estamos em constante conflito, dentro e fora das instituições? 2) Como o mesmo opera para que não consigamos visualizar nas desigualdades sociais, no *racismo* anti-negro, dentre outras formas de exclusão, a manifestação dessa relação belicosa existente entre nós?

Ao acompanharmos a analítica do poder de Michel Foucault, percebemos que muitos são os mecanismos utilizados pelo poder político para conseguir manter este modelo de relação que visa eliminar, quando não, sujeitar a dita sub-raça e/ou grupos que são considerados não condizentes às normas estabelecidas; e para fazer que não sejamos capazes de visualizarmos e

nos rebelarmos contra as formas de exercício de sua força, sobretudo contra a raça que está na linha de frente desta batalha.

Portanto, a partir de agora iremos abordar as *tecnologias de poder* identificadas por Foucault. Veremos que o autor utilizará os termos técnicas e tecnologias como modo de estudar as práticas do poder. Assim, estudar as tecnologias de poder, significa analisar o poder em termos de estratégia e tática, não em termos jurídicos, pois será uma análise que investigará os *procedimentos* que foram inventados e aperfeiçoados para garantir o exercício do poder.

Neste sentido, verificar as tecnologias de poder será de extrema relevância para entendermos, através das lentes foucaultianas, como o poder político consegue manter esta guerra entre as raças, evidente e ensurdecadora, com um caráter de guerra silenciosa. Além de conseguir manter, neste campo de batalha, uma única e mesma raça como a detentora do poder político e da norma, ao mesmo tempo que busca manter o restante do corpo social, condizente às normas que não estão a favor de parte destes.

Para isto, faremos o seguinte recorte: analisaremos as tecnologias de poder presentes nos diferentes tipos de sociedades que caracterizam o Estado Moderno. Empenharemos em destacar as principais características destas tecnologias de poder na sociedade de Soberania e na sociedade disciplinar, tendo como principal fonte a obra “*Vigiar e Punir*”, para posteriormente adentrarmos na tecnologia de poder denominada *biopolítica*, sendo esta tecnologia de poder, a fonte principal para compreensão de nosso objeto de estudo, *o racismo de Estado*.

### 1.2.1 O PODER SOBERANO

Para adentrarmos no modo como era exercido o poder soberano, vale destacarmos que este poder foi um grande instrumento de luta política e teórica sobre os sistemas de poder entre os séculos XVI e XVII, como também fora um tipo de poder que possuiu em seu exercício a demarcação da relação entre soberano/súdito. O poder soberano é um poder que se exercia sobre a terra e seus produtos com mais intensidade do que sobre os corpos e o que estes faziam, visto que era um poder voltado para a apropriação de riquezas e bens e que girava em torno da existência de um Soberano.

Uma das características fundamentais de seu exercício está no fato de que a morte é o palco que se ergue para a celebração da cerimônia política, é o ponto em que mais brilha o absoluto poder soberano, por este *fazer morrer e deixar viver*. Os atributos fundamentais deste

poder são, portanto, o direito de vida e de morte sobre os súditos, pelo fato de que a vida e a morte, nesta esfera política, não são fenômenos naturais que estariam fora do campo político.

Portanto, “o direito de vida e de morte só se exerce de uma forma desequilibrada, e sempre do lado da morte. O efeito do poder soberano sobre a vida só se exerce a partir do momento em que o soberano pode matar” (FOUCAULT, 1999, p.286). Tal fato, gera uma espécie de desequilíbrio prático, no exercício de tal poder,

[...] uma vez que o direito de vida e de morte “só se exerce de forma desequilibrada, e sempre do lado da morte: sendo essencialmente um direito de espada”, o soberano somente exerce seu direito sobre a vida dos súditos porque pode mata-lo. O direito de soberania, assim, é “o direito de fazer morrer ou deixar viver (BERNARDES, 2013, p.49).

Compreender tal passagem requer ter em mente que a vida e a morte não são consideradas elementos naturais que estariam fora do âmbito do poder político. O que funda o poder soberano é o pacto feito pelos indivíduos em entregar a este, suas vidas e liberdade em troca de proteção contra o estado de guerra em que viviam. Portanto, com a constituição do Estado absolutista, o soberano detém o poder de deliberar sobre a vida de todos os súditos, em especial, sempre que estes ousarem contra a Lei, como uma forma de castigo e retaliação. Neste sentido, os corpos dos indivíduos serão nesta modalidade de poder, alvo de repreensão penal.

O Soberano segue o discurso jurídico tendo nele seu principal alicerce para o exercício de seu poder. Fato que torna este sistema e o campo judiciário os principais veículos para a legitimação e contenção de seu exercício. Contudo, os estudos sobre a mecânica do poder soberano, nos mostra que na verdade o *estado de guerra* não terminara com a instauração de um Soberano. Ele continuará para determinados povos, que como dissemos, fugiam às Leis estabelecidas que atingiam e buscavam assegurar os interesses econômicos e políticos do poder régio.

Portanto, o poder soberano instituirá como modo de manutenção da ordem e de seus privilégios, mecanismos para o exercício de seu poder que tinham como função demonstrar aos súditos a força de sua espada, através das mais terríveis formas de punições.

Entende-se, assim, que punir será a manifestação do exercício do poder soberano e a expressão crucial, ao meu ver, da continuação do estado de guerra nas sociedades até o início do século XIX<sup>15</sup>, ora pelo fato de expressar um poder de espada sobre um conjunto de forças,

---

<sup>15</sup> Vale ressaltar que não fora, necessariamente, em todos países que a prática do suplício se extinguiu no início do século XIX, pelo fato que as transformações nunca ocorrem de uma vez e de uma única forma, conforme (FOUCAULT, 1977)



consideradas perigosas para a ordem social; ora por evidenciar que a função de tal exercício é manter os interesses do monarca que deseja assegurar seus privilégios, garantindo-os através de mecanismos que se traduzam como uma “preocupação” com a ordem social, mas que na verdade é uma preocupação com a ordenação de uma estrutura que assegurasse o exercício de seu poder.

Os suplícios irão nesta modalidade vigorar como a mecânica deste poder. Eles serão na arte penal da soberania, uma forma de sofrimento calculado, no qual a economia do poder é empregada, em todo caso, de forma a sempre estabelecer uma discrepância de efeitos entre o crime e a punição. Dirá Foucault que

O suplício penal não corresponde a qualquer punição corporal: é uma produção diferenciada de sofrimentos, um ritual organizado para a marcação das vítimas e a manifestação do poder que pune : não é absolutamente a exasperação de uma justiça que esquecendo seus princípios , perdesse todo o controle. Nos “excessos” dos suplícios, se investe toda a economia do poder (FOUCAULT, 1977, p. 35).

Os corpos dos súditos serão supliciados, esquartejados, amputados e marcados como expressão simbólica de que este corpo havia sido alvo de uma punição. Foucault trará na obra *“Vigiar e Punir”*, o caso de Damiens como exemplo do “espetáculo punitivo” que expressa o modo de exercido do poder soberano. Ademais, nesta modalidade de poder, valia-se da visibilidade da punição como estratégia, vez que acreditava ser na demonstração do terror dos suplícios, a garantia de que pelo exemplo das punições, os outros súditos evitariam infringir às leis. Por este fato, para o Soberano

O direito de réplica, de “vingança”, não necessitava ser velado ou dissimulado. Aliás, o próprio intento era fazer com que o maior número possível de súditos estivesse a par das condenações. Elas tinham como objetivo não somente atingir o condenado, mas também produzir efeitos naqueles que assistiam e nos que ouviam as histórias. Para todos estes, as condenações são exemplos de um possível destino (MOURA, 2007, p. 22).

Desse modo, o suplício não correspondia a um mero espetáculo de castigo corporal, mas em um ritual organizado, onde se manifestara formalmente esse poder, que a todo momento, buscava edificar e evidenciar a força do soberano e utilizava o direito de punir “como um aspecto do direito que tem o soberano de guerrear seus inimigos[...]

(FOUCAULT, 1977, p.45)

No entanto, conforme nos aponta Foucault, no fim do século XVII e início do XVIII ocorrerá um processo de transição de uma sociedade do espetáculo para uma sociedade de vigilância. Haverá a passagem de uma economia do poder centrada na soberania para um

regime em que é nuclear a vida<sup>16</sup>. Esta transição acarretará mudanças no plano do direito político, como constituirá tecnologias de poder que investirão nestes corpos a fim de fazê-los viver e deixá-los morrer, invertendo, então a lógica do poder soberano que era fazer morrer e deixar viver.

### 1.2.3 TECNOLOGIA DISCIPLINAR

No final do século XVII e começo do século XVIII vemos surgir uma tecnologia de poder que possui procedimentos particulares que irão se diferenciar, sobremaneira, das relações de soberania. São tecnologias de poder que visam permitir o prolongamento dos efeitos de poder até os elementos mais tênues, de uma forma sutil, pois os corpos dos indivíduos passam a ser considerados forças produtivas, devido a uma nova racionalidade inteiramente atravessada pela passagem à produção em série e à redefinição da utilidade produtiva dos corpos.

Vemos, conforme a analítica do poder foucaultiana, a emergência de um *biopoder*, de um poder centrado na *vida*, que intervém e busca ordenar a multiplicidades de indivíduos “sob o pretexto de desenvolver o bem-estar dos indivíduos e das populações”(BERNARDES, 2013, p.60), mas que objetiva no fundo investir na *vida* dos indivíduos, devido a *utilidade* destas vidas para os anseios da nova sociedade que vigorava no fim do século XVII e XVIII, a saber, uma sociedade marcada pelo modo de produção capitalista.

Este *biopoder* se diferencia do poder soberano, portanto, por ter como propósito *fazer viver e deixar morrer*. Por buscar otimizar as vidas, retirando o poder de morte como a principal característica do exercício do poder, como também por buscar eliminar tudo que possa colocar em risco o desenvolvimento e aprimoramento da saúde, das forças destes corpos e vidas rentáveis.

---

<sup>16</sup> É importante termos em mente as causas, segundo Foucault, que levaram à transição do Poder Soberano para o Biopoder. Conforme o autor na obra *Em Defesa da Sociedade* “[...] tudo sucedeu como se o poder que tinha como modalidade, como esquema organizador, a soberania, tivesse ficado inoperante para reger o corpo econômico e político de uma sociedade em via, a um só tempo, de explosão demográfica e de industrialização. De modo que à velha mecânica do poder de soberania escapavam muitas coisas, tanto por baixo quanto por cima, no nível do detalhe e no nível da massa. Foi para recuperar o detalhe que se deu uma primeira acomodação: acomodação dos mecanismos de poder sobre o corpo individual, com vigilância e treinamento- isso foi a disciplina. É claro, essa foi a acomodação mais fácil, mais cômoda de realizar. É por isso que ela se realizou mais cedo – já no século XVII, início do século XVIII – em nível local, em formas intuitivas, empíricas, fracionadas, e no âmbito limitado de instituições como a escola, o hospital, o quartel, a oficina, etc. E, depois, vocês têm em seguida, no final do século XVIII, uma segunda acomodação, sobre os fenômenos globais, sobre os fenômenos de população, com os processos biológicos ou bio-sociológicos das massas humanas. Acomodação muito mais difícil, pois é claro, ela implicava órgãos complexos de coordenação e de centralização” (FOUCAULT, 1999, pp.297-298).

O poder sobre a vida, o *biopoder*, é para Foucault, um poder que “conseguiu cobrir toda a superfície que se estende do orgânico ao biológico, do corpo à população, mediante o jogo duplo das tecnologias de disciplina, de uma parte, e das tecnologias de regulamentação” (FOUCAULT, 1999, p.302).

Neste sentido ele se desenvolve através de duas tecnologias que se diferem, visto que uma tecnologia de poder atua sobre o plano individual, homem-corpo, enquanto a outra tecnologia de poder, incide sobre o homem-espécie, considerados em sua multiplicidade como população, será denominada *biopolítica*, possuindo dispositivos de controle diferenciados.

O poder que incidirá no plano individual de cada corpo, de modo minucioso e calculado, conseguindo dar continuidade ao estado conflituoso entre as raças que constituem o corpo social, e servindo ao advento de uma sociedade capitalista, que vê este corpo enquanto força produtiva, será denominado como *poder disciplinar*.

O poder disciplinar é um poder que se exerce na invisibilidade. Cabe a ele fazer funcionar as relações de poder não acima, mas na própria individualidade/corpo, da maneira mais discreta possível. Logo, ele não aposta no espetáculo, mas no cálculo minucioso para submeter a uma visibilidade obrigatória os súditos, a quem ele se volta.

Ademais, é uma modalidade de poder que busca em seu exercício não recorrer à força para obrigar o bom comportamento dos indivíduos, mas em calcular as melhores formas para não tornar evidente a relação belicosa que atravessa o corpo social e constitui o poder político; e maximizar a força útil destes corpos ao mesmo tempo em que domesticam suas mentes e reduzem sua força política. Por este fato, devemos entender, primeiramente, que

[...] a “disciplina” não pode se identificar com uma instituição nem com um aparelho; ela é um tipo de poder, uma modalidade para exercê-lo, que comporta todo um conjunto de instrumentos, de técnicas, de procedimentos, de níveis de aplicação, de alvos; ela é uma “física” ou uma anatomia do poder, uma tecnologia (FOUCAULT, 1977, p.189).

## E o poder disciplinar

[...] é com efeito um poder que, em vez de se apropriar e de retirar, tem como função maior “adestrar”; ou sem dúvida adestrar para retirar e se apropriar ainda mais e melhor [...] A disciplina “fabrica” indivíduos; ela é a técnica específica de um poder que toma os indivíduos ao mesmo tempo como objetos e como instrumentos de seu exercício. Não é um poder triunfante que, a partir de seu próprio excesso, pode-se fiar em seu superpoderio; é um poder

modesto, desconfiado, que funciona a modo de uma economia calculada, mas permanente (FOUCAULT, 1977, p. 153).

O uso meticuloso das *disciplinas* é a condição necessária para o exercício desta tecnologia de poder, por ser esta a responsável pelo adestramento e fabricação dos tipos de indivíduos que servirão às demandas de um capitalismo industrial, sem se rebelarem contra todas as formas de manipulação e sujeitamento de seus corpos e mentes. À vista disto, Foucault concebe por *disciplina* “todas as técnicas para assegurar a ordenação das multiplicidades humanas” (FOUCAULT, 1977, p. 193).

Tais técnicas são econômica e politicamente menos onerosas possíveis, ao mesmo tempo que constroem corpos com a docilidade necessária para os anseios da sociedade em voga. Para mais, enquanto técnicas que asseguram a ordenação das multiplicidades, as disciplinas têm, em suma, a função de: *dominar* todas as forças que se formam a partir da própria constituição de uma multiplicidade organizada e *neutralizar* os efeitos de contrapoder que delas nascem e que formam resistência ao poder que possui, nesta relação belicosa, o domínio do exercício da força.

Por isto, esta tecnologia de poder também se desenvolve tendo em vista a contenção de todas as manifestações desta batalha, “agitações, revoltas, organizações espontâneas, conluíus – tudo o que pode se originar das conjunções horizontais”<sup>17</sup>, bem como utiliza-se de processos de separação e de verticalidade, que introduz entre os diversos indivíduos, barreiras tão estanques quanto possível, definindo redes hierárquicas precisas e o papel social de cada indivíduo.

Dito isto, para compreender como tal tecnologia opera é importante reiterarmos ser o corpo o alvo primordial desta tecnologia. No entanto, ele não é concebido como um suporte para as diversas formas de suplícios. Sobre ele, na sociedade disciplinar, são investidos métodos que permitem o *controle* minucioso de suas operações (corpo-organismo), para que haja uma constante sujeição de suas forças e a manutenção das relações gerais de dominação.

Logo, esta tecnologia terá um modo diferente de lidar com este corpo, por trazer técnicas novas de controle que exercerão sobre ele uma coerção sem folga, tendo em vista manter total controle sobre os movimentos, gestos, atitudes, rapidez, etc. O poder disciplinar é um poder infinitesimal sobre o corpo ativo, vela o processo das atividades mais que seus resultados e se exerce sobre um tempo e espaço que serão ao máximo esquadrihados.

---

<sup>17</sup> Ibidem

Este esquadrinhar do tempo e do espaço é exposto nos corpos constituindo o que Foucault chama de uma “anatomia política” do corpo, que conseguirá produzir um saber e deliberar quais técnicas específicas possibilitam melhor dominar os corpos, não simplesmente para que façam o que se quer, mas para que operem como se deve, com as técnicas, segundo a rapidez e a eficácia que se determina.

A disciplinarização de um corpo é a condição necessária para o ordenamento das sociedades que se instauram nos séculos XVIII e para um modelo produtivo que requer um corpo dócil, obediente, que produz gestos eficientes. Para isto, o poder disciplinar se articulará sobre o *tempo* realizando e garantindo seu controle e utilização. Mas, não será apenas uma arte de repartir os corpos, extrair e acumular o tempo deles. A disciplina evidencia o caráter positivo do poder, pois este produz o indivíduo.

Para a produção de individualidades disciplinadas, esta tecnologia utilizar-se-á de *dispositivos* simples, mas que são essenciais para o funcionamento desta tecnologia de poder que objetiva domesticar corpos e mentes. Assim, os dispositivos que constroem e codificam as atividades e aptidões desejadas nesta modalidade de exercício do poder, são: *o uso do olhar hierárquico* e *a sanção normalizadora* combinados com o uso do *exame*.

O *olhar hierárquico* diz respeito a uma das principais características desta tecnologia de poder: a vigilância. Esta é exercida de modo contínuo, ininterrupto, permanente, ilimitado. Operando como um olhar invisível. Foucault, através do modelo do Panóptico de Bentham, evidencia que instituições como prisões, escolas, conventos, quartéis, fábricas, exércitos, dentre outros, são modelos de instituições que utilizam da arquitetura proposta por este panóptico (espaço fechado, divisão em celas e torre central) para controlar e vigiar constantemente os indivíduos ao mesmo tempo em que produzem um saber sobre estes.

Este modelo arquitetônico é considerado exemplar para a função da vigilância, por que permite enxergar os indivíduos ao mesmo tempo em que não é possível que estes enxerguem quem está no centro e nas outras extremidades operando a vigilância. Ademais, este modelo arquitetônico possibilita infiltrar nos indivíduos a constante sensação da existência de um olhar sobre suas ações.

Por este fato, Foucault considera a vigilância a “engrenagem específica do poder disciplinar” (FOUCAULT, 1977, p.157), por ser esta o que permite a tecnologia de poder ser absolutamente indiscreta, integrada, múltipla, automática e anônima, possibilitando o controle de tudo e de todos em silêncio.

No que tange à *sanção normalizadora*, este dispositivo evidencia a mudança na concepção de punir no exercício do poder disciplinar, como também será responsável pela

imposição de uma ordem, uma escala hierárquica, dispositivos de comando e a previsão de comportamentos aceitáveis e eficientes na sociedade.

A principal característica desta sanção está no fato das disciplinas não serem reféns do discurso jurídico e não operarem no âmbito da Lei, definindo o que é permitido e o que é proibido. Elas, por serem criadoras de aparelhos de saber, de campos múltiplos de conhecimento irão produzir um discurso próprio que está no horizonte teórico das ciências humanas e sua jurisprudência será o saber clínico<sup>18</sup>. Por este fato, as disciplinas instaurarão um discurso da regra, de uma regra natural, isto é, da norma.

Foucault não precisa o conceito de norma, mas certificamos que seus trabalhos dedicados aos mecanismos de poder e suas implicações na subjetividade mostra que a “norma compreende um domínio de estados e situações que permitem a concretização de tecnologias positivas de poder, características de sociedades modernas.” (FONSECA, 2002, p.91). Assim, a norma em Foucault deve ser entendida

[...] num sentido que o próprio autor identifica como já presente no pensamento de Canguilhem, ou seja, ela seria “portadora de uma pretensão de poder”, seria um elemento a partir do qual um certo exercício do poder encontra-se fundado e legitimado (FONSECA, 2002, p.89).

A noção de norma estará embasada no saber clínico, psiquiátrico e não jurídico, assim ela será produtora de comportamentos e embasará a distinção entre o normal e o anormal. O anormal será o que situa à margem da norma (regras de conduta requeridas) e a eles serão destinados instrumentos de correção, que se pautam, sobretudo, em mecanismos de exclusão. A exclusão será considerada como uma forma de tratar, consertar, normalizar a anormalidade do indivíduo. Bartolomé Ruiz dirá, que

A norma normaliza as subjetividades através dos valores e comportamentos que se consideram naturais ou racionais, ela institui uma ampla rede simbólica através da qual se define o que é normal. A teia simbólica da normalidade impregna e legitima o conjunto de instituições mais justas e eficazes, os valores mais verdadeiros, os melhores mecanismos ou as estruturas mais racionais (BARTOLOMÉ RUIZ, 2004 *apud* CARDOSO 2008, p.172).

---

<sup>18</sup> “Foucault dirá que, organizando-se como um campo fenomenologicamente aberto, mas ao mesmo tempo cientificamente modelado, a psiquiatria vai colocar em contato duas coisas: a “norma”, entendida como regra de conduta, como princípio de conformidade, a que se oporão a irregularidade, a desordem, a excentricidade e a “norma” enquanto regularidade funcional, enquanto princípio de funcionamento adaptado e ajustado, a que se oporão o patológico, o mórbido, o disfuncional. A psiquiatria permitiria, assim, o ajustamento parcial desses dois “usos” ou “realidades” da norma: a norma como regra de conduta e a norma como regularidade funcional.” (FONSECA, 2002, p.85)

Os procedimentos normalizadores são na sociedade disciplinar de extrema relevância para o controle, discriminação, hierarquização entre os grupos que compõe o tecido social, na medida em que o poder disciplinar trabalha a fim de que os indivíduos se enquadrem na norma. Contudo, é preciso demarcar que em 1978, no curso titulado “*Segurança, Território e População*”, na aula de 25 de janeiro, Foucault faz uma observação pertinente, quanto ao uso do termo normalização nesta modalidade de poder disciplinar.

Para o autor, há nesta técnica de poder muito mais um processo de *normação* do que uma normalização<sup>19</sup>, visto que, primeiramente, estipula-se *um modelo ótimo a ser seguido pelos indivíduos, a fim de atingir os interesses da sociedade disciplinar*. Sendo assim, o processo de normalização disciplinar consiste em fazer com que as pessoas, seus gestos, condutas estejam conforme este modelo projetado. Logo, dirá Foucault

[...] o que é fundamental e primeiro na normalização disciplinar não é o normal e o anormal, é a norma. Dito de outro modo, há um caráter primitivamente prescritivo da norma, e é em relação a essa norma estabelecida que a determinação e a identificação do normal e do anormal se tornam possíveis. Essa característica primeira da norma em relação ao normal, o fato de que a normalização disciplinar vá da norma à demarcação final do normal e do anormal, é por causa disso que eu preferiria dizer, a propósito do que acontece nas técnicas disciplinares, que se trata muito mais de uma *normação* do que de uma normalização (FOUCAULT, 2008, p.75).

Assim, devemos considerar que há, sobretudo, um processo de *normação* na sociedade disciplinar e que esta contribui para demarcar os considerados capazes ou aptos e aqueles que não são aptos a atingir o modelo de comportamento requerido pela sociedade disciplinar, sendo portando a norma um instrumento eficaz para classificar e/ou excluir, os indivíduos e grupos que podem colocar em risco o ideal de sociedade e os privilégios da raça dominante do poder político e detentora/criadora da norma.

Por fim, o *exame* é o último elemento, mas também, fundamental para o bom adestramento destes corpos singulares, alvo de um poder que potencializa corpos e domestica mentes. Ele é a técnica que combina o olhar hierárquico que vigia com a sanção normalizadora. Ao mesmo tempo que vigia, qualifica, classifica, captura o indivíduo, gera um acúmulo de saberes sobre ele; o exame coloca em funcionamento uma política da escrita que permite o funcionamento desta engrenagem disciplinar que precisa identificar, localizar, transcrever as singularidades dos indivíduos em vista de situá-los com suas especificidades, no conjunto populacional. Sobre esta escrita disciplinar e seus efeitos, Haroldo de Resende pondera que

---

<sup>19</sup> A normalização será característica da sociedade de segurança que abordaremos posteriormente.

A escrita disciplinar, transformando cada indivíduo num caso, por meio do exame, põe em funcionamento o processo de objetificação e de sujeição. O exame ao fixar as diferenças individuais como oposição à própria singularidade, sinaliza a modalidade de poder em que a individualidade é tida como *status* e se liga às características que tornam cada indivíduo um caso. Todos esses processos em torno do *exame* convergem para o eixo *político da individualidade* disciplinar, para a constituição do indivíduo disciplinar, objeto e efeito de um poder e de um saber (RESENDE, 2015, p.294).

Portanto, o exame estabelece entre os indivíduos uma visibilidade que permite diferenciá-los e sancioná-los, como também levantar um campo de conhecimento sobre estes. As escritas disciplinares ao tornarem o homem um caso, um objeto de conhecimento, constitui o homem como um “objeto para o conhecimento e uma tomada para o poder” (FOUCAULT, 1977, p.170), fato basilar para a sujeição dos indivíduos percebidos como objetos e a objetivação dos que se sujeitam, como também para fabricação do tipo de homem requerido em uma sociedade que terá a norma e seus desvios como referência padrão para classificação, normalização e exclusão

Logo, todos os procedimentos normalizadores serão demasiado interessantes às pretensões de governamentalidade<sup>20</sup> dos indivíduos. Como são interessantes para compreendermos e visualizarmos como as técnicas e dispositivos de poder operaram para manterem sob controle a relação belicosa dentro e fora das instituições. O adestramento dos corpos dos indivíduos através dos dispositivos acima citados é indispensável para o sujeitamento destes que compõem o corpo social e estão imersos nesta *guerra entre as raças*, que as tecnologias de poder historicamente lutam para torná-la cada vez menos evidente e ensurdecedora.

Neste sentido, vemos com o exercício do poder soberano e a tecnologia de poder disciplinar, que o poder político desenvolve historicamente táticas e estratégias para o seu exercício, como a domesticação dos corpos e mentes dos indivíduos, justamente para garantir

---

<sup>20</sup> Foucault nos dá três definições de governamentalidade, sendo esta “o conjunto constituído pelas instituições, os procedimentos, análises e reflexões, os cálculos e as táticas que permitem exercer essa forma bem específica, embora muito complexa, de poder que tem por alvo principal a população, por principal forma de saber a economia política e por instrumento técnico essencial os dispositivos de segurança. Em segundo lugar, por “governamentalidade” entendo a tendência, a linha de força que, em todo o Ocidente, não parou de conduzir, e desde há muito, para a preeminência desse tipo de poder que podemos chamar de “governo” sobre todos os outros-soberania, disciplina- e que trouxe, por um lado, o desenvolvimento de toda uma série de aparelhos específicos de governo [ e por outro lado], o desenvolvimento de toda uma série de saberes. Enfim, por “governamentalidade” creio que se deveria entender o processo, ou antes, o resultado do processo pela qual o Estado de justiça da Idade Média, que nos séculos XV e XVI se tornou o Estado administrativo, viu-se pouco a pouco “governamentalizado”. (FOUCAULT, 2008, pp. 143-144)



uma ordem social que privilegie a manutenção do modo de produção e o exercício do poder por uma determinada raça/grupo, a partir da subalternização de outras.

Tanto que Foucault afirma ser a função da tecnologia de poder disciplinar, *dominar* todas as forças que se formam a partir da própria constituição de uma multiplicidade organizada e *neutralizar* os efeitos de contrapoder que delas nascem e que formam resistência ao poder.

### 1.2.4 TECNOLOGIA BIOPOLÍTICA<sup>21</sup>

Paralelamente à operacionalidade das disciplinas na fabricação de corpos úteis e almas dóceis com o objetivo de atingir a ortopedia moral que a burguesia ocidental europeia requisitava – e seus descendentes ainda requisitam em nossa contemporaneidade – vemos o desenvolvimento de outra tecnologia de poder no final do século XVIII que terá como alvo o corpo, mas um corpo múltiplo, com várias cabeças, qualificada como população<sup>22</sup>.

Esta tecnologia será denominada *biopolítica* e será considerada uma nova estratégia ao mesmo tempo de proteção e de maximização das forças vitais, vez que a vida dos indivíduos é um recurso valioso para o Estado e é colocada nos cálculos do poder, porque é útil. No entanto, salienta Revel “ela só é útil porque é, ao mesmo tempo, sã e dócil, ou seja, medicalizada e disciplinarizada” (REVEL, 2006, p.56).

Esta nova tecnologia, portanto, que torna a vida objeto das *políticas estatais* ocupar-se a de *regular* e *gerir* os homens em sua multiplicidade. Não será o corpo individual o seu principal alvo. Será um “agrupamento de indivíduos biologicamente definidos e que demanda uma atuação específica por parte das políticas de gestão do Estado e de suas diferentes instâncias” (CANDIOTO, 2011, p.83), ou seja, a população (novo elemento jurídico). Assim, podemos entender por *biopolítica*

[...] a maneira pela qual, a partir do século XVIII, se buscou racionalizar os problemas colocados para a prática governamental pelos fenômenos próprios

<sup>21</sup> A tecnologia *biopolítica* é uma tecnologia de poder que não exclui a técnica disciplinar, mas que a embute, que a integra, que a modifica parcialmente e que, sobretudo, vai utilizá-la implantando-se de certo modo nela, e incrustando-se definitivamente graças a essa técnica disciplinar prévia, conforme alega Foucault na obra *Em Defesa da Sociedade*.

<sup>22</sup> Segundo Foucault, população trata de um novo elemento pelo fato de que “nem a teoria do direito nem a prática disciplinar o conheciam. Para a teoria do direito, só existia o indivíduo e a sociedade, fundados numa relação em que o primeiro era o contratante e a segunda, o resultado dessa operação contratual. As disciplinas, por sua vez, baseavam sua prática no indivíduo e no seu corpo. Nesse sentido, a população não é nem um corpo social homogêneo, nem o indivíduo-corpo, e sim um “corpo múltiplo, corpo com inúmeras cabeças, se não infinito pelos menos necessariamente numerável [...] A biopolítica lida com a população, e a população como problema político, como problema a um só tempo científico e político, como problema biológico e como problema de poder[...]” (FOUCAULT, 1999, p. 292)

de um conjunto de viventes enquanto população: saúde, higiene, natalidade, longevidade, raça (CASTRO, 2009, pp. 59-60).

Judith Revel, também aponta-nos que o termo *biopolítica* designa

[...] a maneira pela qual o poder se transformou entre o final do século XVIII e começo do século XIX, a fim de governar não apenas os indivíduos, através de um certo número de procedimentos disciplinares, mas também o conjunto de seres vivos constituídos em população; e isso levou a que, através dos *biopoderes* locais, se começasse a se ocupar de coisas que costumavam ficar fora daquilo que era considerado habitualmente com a esfera do político – a higiene, a alimentação, a natalidade (REVEL, 2006, p.57).

Enquanto uma tecnologia de poder que complementa antigas tecnologias criadas para gerir a relação belicosa existente no corpo social, compreendemos ser a *biopolítica* uma nova tecnologia de poder que visa, também, defender a sociedade dos “ditos” riscos/danos que parte desta “massa populacional” pode constituir aos interesses da raça/classe detentora da norma, do poder político, ideológico e econômico da sociedade.

Neste sentido, a *biopolítica* visa atingir os interesses do modo de produção capitalista, mas sobretudo ela tem como função gerir os corpos múltiplos que vivem em *micro guerras* raciais, geradas em sua maioria pelo aparelho estatal como veremos adiante. É válido considerar que, este conceito aparece na obra de Foucault em 1974 na conferência proferida na Universidade Estadual do Rio de Janeiro, denominada “O Nascimento da Medicina Social”, hoje disponibilizada na coletânea “*Microfísica do Poder*”.

Nesta conferência, Foucault observa que as tecnologias de poder sempre buscaram controlar os indivíduos através de diversos mecanismos, como o controle da consciência e difusão de ideologias, mas observa que o controle, em especial com o desenvolvimento do capitalismo, começa no corpo e com o corpo, o que torna este uma realidade bio-política e consequentemente, a medicina é uma estratégia bio-política.

No entanto, será na última aula de 17 de março de 1976, do curso ministrado no Collège de France, titulado “*Em Defesa da Sociedade*” e posteriormente na obra “*História da Sexualidade 1: a vontade de saber*”, publicada em 1976, no último capítulo titulado “Direito de morte poder sobre a vida” que Foucault irá expor as características desta bio-política, deste poder que torna a vida do homem objeto da política. Em *História da Sexualidade 1*, Foucault descreve:

Concretamente, esse poder sobre a vida desenvolveu-se a partir do século XVII, em duas formas principais; que não são antitéticas e constituem ao

contrário, dois pólos de desenvolvimento interligados por todo um feixe intermediário de relações. Um dos pólos, o primeiro a ser formado, ao que parece, centrou-se no corpo como máquina: no seu adestramento, na ampliação de suas aptidões, na extorsão de suas forças, no crescimento paralelo de sua utilidade e docialidade, na sua integração em sistemas de controle eficazes e econômicos – tudo isso assegurado por procedimentos de poder que caracterizam as *disciplinas: anátomo-política do corpo humano*. O segundo, que se formou um pouco mais tarde, por volta da metade do século XVIII, centrou-se no corpo-espécie, no corpo transpassado pela mecânica do ser vivo e como suporte dos processos biológicos: a proliferação, os nascimentos e a mortalidade, o nível de saúde, a duração da vida, a longevidade, com todas as condições que podem fazê-los variar; tais processos são assumidos mediante toda uma série de intervenções e *contrôles reguladores*: uma bio-política da população. As disciplinas do corpo e as regulações da população constituem os dois pólos em torno dos quais se desenvolveu a organização do poder sobre a vida (FOUCAULT, 1988, p.131).

Esta política sobre a vida opera, portanto, sobre tudo que diz respeito à população. Ou seja, a *biopolítica* por ter como alvo a vida dos homens, em sua multiplicidade – que são forças produtivas, estoques de energia e somados a outros recursos garante a riqueza do Estado e os privilégios de alguns – cria mecanismos para cuidar, promover e regular todos os acontecimentos que são naturais da vida social e biológica dos homens. Logo, tal tecnologia tem como objeto os processos de natalidade, de mortalidade, de longevidade, dentre outras coisas.

Nestes registros dos primeiros pensares sobre a *biopolítica*, constatamos que para Foucault, desde *Vigiar e Punir*, o corpo é o palco de operação das técnicas de poder, tendo em vista controlá-los, vez que este para além de força produtiva, é arma, é discurso, é resistência, e exerce uma relação de força sobre outros. Logo, o controle na sociedade *biopolítica* continua tendo os corpos, em sua multiplicidade, como alvos, mas estes requerem não somente uma disciplinarização, mas uma *regulamentação* para que o controle desta multiplicidade ocorra, de forma que estes sejam condizentes com a forma como são governados<sup>23</sup>. E será a governamentalidade o que tornará possível a manutenção da *guerra entre as raças* existente no corpo social.

---

<sup>23</sup> A noção de *governo* torna-se presente na analítica do poder foucaultiana quando este irá desenvolver seus estudos sobre a *biopolítica* da população. Vemos esta mudança metodológica na forma de compreender o poder, passando da metáfora da guerra para a noção de governo, na obra “*Segurança, Território e População*” quando Foucault constata que o modelo da política ocidental advém do pastado cristão que buscava o governo das almas dos homens e que este fora transposto para a política, vez que no Estado Moderno, constatamos um controle sobre os indivíduos ao mesmo tempo em que há um controle sobre a população, como um pastor que consegue, conhece/cuida de cada ovelha ao mesmo tempo que rege todo o rebanho. Logo, Foucault observa que surge no Estado Moderno uma preocupação com a melhor forma de conduzir os homens e apresenta-nos como chegamos à noção de governo que hoje utilizamos. Nesta análise, pondera que o poder político busca técnicas para melhor conduzir as condutas dos homens de acordo com os interesses do Estado, em cada época histórica.

Quanto a forma de operar, no curso “*Em Defesa da Sociedade*”, Foucault assinala que é de todos os processos que dizem respeito à população que a tecnologia de poder denominada “*biopolítica*” vai extrair seu saber para definir suas formas de intervenção no corpo social, neste campo de batalha. Mas, percebemos que alguns saberes serão essenciais para o governo da população, como o saber clínico<sup>24</sup> e a *estatística*<sup>25</sup>, sendo esta considerada o conhecimento da realidade do Estado, por organizar o conjunto de saberes técnicos que caracterizam a realidade do Estado, dando a este as informações necessárias para bem gerir a população.

Novos mecanismos, portanto, são criados nesta tecnologia com diferentes características a fim de fazer com que estas vidas e seus processos sejam otimizados e quando preciso controlados, enfraquecidos e eliminados. Mas, por ser um poder voltado para a promoção da vida, os

[...] mecanismos implantados pela *biopolítica*, vai se tratar sobretudo, é claro, de previsões, de estimativas estatísticas, de medições globais; vai se tratar, igualmente, não de modificar tal fenômeno em especial, não tanto tal indivíduo, na medida é indivíduo, mas, essencialmente, de intervir no nível daquilo que são as determinações desses fenômenos gerais, desses fenômenos no que eles têm de global. Vai ser preciso modificar, baixar a morbidade; vai ser preciso encompridar a vida; vai ser preciso estimular a natalidade. E trata sobretudo de estabelecer mecanismos reguladores que, nessa população global com seu campo aleatório, vão poder fixar um equilíbrio, manter uma média, estabelecer uma espécie de homeostase, assegurar compensações; em suma de instalar mecanismos de previdência em torno desse aleatório que é inerente a uma população de seres vivos, de otimizar, se vocês preferirem, um estado de vida: mecanismos como vocês vêem, como os mecanismos disciplinares, destinados em suma a maximizar forças e a extraí-las, mas que passam por caminhos inteiramente diferentes. Pois aí não se trata absolutamente de ficar ligado a um corpo individual, como faz a disciplina. Não se trata, por conseguinte, em absoluto, de considerar o indivíduo no nível do detalhe, mas pelo contrário, mediante mecanismos globais de equilíbrio, de regularidade; em resumo, de levar em conta a vida, os processos biológicos do homem-

<sup>24</sup> A medicina será um instrumento valioso nesta guerra entre as raças, produzindo teorias eugênicas que irá sustentar o racismo biológico que veremos no próximo capítulo. Tanto que dirá Foucault “E vocês compreendem então, nessas condições, por que e como um saber técnico como a medicina, ou melhor, o conjunto constituído por medicina e higiene, vai ser no século XIX um elemento, não o mais importante, mas aquele cuja importância será considerável dado o vínculo que estabelece entre as influências científicas sobre os processos biológicos e orgânicos (isto é, sobre a população e sobre o corpo) e, ao mesmo tempo, na medida em que a medicina vai ser uma técnica política de intervenção, com efeitos de poder próprios. A medicina é um saber-poder que incide ao mesmo tempo sobre o corpo e sobre a população, sobre o organismo e sobre os processos biológicos e que vai, portanto, ter efeitos disciplinares e efeitos regulamentadores. (FOUCAULT, 1999, pp.301-302)

<sup>25</sup> No curso “*Segurança, Território e População*”, Michel Foucault certifica que a partir do século XVII é necessário um novo saber para quem governa. Os governantes devem conhecer não somente as leis, mas os elementos que constituem o Estado. “O saber necessário ao soberano será muito mais um conhecimento das coisas do que um conhecimento da lei, e essas coisas que o soberano deve conhecer, essas coisas que são a própria realidade do Estado é precisamente o que na época se chama de “estatística”. Etimologicamente, a estatística, é o conhecimento do Estado, o conhecimento das forças e dos recursos que caracterizam um Estado num momento dado. Por exemplo: conhecimento da população, medida da sua quantidade ...” (FOUCAULT, 2008, p.365)

espécie e de assegurar sobre eles não uma disciplina, mas uma regulamentação (FOUCAULT, 1999, pp.293-294).

No entanto, como esta tecnologia de poder *regula* a população? Como ela irá lidar com o aleatório que caracteriza a população? Vemos na tentativa de regular a população, a importância da *norma* nesta tecnologia de poder. A saber, para gerir a população a *regra* utilizada não é mais a *regra jurídica*, a *lei* como assinalamos outrora ser o elemento principal no exercício do poder soberano. No *biopoder* a norma será a regra natural.

As políticas sobre a vida se desenvolvem através do conhecimento dos aspectos naturais da vida dos homens. Logo, a regra que contribui na *condução das condutas dos homens-espécie*, é a regra natural, isto é, a *norma*. No artigo titulado “*Nas origens do biopolítico*”, Revel analisa o papel da norma e nos revela que,

Para poder criar populações homogêneas o poder não pode mais se satisfazer com velhas regras jurídicas. A racionalidade política na qual aparece o *biopoder* está, portanto, marcada pela aparição de um novo tipo de regras. Estas, que Foucault chama de *normas*, têm duas características essenciais: a) são instrumentos de governo ao mesmo tempo dos indivíduos e das populações, segundo a dupla série que acabamos de ver; b) elas fazem referência a regras naturais, o que lhes permite aplicar-se indistintamente, em nome de uma naturalidade da vida que deve ser precisamente preservada e, caso fosse preciso, assistida, a fim de fazer girar o ciclo produtivo (REVEL, 2006, pp.56-57).

Foucault considera a *norma*, o elemento pelo qual, o poder sobre a vida irá produzir as condutas, os gestos, os discursos, as subjetividades, a fim de regular, ou seja, fazer estes corpos múltiplos agirem com uma *certa regularidade*, uma *certa constância*, de modo que o Estado possa prever seus comportamentos. Surgindo, a partir do final do século XVIII com a *biopolítica*, o que será denominado *sociedade de normalização*.

Uma sociedade que coloniza “cada vez mais os procedimentos da lei” (FOUCAULT, 1999, p.45); que separa os indivíduos, segundo os critérios do normal e do patológico, obtidos no processo de *normação* na sociedade disciplinar e amparados pelo *corpus* de um saber representado pela medicina<sup>26</sup>. Este processo de normalização, “equivale a um *processo de sujeição* do indivíduo, mediante a moldagem da conduta humana à adoção voluntária de uma

---

<sup>26</sup> Marcio Fonseca, ao fazer uma genealogia da norma em sua obra “Michel Foucault e o Direito” nos diz que “A genealogia dos anormais (realizada nos cursos de 74 e 75) indica que, sobretudo após a configuração das noções de “normal” e de “anormal no seio do saber e das práticas da psiquiatria, é que será possível a difusão maciça das tecnologias do poder de normalização para todas as outras instancias da sociedade. (FONSECA, 2002, p.91)

pauta de comportamento que é considerada *normal* pelas estruturas de poder” (LAZZARIN, 2007, p. 99). E, para mais, tal processo possui um *modus operandi* muito sutil:

Ele não se centraliza em alguém, mas se dispersa numa rede de mecanismos e técnicas. Não se impõe como uma coação externa, mas se apresenta como um dever da consciência. Não pretende coagir as pessoas, mas induzir vontades; não tem como objetivo oprimir os sujeitos, senão governá-los. Não busca amedrontar pela repressão, mas adestrar pelo treinamento. Sua finalidade não é criar súditos nem escravos, mas fabricar subjetividades funcionais, por isso não se impõe como uma heteronomia autoritária, mas se aceita como um dever moral. Ele não obriga pelo castigo físico, mas normaliza através da norma. Não se exerce como opressão, mas se veicula como educação de valores e treinamento de hábitos. O poder normalizador busca o ajustamento dos indivíduos aos mecanismos sociais (BARTOLOMÉ RUIZ, 2004 *apud* LAZZARIN, 2007, p. 97).

Em suma, a norma é o vetor utilizado pela tecnologia de poder, que tomou de assalto a vida, para conseguir intervir na realidade dos indivíduos constituindo-os e conduzindo-os conforme os interesses do poder. Ela atua no espaço vazio em que a lei (norma jurídica) não alcança. Está presente nas diversas relações sociais, disciplinando o nosso agir, através da constituição de regulamentos, códigos de comportamento, pautas de condutas, critérios de seleção, dentre outras formas.

Por isto, está presente na dinâmica das relações institucionais (escola, família, local de trabalho, etc) estabelecendo os próprios mecanismos de enquadramento/punição, de modo que não seja preciso/possível a lei atuar. Afinal, a lei atua de forma direta. A norma é difusa e indireta; funcionando como “um padrão culturalmente construído a partir do qual uma multiplicidade de indivíduos é cindida por dentro, entre normais e anormais.” (CANDIOTO, 2012, p.21)

Sendo assim, podemos considerar que normalizar, em Foucault, é “agenciar a produção de condutas esperadas” (FONSECA, 2002, pp.86-87). Por isto, a norma será o elemento que circula entre as duas faces do *biopoder* : disciplinar e reguladora, conseguindo a um só tempo controlar a ordem disciplinar do corpo e os acontecimentos aleatórios de uma multiplicidade biológica. O que nos possibilita compreender ser a sociedade de normalização “uma sociedade em que se cruzam, conforme uma articulação ortogonal, a norma da disciplina e a norma da regulamentação” (FOUCAULT, 1999, p.302).

A norma na tecnologia *biopolítica* é um dos instrumentos que compõe o que Foucault denomina como *dispositivos* que terão por finalidade criar as possibilidades e assegurar/garantir os interesses desta sociedade e da forma de operar do poder. Em uma entrevista de

1977, sendo questionado sobre o que é um dispositivo, o filósofo divide a resposta em três partes e considera primeiramente o mesmo como

[...] um conjunto decididamente heterogêneo, comportando discursos, instituições, arranjos arquitetônicos, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas, enfim: do dito, tanto quanto do não-dito”; em segundo lugar, o dispositivo “é a natureza do elo que pode existir entre esses elementos heterogêneos”; e em terceiro lugar, o dispositivo é uma espécie de “formação, que num dado momento histórico, teve por função maior responder a uma urgência. O dispositivo tem, então, uma função estratégica dominante.” (FOUCAULT, 1977. Entrevista “*Le jeu de Michel Foucault*”)

Em Foucault dispositivo é um termo utilizado para denominar todos os instrumentos utilizados pelo poder para a manutenção e conquista de seus objetivos. São os *meios* que as tecnologias de poder utilizam em suas estratégias de controle. Por este fato, Foucault diz ser os dispositivos um conjunto de diferentes instrumentos que tem por função responder a uma urgência, a um objetivo em dado momento histórico. Logo, os dispositivos são de extrema importância nas estratégias de regulamentação e controle político de uma população.

Neste interim, o conceito de *dispositivo* é considerado, por pensadores como Deleuze, Dreyfus e Rabinow e Agamben, um conceito central no pensamento foucaultiano, pois os dispositivos, na analítica dos modos de operar das tecnologias de poder, são os principais instrumentos para que a estratégia e os objetivos do poder sejam alcançados. Ademais, os dispositivos são imprescindíveis no “processo de subjetivação, sem o qual o dispositivo não pode funcionar como dispositivo de governo, mas se reduz a um mero exercício de violência” (AGAMBEN, 2005, p.14).

Deleuze em seu texto “*O que é um dispositivo?*” ao analisar este conceito na filosofia foucaultiana, certifica-nos que nós “pertencemos a certos dispositivos e nele agimos” (DELEUZE, 1990, p.6). E, ao considerarmos que a partir do século XVII o poder toma de assalto a vida, e ao Estado cabe “*fazer viver e deixar morrer*” determinadas vidas, conforme seus interesses. No entanto, sendo a vida útil (força produtiva) o Estado busca cada vez mais, otimizar as vidas e controlar seus fluxos, criando *mecanismos* que o permita manejar os indivíduos/população conforme as necessidades da época.

E, entendendo que vivemos em uma sociedade onde o corpo social é marcado por uma *guerra entre as raças* e, que nesta batalha, alguns detêm o poder político e são os que constroem as normas, conseguindo assim governar, de forma direta e indireta, os indivíduos/população. Todavia, para manterem “à frente” nesta batalha, a raça detentora da norma desenvolve

*métodos, caminhos estratégicos*, ou seja, *dispositivos* que abarcam diferentes instancias para que estes corpos (sejam individuais ou considerados em sua multiplicidade - população) sejam bem governados e condizentes com o estabelecido, mesmo que este estabelecido seja contrário aos interesses dos envolvidos.

Ou seja, ao analisarmos a dinâmica social, o modo como se dão as nossas relações raciais/sociais, é possível realmente constatarmos que estamos imbuídos em uma rede de dispositivos e que neles agimos. O nosso Ser e estar no mundo, nossa forma de conceber a realidade, nossa forma de agir e sobretudo, nossa forma de conceber o Outro, são direcionados por dispositivos. Isto porquê? Porque os *dispositivos* são máquinas que produzem subjetividades, são máquinas do governo que visam nos controlar, assegurando uma possível ordem, neste campo de batalha que é o corpo social.

Por isto, os dispositivos de caráter disciplinar contribuíram para o adestramento dos corpos e docilidade das mentes, conforme necessitava a sociedade em que o poder sobre a vida surgia possibilitando o desenvolvimento da sociedade capitalista que requisitava corpos treinados, obedientes, úteis, dóceis, modelos arquitetônicos específicos (panóptico), tendo as escolas, fabricas, prisões, quartéis, criação de normas amparadas nas ciências humanas, dentre outros elementos, como os principais dispositivos para atingir os interesses de uma sociedade cada vez mais industrializada e capitalizada que precisava potencializar a vida, sua eficiência e o lucro.

Na tecnologia *biopolítica* que, torna a vida objeto da política, novos dispositivos são necessários para complementar os modos de intervenção do poder na dinâmica da população, seu principal objeto. Teremos com esta tecnologia os *dispositivos de segurança*, que visam dar segurança<sup>27</sup> à população no que se refere aos seus perigos internos, administrando e controlando-os em seus possíveis descontroles (FARIA, 2014).

Cabem a estes dispositivos estabelecerem uma média considerada ótima, verificando os níveis de periculosidade dos acontecimentos, para definir os limites do que será considerável “aceitável”. Assim, os dispositivos de segurança “consiste em boa parte na reativação e na transformação das técnicas jurídico-legais e das técnicas disciplinares[...]” (FOUCAULT, 2008, p.13). Mas, trazem como características específicas, a forma diferenciada de tratarem/conceberem o espaço, o aleatório e a norma.

---

<sup>27</sup> É importante atentarmos ao fato que “não foi o século XIX que inventou dispositivos para proporcionar segurança a uma coletividade em relação aos seus perigos internos, mas foi nessa época que eles adquiriram novo significado.” (CANDIOTO, 2011,p.85)



A administração do espaço, nesta tecnologia, visa assegurar que a população seja devidamente organizada, evitando os perigos e otimizando os elementos positivos. O planejamento espacial atentar-se-á para a boa distribuição dos indivíduos para que os possíveis acontecimentos, não afetem negativamente toda a população. Os acontecimentos aleatórios e a possibilidade do desencadeamento de revoltas, e demais eventos que possam afetar a população são bem calculados por estes dispositivos, de modo que se estipule um nível aceitável pela tecnologia de gestão.

Quanto a normalização, na sociedade de segurança, a norma opera no interior das normalidades diferenciais. Ela é deduzida do estudo das diferentes normalidades da realidade e, a partir dela, cria-se uma curva que vai do mais ou menos normal, procurando-se fazer com que as diferentes normalidades reais se aproximem o máximo possível dessa curva geral extraída da realidade (JUNIOR, 2006). O caráter normalizador do dispositivo de segurança objetiva a medida ótima e o bom funcionamento social.

A segurança requisitada “é uma certa maneira de acrescentar, de fazer funcionar, além dos mecanismos propriamente de segurança, as velhas estruturas da lei e da disciplina” (FOUCAULT, 2008, p.14). Deste modo, os dispositivos de segurança, a nova forma de lidar com a população, sua organização no espaço e seus acontecimentos aleatórios, representam, um conjunto de mecanismos de poder-saber a fim de regular, administrar, tornar a população uma massa saudável e útil de acordo com os interesses governamentais. De resto, tais dispositivos buscam impedir, manipular, neutralizar ou eliminar um determinado fenômeno que, porventura, coloque em risco a “saúde” deste corpo social.

São instrumentos pelos quais se busca, gerir os casos, riscos, perigos, crises, que de alguma forma ameaçam a vida da população, buscando, quando possível, não eliminar diretamente os acontecimentos nocivos, mas favorecendo os processos homeostáticos que tendem a restabelecer um ponto de equilíbrio otimizado. Contudo, nesta busca por equilíbrio e *gestão dos riscos* através da utilização dos dispositivos, visualizamos um paradoxo nesta tecnologia.

Historicamente a *biopolítica* emerge de um período de transição entre o velho direito de soberania de “*fazer morrer e deixar viver*”, e traz para o cenário do direito político do século XIX, um poder que não substitui este poder de soberania, mas o complementa. Ao tornar a vida o objeto principal do Estado, essa nova tecnologia de poder (*biopolítica*) busca “*fazer viver e deixar morrer*”, perpassando sutilmente esse poder de “*fazer morrer e deixar viver*” da soberania.

Tal fato permite-nos perceber que nasce na sociedade moderna uma “assunção da vida pelo poder” e isto faz com que o Estado proteja através de mecanismos sutis e economicamente racionais, bem como de alguns dispositivos, a vida de determinados indivíduos. No *biopoder*, o Estado atua a partir de mecanismos de previdência, de modo que, tenha controle sobre todos os fenômenos universais e acidentais que porventura possam interferir na manutenção da vida e tornem os indivíduos incapacitados e fora do circuito de produção.

Portanto, em nome da proteção à vida dos indivíduos, o Estado busca eliminar tudo que possa prejudicar o contínuo biológico da espécie. Por este fato, a *biopolítica*, como uma tecnologia de poder que através de procedimentos normalizadores visa *assegurar e proteger* a vida dos indivíduos, nos apresenta um paradoxo, visto que a mesma, por ser uma tecnologia de poder que busca fortalecer a vida, fazê-la crescer, *fazer viver, em defesa da sociedade* requerida, *seleciona a raça e as vidas dos indivíduos dignas de proteção e de viver*.

Isto significa que “as tecnologias de poder que tem como principal objetivo a manutenção da vida também são aquelas que exercem o direito de matar- segregacionar- excluir os indivíduos dentro da própria sociedade” (SCHUCMAN, 2010, p. 44). Ayub (2014), certifica que este paradoxo existente no *biopoder* se deve ao fato de que um poder que investe sobre a vida, que tem por objetivo fazê-la fortificar e que sustenta, na medida em que seu alcance se restringe ao mundo dos vivos, possui uma espécie de aliado ou reforço que é o antigo poder de soberania, o qual consiste exatamente em fazer morrer.

O velho poder de soberania de *fazer morrer e deixar viver* é considerado na teoria foucaultiana, um aliado das últimas horas do Estado que lhe dá poder, por força da natureza (da norma) e não por direito (lei), de matar e dizimar a espécie biológica perigosa. Cabe ressaltar que o darwinismo social<sup>28</sup> sustentou consideravelmente o pensamento político do século XIX. Em “*A vontade de saber*” Foucault faz as seguintes considerações sobre o poder de morte ser um complemento desta tecnologia, demonstrando não haver uma ruptura, mas um prolongamento das tecnologias de poder:

Essa morte, que se fundamentava no direito do soberano se defender ou pedir que o defendessem, vai aparecer como o simples reverso do direito do corpo social de garantir sua própria vida, mantê-la ou desenvolvê-la. Contudo, jamais as guerras foram tão sangrentas com a partir do século XIX e nunca, guardadas as proporções, os regimes haviam, até então, praticado tais holocaustos em suas próprias populações. Mas esse formidável poder de morte – e talvez seja o que lhe empresta uma parte da força e do cinismo com que levou tão longe seus próprios limites – apresenta-se agora como o complemento de um poder que se exerce, positivamente, sobre a vida, que

<sup>28</sup> A produção de saberes/teorias para a manutenção e sustentação do poder será discutida no próximo capítulo.

empreende sua gestão, sua majoração, sua multiplicação, o exercício sobre ela, de controles precisos e regulações de conjunto (FOUCAULT, 1988, p.131).

Mas, cabe questionarmos: como um poder que propaga a vida, trabalha pela sua otimização, consegue apresentar este paradoxo, sem que isto afete seu modo de operar? Questiona também Foucault:

[...] nessa tecnologia de poder que tem como objeto e como objetivo a vida (e que me parece um dos traços fundamentais da tecnologia do poder desde o século XIX), como vai se exercer o direito de matar e a função do assassinio, se e verdade que o poder de soberania recua cada vez mais e que, ao contrário, avança cada vez mais o biopoder disciplinar ou regulamentador? Como um poder como este pode matar, se é verdade que se trata essencialmente de aumentar a vida, de prolongar sua duração, de multiplicar suas possibilidades, de desviar seus acidentes, ou então de compensar suas deficiências? Como, nessas condições, é possível, para um poder político, matar, reclamar a morte, pedir a morte, mandar matar, dar a ordem de matar, expor à morte não só seus inimigos, mas mesmo seus próprios cidadãos? Como esse poder que tem essencialmente o objetivo de fazer viver pode deixar morrer? Como exercer o poder da morte, como exercer a função da morte, num sistema político centrado no biopoder? (FOUCAULT, 1999, pp. 303-304).

O exercício do poder de morte será exercido pelo poder político através do *dispositivo* denominado *racismo*. Na obra “*Em defesa da Sociedade*”, Foucault questiona:

Com efeito, o que é o *racismo*? É, primeiro, o meio de introduzir afinal, nesse domínio da vida de que o poder se incumbiu, um corte: o corte entre o que deve viver e o que deve morrer. No contínuo biológico da espécie humana, o aparecimento das raças, a distinção das raças, a hierarquia das raças, a qualificação de certas raças como boas e de outras, ao contrário, como inferiores, tudo isso vai ser uma maneira de fragmentar esse campo biológico de que o poder se incumbiu; uma maneira de defasar, no interior da população, uns grupos em relação aos outros. Em resumo, de estabelecer uma cesura que será do tipo biológico no interior de um domínio considerado como sendo precisamente um domínio biológico. Isso vai permitir ao poder tratar uma população como uma mistura de raças ou, mais exatamente, tratar a espécie, subdividir a espécie de que ele se incumbiu em subgrupos que serão, precisamente, raças. Essa é a primeira função do *racismo*: fragmentar, fazer cesuras no interior desse contínuo biológico a que se dirige o biopoder (FOUCAULT, 1999, p. 305).

Através do *racismo* “São mortos legitimamente aqueles que constituem uma espécie de perigo biológico para os outros” (FOUCAULT, 1988, p.130). Deste modo, o *racismo* passa a ser considerado por Foucault como o “mecanismo fundamental do poder, tal como se exerce nos Estados modernos, e que faz com que quase não haja funcionamento moderno do Estado

que, em certo momento, em certo limite e em certas condições, não passe pelo *racismo*” (FOUCAULT, 1999, p. 304)

Por isso, em defesa da sociedade desenvolve-se uma guerra interna, um discurso que tem como objetivo defender a sociedade contra seus perigos internos, os perigos biológicos da sub-raça, da contra-raça que ela mesma constituiu. Este discurso de controle do Estado é travado

[...] não entre duas raças, mas a partir de uma raça considerada como sendo a verdadeira e a única, aquela que detém o poder e aquela que é titular da norma, contra aqueles que estão fora dessa norma, contra aqueles que constituem outros perigos para o patrimônio biológico (FOUCAULT, 1999, pp.72-73).

Deste modo, Foucault nos mostra que emerge no *biopoder* um *racismo biológico* e centralizado, encarregado de proteger biologicamente a raça considerada verdadeira. Tal *racismo* é denominado por Foucault como *racismo de Estado*<sup>29</sup>, sendo este

[...] um *racismo* que uma sociedade vai exercer sobre ela mesma, sobre os seus próprios elementos, sobre os seus próprios produtos; um *racismo* interno, o da purificação permanente, que será uma das dimensões fundamentais da normalização social (FOUCAULT, 1999, p.73).

O Estado é o “protetor da integridade, da superioridade e da pureza da raça” (FOUCAULT, 1999, p.95) e só através do *racismo* que ele terá condições e aceitabilidade para tirar a vida dos considerados “inimigos”, “perigosos” numa sociedade de normalização, entendendo que tirar a vida significa na filosofia foucaultiana não somente a morte física, mas também a morte indireta, ou seja, Foucault entende por tirar a vida “*tudo o que pode ser assassinio indireto: o fato de expor à morte ou, pura e simplesmente, a morte política, a expulsão, a rejeição, dentre outros*” (FOUCAULT, 1999, p. 307, grifo nosso). Ademais, como alerta o filósofo, o discurso que constitui e sustenta a função assassina do Estado pautar-se-á na noção de que

A morte do outro não é simplesmente a minha vida, na medida em que seria minha segurança pessoal; a morte do outro, a morte da raça ruim, da raça inferior (ou do degenerado, ou do anormal), é o que vai deixar a vida em geral mais sadia; mais sadia e mais pura (FOUCAULT, 1999, p. 305).

---

<sup>29</sup> Foucault não desenvolveu o conceito de *racismo de Estado* e este não recebera tamanha atenção por muitos dos seus estudiosos. Giorgio Agamben é um dos filósofos que propôs a pensar a conjunção entre *biopoder* e direito soberano de matar nos Estados modernos liberais ou socialistas, evidenciando-nos que o paradigma político atual dos estados é a “exceção” a regra. Em sua perspectiva, o estado de exceção é expressão do velho direito soberano de matar (CANDIOTO, 2011, p.90).

Nesta perspectiva, o nazismo é um exemplo da implementação do *racismo de Estado*, por possuir ações governamentais estruturadas em torno de medidas profiláticas. Mas, com este discurso temos margens para compreendermos que o *racismo de Estado* expressa que estamos em um *estado de guerra permanente* e que o corpo social está atravessado por mecanismos de poder plenamente eugenistas.

Vivemos uma guerra biológica, quando analisamos que a morte do outro – da raça inferior, do anormal – é vista como uma forma de tornar a vida mais sadia e pura. Logo, é neste processo de transição e surgimento do *biopoder* que vemos o advento do *racismo* como mecanismo do Estado, como um *dispositivo de segurança*, um prolongamento das tecnologias de poder para poder eliminar os que são considerados fora da norma e/ou expressam um perigo social para os interesses da raça dominante.

Vemos também que este dispositivo possibilita o Estado assumir sua função assassina e *fazer morrer*, exercendo o *racismo*, vidas que ele destituiu de humanidade, de reconhecimento e cidadania. A seletividade faz parte do modo de operar dos Estados e por isto a morte de determinadas vidas não causam comoção.

Constata-se assim, a partir deste conceito que, o poder político não suprime a guerra, mas de fato ele dá continuidade a esta batalha, por diversas vias, mas está amparado por um discurso que dão às suas ações um caráter de defesa, de segurança aos indivíduos contra os perigos que existem em seu próprio corpo social. Ademais, a partir da análise das tecnologias desenvolvidas para a manutenção e controle da *guerra entre as raças*, verifica-se que o *racismo de Estado* é um dispositivo essencial nesta batalha, sendo a expressão conceitual desta *guerra* existente no corpo social.

Ele expressa o que torna possível a eliminação do Outro, de determinadas vidas mesmo em uma tecnologia de poder que atinge patamares biológicos tornando a vida seu principal elemento. É ele que determina quais vidas importam! Sua função na sociedade é política, e por sua vez, indispensável para o controle e manutenção da sociedade regida por uma raça historicamente detentora da norma e controladora do poder político, econômico e ideológico.

Logo, tendo em vista a função política deste dispositivo e amparados no conceito de *racismo de Estado*, buscaremos no próximo capítulo, fazermos um diálogo do pensamento com a realidade. Evidenciaremos como o *racismo* é a chave de leitura para compreendermos a gestão política dos Estados contemporâneos, em especial o brasileiro, ao iniciarmos a demonstração de vias pelas quais o *racismo de Estado* perpassa para exercer sua função de morte.

## CAPÍTULO II

### A CONSTRUÇÃO DE UM NÃO-SER PARA FAZER MORRER

No capítulo anterior, demonstramos que, na tecnologia *biopolítica*, para que o Estado possa eliminar determinadas vidas, este utiliza-se do *racismo de Estado*, tornando tal conceito chave para a compreensão do funcionamento dos Estados modernos, visto ser o dispositivo fundamental para o exercício do poder que tomou de assalto a vida.

O filósofo afirma que a partir da modernidade, não há Estado que não opere pelo *racismo*. Este se tornou uma racionalidade, onde é o corte biológico que define o que deve viver e o que deve morrer. No entanto, a morte não deve ser entendida apenas como a aniquilação física do indivíduo. A morte política, a expulsão, a rejeição, são algumas das diferentes formas de se expor à morte. São assassinios indiretos que aniquilam.

Portanto, sendo o corte feito no contínuo biológico da espécie humana pela hierarquização racial, qualificando certas raças como boas e outras como inferiores, o poder fragmenta o campo biológico e social defasando e *deixando morrer*, no interior da população, uns grupos em relação a outros.

O capítulo que segue, busca abordar como o *racismo* se tornou uma racionalidade, entendendo por racionalidade “o que programa e orienta o conjunto da conduta humana” (FOUCAULT, 2006, p.319) das instituições, das relações políticas e dos Estados a partir da modernidade, para entendermos como o *racismo de Estado* brasileiro atinge, preferencialmente, a população negra utilizando, estrategicamente, de diferentes vias para eliminar estes corpos.

Para isso, consideramos ser essencial demonstrarmos o papel desempenhado pelo saber<sup>30</sup> nestas relações de poder, pois conforme Foucault: saber e poder se implicam mutuamente. Não há relação de poder sem constituição de um campo de saber, como também, reciprocamente, todo saber constitui novas relações de poder. Por isto, abordaremos adiante como o pensamento racista e o *racismo* científico contribuiu na construção do *racismo* enquanto

---

<sup>30</sup> Por saber devemos considerar “o conjunto de elementos (objetos, tipos de formação, conceitos e escolhas teóricas formado a partir de uma única e mesma positividade, no campo de uma formação discursiva unitária” (CASTRO, 2009,p.394)

uma racionalidade estatal, de modo que todos os Estados modernos e contemporâneos atuem através do *racismo* para exercerem sua função de morte.

De antemão, ressaltamos que não é o nosso intuito fazermos uma história do *racismo*. No entanto, buscaremos evidenciar que o desenvolvimento do *racismo* está atrelado aos interesses das antigas sociedades e consequentemente dos Estados Modernos que vivenciaram processos de expansão colonial e dominação de outros povos. Logo, a ciência exerceu um papel extremamente importante para o advento das sociedades modernas, como também para as demandas sociais desta época, que buscava justificar a dominação/escravização de um povo sobre o outro, do ponto de vista científico.

Portanto, buscaremos neste capítulo demonstrar como a produção de teorias sobre uma determinada raça, buscou atender os interesses do Estado, como também, veremos que a sujeição dos saberes produzidos pelas raças colonizadas foi um instrumento que contribuiu no processo de desumanização de alguns povos e ainda contribui para a manutenção dos conflitos entre as raças no corpo social.

Fato é, como veremos, que a produção de conhecimentos sobre o Outro que não compartilha do Eu hegemônico que domina (homem branco), é por vezes depreciativa. Mas, não seria essa depreciação parte da estratégia de dominação? Vejamos um pouco sobre o que fora construído no campo do saber sobre a raça negra e o grande papel que a filosofia teve neste processo, ao engendrar ideias que também permitiram inventar o ser negro como negatividade.

Ademais, sendo o pensamento dominante de uma época o pensamento da raça dominante, será o *racismo* a estrutura do imaginário social e consequentemente do modo de operar dos Estados, que condenará à morte os indivíduos pertencentes à raça por ele considerada inimiga, um perigo biológico, social, político, cultural. E as vias para esta eliminação... são genocidas.

## 2.1 O PENSAMENTO RACISTA

Sendo o *racismo de Estado* um *racismo biológico* que a sociedade vai exercer sobre ela mesma a fim de fazer um corte entre o que deve viver e o que deve morrer, este *racismo* é exercido apenas sobre determinadas vidas. No entanto, como estas vidas são selecionadas? Para esta pesquisa, cabe fazermos esta questão para compreendermos como as vidas negras tornaram-se alvos principais do *racismo de Estado* em nossa sociedade.

Para iniciarmos esta reflexão é preciso considerarmos que o exercício do poder requer um campo de saber que resguarde seus interesses e ações. Logo, requer a criação, utilização e apropriação de determinados saberes para responder/socorrer as necessidades sociais emergentes. Por este fato, Foucault considera que as relações de poder de cada época é o que determina a busca de determinado conhecimento. Assim, conhecimento e poder não se desassociam visto ser o primeiro oriundo das relações de poder e um instrumento para difusão de ideologias.

Não havendo dissociação é possível, portanto, refletirmos sobre as condições que tornam possível a emergência do pensamento racializado no modo de operar dos Estados modernos e quais as consequências desta emergência para as raças vítimas de tais teorias. No entanto, cabe ressaltarmos que o pensamento racializado não surge apenas na modernidade.

Foucault traz em suas análises a importância da estatística e do saber clínico, como um dos principais campos do saber em que a tecnologia *biopolítica* se orienta, pois os saberes gerados pelas áreas biomédicas interferiram sobremaneira no pensamento social/político dos séculos XVIII sobretudo no século XIX, tornando as ciências biológicas o amparo principal das tecnologias do *biopoder* e o saber clínico fundamental para se estipular *a norma*, o normal e o patológico para o estabelecimento de uma normalização social.

Entretanto, para além do saber clínico, é preciso considerarmos que outras áreas como a Filosofia, fortaleceram um pensamento racial que já existia no mundo. A saber, o pensamento filosófico contribuiu na difusão dos pensares sobre a inferioridade de determinadas raças, como é possível verificarmos nas passagens abaixo, que demonstram o que filósofos europeus propagaram sobre a raça negra.

Adiante, apresentamos alguns pensamentos que foram difundidos durante a história do pensamento filosófico e científico, constituindo o que chamamos de *Pensamento Racista*, que engendrou no imaginário social, contribuindo na manutenção ideológica da existência de superioridade racial, onde a *branquitude*<sup>31</sup> é vista como superior e as demais raças/etnias inferiores, em especial a raça negra.

Tal abordagem se justifica por termos, neste primeiro momento, a necessidade de demonstrar, parafraseando Marx, que *os pensamentos dominantes de uma época são os*

---

<sup>31</sup>Cardoso conceitua branquitude como a identidade racial branca individual ou coletiva. Ademais, faz uma distinção conceituando como *branquitude acrítica* aquela que argumenta a favor da superioridade racial e *branquitude crítica* aquela que desaprova publicamente o racismo. No entanto, neste trabalho o termo está designando a identidade racial branca e seus privilégios, que é o que nos interessa ressaltar ao utilizarmos este conceito. Cf.: CARDOSO, Lourenço. A branquitude acrítica revisitada e a branquitude. Revista da ABPN, Florianópolis, v. 6, n. 13, p. 88-106, mar./jun. 2014



*pensamentos da raça dominante* e que a difusão destes pensamentos se estenderam à contemporaneidade, mantendo o *modus operandi* opressor das relações raciais, constituídos na antiguidade, que tende a desumanizar todos os que não participam do Eu hegemônico branco.

Portanto, apresentaremos pensamentos que contribuíram na difusão do pensamento racista para posteriormente verificarmos como o saber produzido sobre os Outros (que não compartilham do Eu hegemônico) proporcionaram o *epistemicídio*, estimulam o encarceramento e torna possível a aniquilação física, um genocídio da população negra no Brasil e no mundo, vez que as sombras do pensamento racista e do *racismo* científico ainda se fazem presentes no imaginário social.

Neste interim, observamos com Voltaire que as ideias racistas existiam na Europa antes de 1758, ano em que o botânico e zoólogo sueco Lineu propôs uma divisão científica em raças (MACHADO; LORAS, 2017). Voltaire, filósofo iluminista, é um dos principais difusores de um pensamento que não considera ser os homens oriundos da mesma espécie. Poligenista, este filósofo busca contrapor os caucasianos aos negros e considera risível o monogenismo, vez que não admite os negros serem da mesma espécie que os caucasianos.

Vejamos alguns excertos que demonstram sua perspectiva:

[...]Disseram nossos sábios que o homem é a imagem de Deus: fresca imagem de Deus, essas cabeças negras e de nariz chato, e com pouquíssima ou nenhuma inteligência!<sup>32</sup>

A diferença entre todas essas espécies [humanas] é tão marcada quanto a diferença entre o galgo e o cão d'água. [...] A lã negra na cabeça e em outras partes do corpo dos negros não se assemelha em nada aos nossos cabelos e pelos; e podemos dizer que o discernimento dos negros, mesmo que não seja de natureza diferente daquela do nosso, é no mínimo muito inferior.<sup>33</sup>

Montesquieu, filósofo francês, na obra “*O espírito das leis*” (1748), também faz menção aos negros, de forma depreciativa e contribui na difusão do pensamento racista. No livro XV, capítulo V desta obra, ele diz: “Não nos podemos convencer que Deus – que é um ser muito sábio, tenha posto uma alma, principalmente uma alma boa, num corpo todo preto.” Adiante reforça: “É impossível que suponhamos que estas pessoas sejam homens, porque se os

<sup>32</sup> VOLTAIRE na sétima Carta de Amabed. Disponível em <<http://www.dominionpublico.gov.br/download/texto/cv000011.pdf>> pdf, p. 24.

<sup>33</sup> Voltaire, *Mélanges de littérature, d'histoire et de philosophie*, tome premier. Genève: Cramer et Bardin, 1775; p.313. In: LORAS, Alexandra Baldeh; MACHADO, Carlos Eduardo Dias. *Gênios da humanidade: ciência, tecnologia e inovação africana e afrodescendente*. São Paulo: DBA Artes Gráficas, 2017, p. 3

supuséssemos que eles fossem homens, começaríamos a crer que nós mesmos não somos cristãos. (MONTESQUIEU, 1996, p. 257)

Hume, filósofo escocês, em um ensaio de 1748 expõe:

Eu tendo a achar que os negros [...] são por natureza inferiores aos brancos. Praticamente nunca houve nação civilizada daquela cor, nem indivíduos notáveis no campo fosse da ação, fosse do pensamento. Entre eles não há manufaturas engenhosas, não há artes, não há ciências. De outra parte, mesmo os brancos mais brutos e mais bárbaros, como os antigos germanos e os atuais tártaros, tem algo de notável na bravura, na forma de governo ou em alguma outra particularidade. Uma diferença assim uniforme e constante não teria como ocorrer em tantos países e eras se a natureza não tivesse feito já na origem uma distinção entre essas linhagens de homens (HUME 1758 *apud* MACHADO; LORAS, 2017, p.18).

Immanuel Kant, filósofo prussiano, em seu texto titulado “*Observações sobre o sentimento do belo e do sublime*”, de 1764, descreve sua visão sobre as manifestações culturais negras e sobre estes indivíduos, revelando seu eurocentrismo e pensamento racista. Diz o filósofo:

Os negros da África não possuem, por natureza, nenhum sentimento que se eleve acima do ridículo. O senhor Hume desafia qualquer um a citar um único exemplo em que um Negro tenha mostrado talentos, e afirma: dentre os milhões de pretos que foram deportados de seus países, não obstante muitos deles terem sido postos em liberdade, não se encontrou um único sequer que apresentasse algo grandioso na arte ou na ciência, ou em qualquer outra aptidão; já entre os brancos, constantemente arrojam-se aqueles que, saídos da plebe mais baixa, adquirem no mundo certo prestígio, por força de dons excelentes. Tão essencial é a diferença entre essas duas raças humanas, que parece ser tão grande em relação às capacidades mentais quanto à diferença de cores. A religião do fetiche, tão difundida entre eles, talvez seja uma espécie de idolatria, que se aprofunda tanto no ridículo quanto parece possível à natureza humana. A pluma de um pássaro, o chifre de uma vaca, uma concha, ou qualquer outra coisa ordinária, tão logo seja consagrada por algumas palavras, tornam-se objeto de adoração e invocação nos encantamentos. Os negros são muito vaidosos, mas à sua própria maneira, e tão matraqueadores, que se deve dispersá-los a pauladas (KANT, 1993, pp. 75-76).

O prussiano, Georg Wilhelm Friedrich Hegel, não difere dos supracitados, por considerar os africanos e os nascidos nas Américas seres *inferiores de fácil constatação*. Aos negros, este tão renomado filósofo, não reconhece humanidade e populariza a seguinte ideia:

A principal característica dos negros é que sua consciência ainda não atingiu a intuição de qualquer objetividade fixa, como Deus, como leis, pelas quais o homem se encontraria com a própria vontade, e onde ele teria uma ideia geral

de sua essência [...] O negro representa, como já foi dito, o homem natural, selvagem e indomável. Devemos nos livrar de toda reverência, de toda moralidade e de tudo o que chamamos sentimento, para realmente compreendê-lo. Neles, nada evoca a idéia do caráter humano[...] A carência de valor dos homens chega a ser inacreditável. A tirania não é considerada uma injustiça, e comer carne humana é considerado algo comum e permitido [...] Entre os negros, os sentimentos morais são totalmente fracos – ou, para ser mais exato inexistentes (HEGEL, 1999, pp. 83-86).

Para mais, Hegel alega ser o continente africano um continente sem história, retirando deste, a possibilidade de fazer parte da “história universal”, por considerar que a África não tem nenhum movimento ou desenvolvimento para mostrar, além de alegar serem, seus habitantes, destituídos de humanidade.

Somam-se a estes filósofos, referenciais nos currículos de formação acadêmica e intelectual da humanidade, outras referências no campo das ciências sociais que também reiteraram a lógica do pensamento racista em suas produções. São eles: Augusto Conte (1798-1857), Alexis Tocqueville (1805-1859), Max Weber (1864-1920), Émile Durkheim (1858-1917).

Mesmo considerando o tempo e espaço em que estes pensamentos foram construídos e que estes pensadores, por consequência, são homens do seu tempo, precisamos admitir que estes influenciaram no *modus pensante* da posteridade e que a difusão destes pensamentos contribuiu e ratificou a construção de uma concepção de mundo depreciativa sobre os negros e sua cultura.

Para além destes excertos retirados de textos dos principais filósofos ocidentais acreditamos ser interessante apresentarmos excertos dos intelectuais naturalistas e médicos, como de outros pensadores/pesquisadores que buscaram através da ciência, comprovar a “inferioridade natural” de determinadas raças em detrimento da raça branca europeia, dando origem ao *racismo* científico.

Gislene Santos em sua obra “*A invenção do “ser negro”: um percurso das ideias que naturalizaram a inferioridade dos negros*”, mostra-nos que o pensamento dos filósofos iluministas, que referimos acima, foram resgatados pelo *racismo* científico e somados a outros que estavam emergindo no século XVIII. Amparados nas noções de perfectibilidade, influências climáticas e origens separadas – aspectos utilizados para a diferenciação dos povos entre os pensadores iluministas - surgem, neste interim, ciências como a frenologia, a antropometria e a eugenia que irão ampliar as concepções sobre a origem e características das diferentes raças.

No século XIX, com os estudos de Charles Darwin, a ideia de evolução torna-se o paradigma das investigações científicas e as teorias poligenistas passam a ter mais adeptos, por serem concebidas como teorias que, de fato, buscam uma “verdade científica contra as ilusões metafísicas” (SANTOS, 2002, p.48), estabelecendo uma crítica aos teóricos monogenistas, que acreditavam em uma origem única dos homens. Nestes tempos, Santos nos informa que as:

Investigações sobre os tipos raciais tomam a Europa e vários intelectuais aproveitaram a oportunidade para escrever teorias sobre as diferenças raciais. As disparidades entre as teorias e os teóricos eram mínimas, visto que partiam dos mesmos pressupostos; da crença na diferença entre os tipos humanos que impunha uma certa hierarquia e da busca de uma explicação anatômica para esta diferença, somada ou não a outros fatores (SANTOS, 2002, p.49).

Contudo, a autora ressalta que foi a evolução do darwinismo e suas aplicações em outros campos do saber, como na antropologia social, que impulsionou a ideia de que a raça é o catalisador para se pensar e/ou solucionar todos problemas. Como as investigações haviam configurado modos de “encarar os tipos caucasoides como a raça eleita para ordenar e guiar o mundo” (SANTOS, 2002, p.49), os pensadores influenciados pela teoria da evolução de Darwin acreditavam na existência de uma raça pura, forte e sadia que eliminaria as raças tidas como inferiores, gerando o que passamos a conhecer por eugenia<sup>34</sup>. Logo, “o darwinismo social vem coroar de êxito a teoria das raças que vinha se desenvolvendo por mais de um século.” (SANTOS, 2002, p.52).

Dito isto, vejamos alguns excertos que demonstram como as teorias raciais consideravam os indivíduos pertencentes à raça negra, estimulando modos de conceber o Outro, não-europeu, como inferior. Iniciando com Jean Léon L’African, mulçumano, responsável pela propagação das imagens dos negros na França no século XVI, vemos que este descreve os negros da seguinte forma:

são brutos sem razão, sem inteligência e sem experiência. Eles não tem absolutamente nenhuma noção do que quer que seja. Eles assim vivem como as bestas, sem regras e sem leis (*Apud* Cohen, 1981 *apud* SANTOS, 2002, p.54).

---

<sup>34</sup> O termo Eugenia foi criado por Francis Galton (1822-1911), que o definiu como “O estudo dos agentes sob o controle social que podem melhorar ou empobrecer as qualidades raciais das futuras gerações seja física ou mentalmente”. Definição disponível em < <https://www.ufrgs.br/bioetica/eugenia.htm> > Acesso em 07 nov. 2017.

Em 1839 surge em Paris a Sociedade Etnológica que tem como objetivo estudar a organização intelectual, moral, as línguas e a organização física das raças não-brancas para demonstrar que os elementos físicos dos homens estão relacionados a sua conduta. Surge, então, a ciência antropológica com caráter fisiológico e a forma que este campo do saber busca explicar o Ser, através da forma como seus traços físicos aparecem, impulsionando o desenvolvimento de outro saber denominado, frenologia.

De acordo com este campo do saber o formato do cérebro determina as qualidades inatas dos indivíduos. Logo, medir o formato do cérebro é o melhor método para comprovar a capacidade das raças. Charles Hamilton Smith, naturalista britânico, em 1848, influenciado pelo pensamento de sua época, descreve, portanto, que “O cérebro humano assume sucessivamente a forma dos negros, mulatos, dos malaio, dos americanos e dos mongóis, antes de atingir a forma caucasóide” (BATON, 1977 *apud* SANTOS, 2002, p.53)

Nesta perspectiva, os cérebros de negros africanos, índios e asiáticos são avaliados e – como é de se esperar deste saber estratégico – considerados inferiores pela frenologia, tendo como justificativa o fato de serem menores que dos europeus (parâmetro de análise) sendo possível a partir disto, segundo eles, constatar a inferioridade intelectual destes indivíduos.

Concomitantemente à difusão destes pensamentos advindos da frenologia, outros campos do saber e intelectuais da época trabalham no mesmo sentido, amparados ou não na ciência, para estabelecerem a hierarquização racial, influenciando outros pensadores a afirmarem a superioridade intelectual e moral dos brancos europeus. De todos pensadores propagadores do *racismo* científico, é importante apresentarmos Arthur de Gobineau, filósofo, diplomata e escritor francês.

Autor da obra “*Ensaio sobre a desigualdade das raças humanas*” publicado em 1855, este filósofo fora um dos principais influenciadores das teorias eugênicas no mundo. Fiel à superioridade da raça branca, Gobineau propagava em 1853 que:

Tal é a lição da História. Ela mostra-nos que todas as civilizações derivam da raça branca, e que nenhuma outra pode existir sem a sua ajuda, e que uma sociedade só é grande e brilhante enquanto preservar o sangue do grupo nobre que a criou, desde que esse grupo também pertença ao ramo mais ilustre da nossa espécie (*Apud* BATON, 1977 *apud* SANTOS, 2002, p. 53).

A superioridade racial branca é exaltada por este filósofo, a ponto dele considerar que a interação entre as raças, gerando a miscigenação, causaria a degenerescência da raça superior, como condenaria as civilizações ao atraso cívico, cultural, social e moral, visto que a miscigenação gera indivíduos geneticamente, cognitivamente e moralmente inferiores.

Logo, para Gobineau a mistura racial é a condenação ao fracasso das nações. Por este fato, o discurso *anti* outras raças, ditas inferiores, e sobretudo o discurso *anti-negro*, percorreria os quatro cantos da Terra e, conseqüentemente, contribuiu na construção de teorias eugênicas no Brasil.

No período escravocrata vemos a completa exemplificação da destituição da humanidade dos indivíduos negros, ao serem estes considerados apenas corpos úteis, uma propriedade, já que o estigma da cor/raça, construídos historicamente, retiraram aos olhos dos demais indivíduos, a humanidade destes povos.

No pós-abolição, o imaginário social sobre as pessoas de cor tem como alicerce os pensamentos racistas difundidos desde a antiguidade, reiterados na Europa e compartilhados nas Américas. O que significa que as américas fora um dos maiores palcos de execução do *pensamento racista* de nossa história.

Com Gislene Santos (2002), podemos averiguar, também, os discursos que eram difundidos sobre os negros neste período, evidenciando que mesmo não estando na condição de escravizados, estes indivíduos que compartilham o estigma da cor, da raça negra, continuaram condenados ao *status* de inferioridade imposto pelo *pensamento racista*, criado pelos brancos europeus e alicerçado pela ciência. Estes pensamentos condenaram os negros aos piores estigmas e

A reprodução no Brasil de todos os preconceitos europeus se dava letra por letra. A perseguição aos africanos que eram símbolos de barbárie, de decadência cultural e de inferioridade era retratada nos jornais da época de forma corriqueira entre uma e outra notícia. Lidas e relidas com certa frequência, essas notícias em vez de informar a população, disseminavam teorias racistas. Do escravo, artigo vendido ou comprado, ao marginal negro não havia muito espaço. O negro será tratado nos jornais: nas seções científicas, como objeto de estudo ou comprovação das teorias racistas; na seção de notícias, ora assassino, ora fugitivo, ora como um ser incapaz de viver em sociedade cometendo graves erros por ignorância, ora por suas práticas de feitiçaria ou canibalismo, ora por sua degeneração moral; na seção de anúncios, como mercadoria que se compra ou vende, procurada ou encontrada; na seção de contas, como um semi-homem com características pouco civilizadas. Não podemos nos esquecer das seções policiais e dos obituários, em que a figura do negro era uma constante: é aquele que mata e também aquele que morre de forma quase sempre violenta (SANTOS, 2002, p.129).

Para mais, próximo à abolição e nascimento da República o eugenismo se potencializa e o *projeto de eliminação* desta raça negra, vista historicamente como inferior e causa da

degeneração da espécie considerada pura, forte e necessária para o desenvolvimento de uma civilização, é iniciado.

Na execução deste projeto, visualizamos mais uma vez o papel do *saber* nas estratégias para a manutenção do poder. Pensadores como Nina Rodrigues, médico positivista, respeitado no século XIX/XX, que viveu em um período onde a ação política estava atrelada totalmente aos discursos científicos, construiu teorias em relação aos negros que fortaleceram o *racismo* no Brasil.

Este pensador procurou formas de transformar o direito penal em algo eficiente. Através da construção de uma Psicologia criminal dos mestiços, Nina elabora um tratado em que busca apresentar a existência de uma predisposição natural ao crime, que os negros e mestiços possuiriam. Sua etiologia do crime, conforme Santos “nos leva a crer que Nina Rodrigues considera todos os índios, negros e mestiços como criminosos, senão reais, ao menos em potencial[...]” (SANTOS, 2002, p. 147)

Na obra “*As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil*”, Nina Rodrigues busca demonstrar que homens diferentes não podem ter o mesmo direito de liberdade, logo, relativiza o direito civil e social dos indivíduos conforme a raça, como também defende a redução da menoridade e a regionalização do direito penal.

Percebe-se que esta construção teórica de Rodrigues está totalmente atrelada aos pensamentos racialistas difundidos pelos pensadores supracitados, como de outros que não foram aqui apresentados; como também fora elaborado para responder a uma necessidade do Estado brasileiro que, a fim de construir uma sociedade livre da *mancha negra*, estimula pesquisas para solucionar o problema da presença negra e da miscigenação no país.

A produção de Nina Rodrigues é uma demonstração de que o pensamento é algo que *permanece* e tem a capacidade de regular modos de Ser, Agir e Pensar. Pensadores como Rodrigues influenciou o pensamento eugenista no Brasil e sua teoria é utilizada como *arma* política nesta guerra que visa a *eliminação* da raça negra, da sociedade brasileira. Neste sentido, o *saber* possui um caráter persuasivo que não é acidental, e por este fato que tais teorias foram elaboradas. Hannah Arendt já nos dizia que

A persuasão não é possível sem que o seu apelo corresponda às expectativas ou desejos ou, em outras palavras, a necessidades imediatas. Nessas questões, a plausibilidade não advém nem de fatos científicos, como vários cientistas gostariam que acreditássemos, nem de leis históricas, como pretendem os historiadores em seus esforços de descobrir a lei que leva as civilizações ao surgimento e ao declínio. Toda ideologia que se preza é *criada, mantida e aperfeiçoada* como *arma política* e não como doutrina teórica. (ARENDR, 1989, p.189, grifo nosso)

Criar, manter e aperfeiçoar ideologias depreciativas sobre uma raça/povo que se quer manter sobre controle é uma das estratégias de um Estado biopolítico, por isto vimos a necessidade de trazer os excertos que expressam como renomados filósofos criaram e difundiram pensamentos sobre a raça negra.

Os trechos foram resgatados neste trabalho, para que possamos chamar a atenção à responsabilidade que os filósofos possuem na difusão de um pensamento desumano e antiético como é o pensamento racista. Como também, foram abordados para evidenciar que o conhecimento está sempre atrelado aos interesses do poder e são utilizados como arma política. Por este fato, é cabível constatar que os pensares construídos sobre outros povos/raças, em todos os tempos históricos, tiveram como fim a exaltação e afirmação dos valores e manutenção dos interesses dos dominantes, dos colonizadores.

Portanto, na era moderna, não foi diferente e as teorias raciais do século XIX buscaram *aperfeiçoar* este pensamento racista que já era disseminado entre os considerados “grandes pensadores” da humanidade. Como também, é inegável que os pensamentos difundidos pelos filósofos e cientistas, em seus diferentes tempos, permanecem sustentando a lógica das relações raciais em nossa contemporaneidade.

A raça branca, sempre se considerou superior às demais raças e, por sua vez, os saberes *construídos* durante a história sobre os demais povos do mundo, foram/são depreciativos, pois não cabe aos interesses da raça dominante legitimar a sabedoria e as capacidades dos povos que foram escravizados e são explorados por ela. Por este fato, mesmo a ciência, no século XX, constatar que não há raças do ponto de vista biológico, o pensamento racista e seu discurso se manteve, por também permanecer ativa a luta pela manutenção dos privilégios da raça dominante.

Mas, manter o discurso racista é um dos mecanismos estratégicos utilizados pela *branquitude*. Para se manter titular, detentora da norma e governante política das demais raças que constituem o corpo social, além de manter o *discurso racista*, outros mecanismos foram cunhados para que o dispositivo do *racismo* continue exalando e reiterando, insistentemente, a superioridade do homem branco sobre os demais, buscando legitimar a eliminação dos Outros que não compartilham deste Eu hegemônico, que o Estado tem o papel de proteger.

A histórica construção ideológica da existência de uma hierarquia racial, gerou no imaginário social, um lugar específico, com determinadas funções e/ou capacidades aos homens e mulheres negras do mundo. Nesta indústria, para além da construção de saberes depreciativos, a *sujeição dos saberes* produzidos pela raça negra é um dos principais mecanismos estratégicos, utilizados pelos controladores da produção e difusão do conhecimento, como também pelo



Estado, para que o *racismo*, com sua lógica de inferioridade, se propague e mantenha os negros no lugar que ele estipulou.

Isto por quê? Como já dizia Francis Bacon “saber é poder” e uma das formas de se limitar o poder é controlando a difusão de conhecimento e impedindo os indivíduos de se emanciparem, pois, conhecimento *empodera*, fato que vai *de encontro* com os ideais do projeto de socialização das mentes/corpos e eliminação, do dito “*perigo biológico*”, necessário em sociedades de regulação.

Por ser assim, no decorrer desta guerra entre as raças, houve um longo processo de negação de reconhecimento da humanidade dos povos não-brancos, com fins estratégicos de dominação/colonização e posteriormente, vemos a elaboração de um *projeto de eliminação* destes indivíduos, que na sociedade brasileira, ao nosso ver, fez e faz uso de três vias principais que, por sua vez, constituem o dispositivo do *racismo*, dispositivo da morte.

A saber, estas vias são: o *epistemicídio*, o *encarceramento* e o *extermínio/morte física* dos indivíduos, três elementos que compõe o *genocídio*, como nos apresenta Abdias do Nascimento na obra “*O genocídio do negro brasileiro*” ao trazer a seguinte definição:

Genocídio – geno – cídio

*O uso de medidas deliberadas e sistemáticas (como morte, injúria corporal e mental, impossíveis condições de vida, prevenção de nascimentos), calculadas para o extermínio de um grupo racial, político ou cultural ou para destruir a língua, a religião ou a cultura de um grupo (NASCIMENTO, 2017, p.15).*

Estes três caminhos considerados formas de se cometer um genocídio da população negra, de *fazer morrer*, são vistos, neste trabalho, como *sub dispositivos*<sup>35</sup> pelos quais o *racismo de Estado* vai operando, historicamente, a fim de *subjugar e eliminar* a raça negra no/do corpo social brasileiro. Evidenciando que a guerra entre as raças e o projeto de uma sociedade livre dos povos de cor, cunhado no século XX, está ativo e regula o *modus operandi* do nosso Estado.

---

<sup>35</sup> Entendo ser sub-dispositivos por serem estes, partes da engrenagem deste dispositivo denominado racismo de Estado. Portanto, esta terminologia não diminui o papel de cada um nesta mecânica da morte.

## 2.2 A VIA DO EPISTEMICÍDIO

“Eu já morri tantas antes de você me encher de bala...”  
Emicida

No breve levantamento sobre a construção do *pensamento racista* durante a história da humanidade e também no Brasil, evidenciamos que a depreciação dos não-brancos, em especial, dos negros pode ser compreendida como uma estratégia utilizada para destruir todas as possibilidades destes indivíduos serem reconhecidos como seres humanos.

O pensamento racista, a colonização e o *racismo* científico ferozmente buscaram esvaziar, em suas teorias/práticas, a humanidade que mulheres e homens negros possuem. Objetivaram e animalizaram seus corpos como também empenharam em *destruir* sua cultura, saberes e práticas. Todos estes feitos tiveram como objetivo tornar estes corpos, *dóceis, coisas, objetos*, de modo que justificasse a utilização dos mesmos como instrumentos de trabalho.

Nesta mecânica, houve a colonização não somente dos territórios africanos e suas diásporas, mas também dos corpos, das mentes, e sobretudo do *saber*, para tornar estéril todas as demais concepções de mundo que diferissem do pensamento eurocentrado. Os colonizadores, sancionaram normas de cognição e os povos colonizados tiveram seus saberes sujeitados, como também usurpados pelos brancos europeus que estrategicamente buscaram destituir de valor os grandes conhecimentos produzidos pelos povos *diferentes* que habitavam África e os demais territórios colonizados<sup>36</sup>.

Este processo de negação e silenciamento nas teorias racistas e científicas da capacidade intelectual, do desenvolvimento tecnológico, científico e cultural dos povos do Sul<sup>37</sup>, fora uma estratégia política para a construção de um consentimento mundial de que estes povos “precisavam” ser dominados e civilizados pelos brancos europeus, como também fora uma estratégia pra configurar um modelo epistemológico único que obstrui a emergência de outras formas de conhecimentos, visto que, como dissemos anteriormente, saber é poder. Logo, neste processo hediondo que fora a colonização, a sujeição de diferentes saberes e práticas era imprescindível.

---

<sup>36</sup> Neste trabalho não temos como objetivo abordar os saberes produzidos pelos povos Africanos que foram negados durante a história. No entanto, para mais informações consultar as seguintes obras: *Historia Geral da África* produzida pela Unesco, como também a obra *Os Gênios da Humanidade: ciência, tecnologia e inovação africana e afrodescendente* de Alexandra Lorras e Carlos Eduardo Dias Machado.

<sup>37</sup> Refiro-me a todos os povos colonizados em África e na América Latina.

Neste ínterim, o *racismo* ao fazer um corte entre o que deve viver e o que deve morrer também eleva esta máxima ao campo do saber, estipulando qual conhecimento deve ser validado, reconhecido e propagado a fim de *deixar viver* apenas a forma de conhecimento construída pelo colonizador, que se tornou o paradigma. Cabe verificarmos, portanto, que a arquitetura do *racismo de Estado* está para além do biológico. Ela atinge todas as esferas da vida dos indivíduos a fim de eliminar o que pode “parecer” um perigo à manutenção dos privilégios dos dominantes.

Ao consagrar como conhecimento apenas o que é construído pelo método eurocêntrico científico, o pensamento racista e o colonialismo operaram de modo a matar a possibilidade do Outro ser um sujeito de conhecimento, ou seja, pensar, discernir, racionalizar e produzir saber. Tal operação, de tamanha violência, gerou o que contemporaneamente conceituou-se por *epistemicídio*<sup>38</sup>, considerado um dos “instrumentos mais eficazes e duradouros da dominação étnico/racial” (CARNEIRO, 2005, p.96).

Sendo *episteme* “conhecimento” e *cídio* “morte, extermínio”, o *epistemicídio* deve ser compreendido como a anulação do conhecimento. Para mais, como propõe a filósofa Sueli Carneiro, deve ser compreendido como um processo que “fere de morte a racionalidade do subjugado ou a sequestra” (CARNEIRO, 2005, p.97). O *epistemicídio* destitui de razão os indivíduos sobre os quais esta operação se volta, constituindo um processo de indigência cultural por deslegitimar a possibilidade da produção de conhecimento pelos povos subjugados<sup>39</sup>. E o que isto acarreta?

Ao destituir o sujeito e sua coletividade de razão, o *epistemicídio* torna-se, para mim, um dispositivo do *biopoder* que mata o indivíduo, mantendo-o vivo. Ele é um sub-dispositivo do *racismo*, como afirma Sueli Carneiro, uma vez que cabe a ele matar, no imaginário social, a possibilidade de povos não europeus, em especial os Africanos e seus descendentes, de possuírem o que consensualmente nos torna diferente dos animais, a razão. O processo denominado, pela filósofa, de *epistemicídio*, consiste, portanto nesta

Dinâmica e produção que tem se feito pelo rebaixamento da auto-estima que se compromete a capacidade cognitiva e a confiança intelectual, pela negação aos negros da condição de sujeitos de conhecimento, nos instrumentos pedagógicos ou nas relações sociais do cotidiano escolar, pelas deslegitimação dos saberes

<sup>38</sup> Conceito extraído do pensamento de Boaventura de Sousa Santos, mas neste trabalho será utilizado através da perspectiva da filósofa Sueli Carneiro.

<sup>39</sup> Abdias do Nascimento em sua obra “*O Quilombismo*”, conceitua como *mentecídio*, todo o processo de lavagem cerebral que visa entorpecer ou castrar a capacidade de raciocínio dos indivíduos negros. Para o autor, o *mentecídio* é uma ferramenta de controle social que contribui significativamente para a estratégia de aniquilamento total da população negra (NASCIMENTO, 1980, p.25).

dos negros sobre si mesmos e sobre o mundo, pela desvalorização, ou negação ou ocultamento das contribuições do Continente Africano ao patrimônio cultural da humanidade, pela indução ou promoção do embraquecimento cultural, etc. (CARNEIRO, 2005, p.324).

Nesta dinâmica de negação, ocultamento e desvalorização, o *epistemicídio* ao buscar destituir os povos africanos de *razão*, também buscou esvaziar-los de humanidade, condenando estes e seus descendentes a serem concebidos como objetos, logo, sem humanidade. Disto decorre que a negação da racionalidade deste Outro, não-branco, a condenação a uma inferiorização intelectual, como também a criação de diferentes mecanismos para a deslegitimação do negro e seus descendentes como seres portadores e produtores de conhecimento, gerou a *morte da razão* para estes povos, e construiu um único sujeito cognoscente válido, o homem branco.

A postulação da não-existência de uma racionalidade, condenou, portando, os povos atingidos por este dispositivo à eterna condição de seres que não compartilham de uma humanidade plena, como também elevaram a raça branca como sinônimo de Seres Humanos, por estes serem os “únicos” sujeitos cognoscentes – possuidores de razão – produtores de conhecimento e consequentemente, civilizados.

Fato é que a elevação da raça branca como paradigma de racionalidade, cultura e civilização construiu e afirmou os indivíduos desta raça como pertencentes ao Ser, construindo a partir disto “uma zona de não-ser, uma região extraordinariamente estéril, árida” (FANON, 2008, p.26) onde o Outro, que difere do Eu hegemônico branco, torna-se o não-Ser.

Neste processo de construção de seres ontologicamente diferentes, os negros são categorizados como pertencentes à esfera do Não-ser, quando observamos o modo como o *pensamento racista e o racismo científico*, em suas abordagens sobre o negro retiraram destes a alma<sup>40</sup> (Montesquieu), por conseguinte a racionalidade (Hume, Jean Leon, etc.) e a humanidade (Hegel, Gobineau, etc.). Como também, ao verificarmos com Heidegger (2015), que no campo filosófico há uma distinção entre as categorias do *ôntico* e *ontológico* para uma definição ontológica do Ser.

O *ôntico* é o fator que leva em consideração os *entes particulares*, ou às determinações do ser. Enquanto o *ontológico* diz respeito ao *ser enquanto tal*. Por esta via, a noção de raça, cor, etnia, dentre outros aspectos específicos são tidos como pertencentes à ordem do *ôntico*, ou seja, das particularidades do Ser. No entanto, dirá Carneiro analisando Heidegger que,

---

<sup>40</sup> Sueli Carneiro relembra que “A bula papal que decretou que o negro não tinha alma é o que vai permitir a constituição de um tipo *sui generis* de humanismo, o humanismo que se constitui sem negro: porque não tem alma, não é humano, sua ausência não impede esse tipo de humanismo” (CARNEIRO, 2005, p. 105)

Ser, especialmente Ser humano, inscreve-se na dimensão ontológica. O que nos permite supor que o *racismo* conduz o ser a sua dimensão ôntica, negando-lhe a condição ontológica, o que lhe atribui incompletude humana (CARNEIRO, 2005, p.27).

O filósofo martinicano, Frantz Fanon (2008), assevera que a noção de incompletude humana atribuída aos negros deve-se ao fato da civilização branca, a cultura europeia, impor ao negro um desvio existencial. Ou seja, para o filósofo o negro é um *vir- a- ser* que nunca será, pois Ser, em nosso imaginário, é ser branco. Portanto, a existência do negro como um Ser está sempre condicionada ao que o branco impõe.

Assim, o discurso que constrói o negro o distancia, plenamente, do Eu hegemônico. Não há no discurso racista a possibilidade de ambos compartilharem da mesma humanidade, e podemos exemplificar tal construção negativa dos indivíduos negros, que os distanciam e os contrapõem ao Ser, que é branco, quando Fanon descreve o seguinte:

*Na Europa, o Mal é representado pelo negro. É preciso avançar lentamente, nós o sabemos mas é difícil. O carrasco é o homem negro, Satã é negro, fala-se de trevas, quando se é sujo, se é negro – tanto faz que isso se refira à sujeira física ou à sujeira moral. Ficaríamos surpresos se nos déssemos ao trabalho de reunir um grande número de expressões que fazem do negro o pecado. Na Europa, o preto, seja concreta, seja simbolicamente, representa o lado ruim da personalidade. Enquanto não compreendermos esta preposição, estaremos condenados a falar em vão do “problema negro”. O negro, o obscuro, a sombra, as trevas, a noite, os labirintos da terra, as profundezas abissais, enegrecer a reputação de alguém; e, do outro lado: o olhar claro da inocência, a pomba branca da paz, a luz feérica, paradisíaca. Uma magnífica criança negra, algo absolutamente insólito. Não vou voltar às histórias dos anjos negros. Na Europa, isto é, em todos os países civilizados e civilizadores, o negro simboliza o pecado. O arquétipo dos valores inferiores é representado pelo negro (FANON, 2008, p. 160).*

Ao depositarem sobre o corpo negro os *arquétipos dos valores inferiores*, estes indivíduos tornam-se cada vez mais opostos à representação do Ser, do homem branco, que carrega os arquétipos do bem e do belo, que apesar de serem aspectos particulares, não os reduzem à dimensão ôntica como os negros são reduzidos. Ao contrário, tais características reforçam a condição ontológica e ratificam a humanidade destes. Coisas do *racismo*!!!

O *racismo* ao conceber negros e brancos como indivíduos ontologicamente diferentes, para além de esvaziar de humanidade os primeiros, instaura o ôntico como o elemento pelo qual deve-se tentar compreender o *estar* e *agir* dos povos não-brancos. Nesta lógica, *a priori* a *aparência* determinara a *essência* e vemos o prevalecimento desta mecânica em nossos dias

hodiernos, onde “O negro chega antes da pessoa, o negro chega antes do indivíduo, o negro chega antes do profissional, o negro chega antes do gênero, o negro chega antes do título universitário, o negro chega antes da riqueza”. (CARNEIRO, 2005, pp. 131-132)

Ora! A partir do momento em que se considera a condição *ôntica* de alguns indivíduos em detrimento de outros, constata-se que houve a *construção* seletiva de um Não-ser, com o apoio incondicional do pensamento filosófico que sustentou o *pensamento racista* e posteriormente o *racismo científico* ao difundir ideologias racistas que se tornaram a racionalidade dos Estados Modernos e contemporâneos.

A construção de um Não-ser, ou seja, de indivíduos que não pertencem ao Eu hegemônico que traz na cor da pele a “senha visual que a branquidade comporta” (CARNEIRO, 2005, p.132), a racionalidade, a humanidade e seus direitos, promove e afirma o Ser. À vista disto, que a filósofa Sueli Carneiro defende a tese que:

A negação da plena humanidade do Outro, a sua apropriação em categorias que lhe são estranhas, a demonstração de sua incapacidade inata para o desenvolvimento e aperfeiçoamento humano, a sua destituição da capacidade de produzir cultura e civilização prestam-se a afirmar uma razão racializada, que hegemoniza e naturaliza a superioridade europeia. O Não-ser assim constituído afirma o Ser. Ou seja, o Ser constrói o Não-ser, subtraindo-lhe aquele conjunto de características definidoras do Ser pleno: auto-controle, cultura, desenvolvimento, progresso e civilização (CARNEIRO, 2005, p.99).

Partindo desta tese e conectando o pensamento à realidade, podemos observar, na vida prática, que a transição dos negros da condição de escravizados para cidadãos, na sociedade brasileira, fora um processo indesejável pela *branquitude*, visto que estes seriam deslocados da condição de *Não-ser* à de *Ser humano* – possuidor de racionalidade, humanidade, direitos, cultura, auto - determinação, etc. – até então ocupada pelo Eu hegemônico branco.

Mas, antes de fazermos as devidas considerações sobre este contexto, devemos relembrar que na história do pensamento filosófico tivemos, com Aristóteles em “*A Política*”, uma influente concepção sobre quem deve ser considerado cidadão. Para o filósofo, *cidadão* é “aquele que tem o direito de participar nos cargos deliberativos e judiciais da cidade.” (ARISTÓTELES, 1998, p.189).

No entanto, mulheres, escravos e crianças não eram considerados cidadãos, vez que “os mesmos não possuíam, ainda que em graus diversos, a plenitude do *logos* (a parte racional da alma), não tinham capacidade deliberativa e, assim, não podiam participar do governo da *pólis* (eram comandados e não comandantes)” (TÔRRES, 2005, p.8).

Apesar de sabermos que os escravos referidos por Aristóteles não correspondem à concepção de escravos que tivemos com a colonização europeia nas Américas, percebemos que a influência do pensamento político deste filósofo, atravessou mares e séculos, como também fora adaptado em outros tempos e espaços.

Verificamos que em 1891, pós-abolição, a população negra, indígena e as mulheres, ficaram condicionados à tutela (governo político) da *branquitude*, pois lhes fora negado o direito ao voto, a escolherem seus representantes, deliberarem sobre suas pautas e por elas lutarem no âmbito político. Apenas homens brancos, acima de 25 anos e com renda mínima determinada, tinham o direito de participar ativamente da vida política da sociedade brasileira.

Nesta história, muitos foram os mecanismos desenvolvidos pela raça dominante para contenção, exclusão e supressão do conhecimento (expressões do *epistemicídio*) e o real acesso à cidadania para esta parcela da população. Júlio Mesquita Filho, demonstra-nos como o deslocamento da condição de escravizados para o status de cidadão incomodara a maioria da sociedade política brasileira, ao ilustrar como os africanos e seus descendentes eram vistos no projeto político da sociedade no pós-abolição.

A entrada destes no organismo político, segundo o autor, era considerado como algo que iria “não somente retardar, mas praticamente *entravar* o nosso desenvolvimento cultural” (*apud* FISCHMANN, 2001 *apud* CARNEIRO, 2005, p. 109). É evidente nesta passagem, os reflexos do pensamento racista e do discurso do *racismo* científico, em especial da teoria eugênica do filósofo Gobineau que defendia ser a interação das raças fator condicionante para o não desenvolvimento cívico de uma sociedade.

Neste contexto, a interação de Africanos e seus descendentes no seio político da sociedade fora visto como algo que colocaria em risco os interesses políticos do Estado, a saber: seu desenvolvimento econômico, cultural e social. Logo, instaurou-se, com o objetivo de impedir o florescimento da população negra no corpo social um projeto de embranquecimento do país.

Por ser o *racismo* a principal característica do modo de operar dos Estados modernos e contemporâneos, os dispositivos criados para estimular o embranquecimento da sociedade, a fim de eliminar “os genes” africano, do sangue do povo brasileiro, estavam todos baseados na raça.

A estratégia de embranquecimento como solução dos problemas sociais e econômicos do nosso país, fora amplamente discutida e difundida pelos intelectuais da época, evidenciando-nos que saber e poder estão sempre interligados. Nos relatos sobre o Primeiro Congresso Universal de Raças, realizado em Londres em 1911, intelectuais previam que até 2012, o Brasil

estaria livre do negro e de seu mestiço, pois conforme afirmava João Batista Lacerda, único delegado latino-americano neste evento,

Em virtude desse processo de redução étnica, é lógico esperar que no curso de mais um século os *métis* tenham desaparecido do Brasil. Isto coincidirá com a extinção paralela da raça negra em nosso meio (NASCIMENTO, 2017, p.87).

O caminho inicial encontrado para a redução do sangue negro do corpo brasileiro fora a criação de uma política de imigração. Já em 1890, o Estado estimulava a imigração de brancos europeus e impedia a entrada, nos portos da República, de indígenas da Ásia ou da África, para trabalhar. No período de 1921 a 1923, discutiu-se e criaram-se leis que proibiam a entrada no país de indivíduos da cor preta.

Em 18 de setembro de 1945, encontramos os vestígios destas políticas no Decreto-Lei nº 7967<sup>41</sup>, no qual o governo brasileiro buscava regular a entrada de imigrantes, de acordo com “a necessidade de preservar e desenvolver na composição étnica da população, as características mais convenientes da sua ascendência europeia” (NASCIMENTO, 2017, p.86).

Com o advento destas políticas para o embranquecimento, os negros libertos, carregados de interdições foram, apressadamente, substituídos por imigrantes italianos, dentre outros brancos europeus no mercado de trabalho, na vida social e política do país. Para intelectuais como Abdias do Nascimento, estes decretos compõem uma das provas de que *existe um projeto genocida em nosso país*, contra a população negra, sendo o processo de embranquecimento, uma das estratégias utilizadas.

Fato é que tais medidas evidenciam que o *racismo de Estado* se utiliza de estratégias diversas para eliminar os indivíduos/grupos considerados por ele como inimigos. Mas, para melhor compreendermos este processo, é preciso entendermos que inimigo, na teoria política de Foucault são todos aqueles que significam um perigo biológico, social ou que podem atentar contra os interesses do Estado.

Com Carl Schmitt verificamos que o inimigo é

[..] precisamente o outro, o desconhecido e, para sua essência, basta que ele seja, em um sentido especialmente intenso, existencialmente algo diferente e desconhecido, de modo que, em caso extremo, sejam possíveis conflitos com ele, os quais não podem ser decididos nem através de uma normalização geral empreendida antecipadamente, nem através da sentença de um terceiro “não envolvido” e, destarte, “imparcial” (SCHMITT, 2008, p. 28).

---

<sup>41</sup> Disponível em < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/1937-1946/Del7967.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del7967.htm)>



Deste modo, o inimigo é sempre o Outro, existencialmente diferente, desconhecido. Aquele a quem se pode provocar a morte física, visto que, este outro se torna inimigo quando aquilo que ele é representa para mim a negação daquilo que eu sou, daí a possibilidade de combatê-lo para preservação da minha própria forma de existência coletiva.

No entanto, é preciso ressaltar que na perspectiva de Carl Schmitt o inimigo é o inimigo político, o inimigo público. Mas, ao conectarmos o pensamento com a realidade, vemos que, atualmente, os inimigos públicos dos Estados são entes internos. São eles os considerados delinquentes, violadores da ordem comunitária, que atentam contra a *segurança* da comunidade e do Estado.

Na sociedade brasileira os inimigos foram, historicamente na nossa perspectiva, os africanos e seus descendentes, homens e mulheres negras, que no imaginário mundial, como também cultural do nosso país foram interpretados como um Não-ser. Quando muito, um ser-outro, descartável, que possuem uma “espécie de humanidade com vida vacilante” (MBEMBE, 2017, p. 28), por não se encaixarem nas características de homem, racional, branco e proprietário, como também, por possuírem uma cosmovisão diferente.

Na realidade psicológica, o inimigo, este Outro em que não me vejo, é tratado como “mau e feio, pois toda diferenciação, na maioria das vezes, naturalmente, a política como a diferenciação e o agrupamento do mais forte e mais intensos, toma por fundamento as outras diferenciações valoráveis” (SCHMITT, 2008, pp.28-29). E, nesta lógica, o inimigo é um “desvalor”, cujo extermínio surge como um valor positivo segundo o conhecido modelo do ‘extermínio de uma vida que não contém valor de vida’” (SCHMITT, 2008, p.139)

Seja, portanto com Foucault e/ou Schmitt, podemos perceber que o inimigo será sempre aquele que na visão do dominante pode colocar em risco a sua ônticidade, seus privilégios e demais interesses. Por este fato, sendo o Estado defensor da raça detentora da norma, este irá transformar em inimigo qualquer indivíduo/grupo que possa interferir nos interesses dos grupos dominantes e no *continuum* biológico da espécie considerada pura e verdadeira.

Por isto, é possível compreendermos que no pós-abolição, longe de buscar tornar os negros cidadãos de direitos e deveres, participantes efetivos da vida política do país, houve um processo de construção do negro como um *inimigo* para além de *biológico*, *político*. Político, pelo fato de que dar aos negros o status de cidadãos significaria, não somente reconhecer sua humanidade, mas dar a eles a possibilidade destes ex-escravizados *governar* e não somente serem *governados*.

Logo, ao considerarmos que governar é *conduzir condutas*, este Outro, tido como algo destituído de razão, que fora escravizado e considerado incapaz de auto conduzir-se, de forma

alguma, conquistaria facilmente o direito de participar da vida política da sociedade, ao ponto de deliberar sobre a vida da comunidade política, na qual inclui-se os não-negros.

Através do discurso, dentre outros dispositivos, os dominantes do poder ideológico, econômico e político, buscaram impedir que o negro compartilhasse do status de cidadão e consequentemente da possibilidade de participar ativamente da vida em sociedade. Uma das estratégias do *racismo de Estado* brasileiro foi construir uma imagem negativa do negro, colocando este, agora, como uma *ameaça política* para a supremacia branca.

Verifica-se, neste momento, um receio do negro poder alçar voo em direção aos lugares dos brancos, acreditar na sua cidadania e exigir direitos iguais. Diante disto, nesta guerra pela manutenção de privilégios e normalização social, os aparelhos de difusão de ideologias empenharam em expor o negro como um indivíduo

[...] nocivo e prejudicial a um país que se lançava ao desenvolvimento. Ao ressaltar o caráter selvagem e em nada propenso à civilização do negro tentava-se provar que ele jamais poderia ser um cidadão (como o branco, como o imigrante)” (SANTOS, 2002, p.130).

Nos discursos jornalísticos, os negros passaram a ser descritos como violentos, imorais. Indivíduos que não se pode confiar pela falta de estrutura moral, psíquica e social, dentre outros adjetivos depreciativos. Assim, pouco a pouco vemos na história brasileira um processo de *construção* dos negros como “quase-cidadãos”, ou “cidadãos por acaso”, mas indesejáveis, que deveriam “resignar-se à sua condição de estranho à civilidade, de outro indesejável.” (SANTOS, 2002, p. 132).

Sobre os corpos negros foram se aproximando, cada vez mais, estereótipos negativos e se afastando a possibilidade de existirem e viverem uma cidadania plena. Sua posição é virtualmente fora da sociedade vigente. Completamente sem representação, quantitativa e efetiva, em qualquer área envolvendo poder de decisão.

Deste modo, o Estado condena à *morte política* os negros. Interdita suas condições de participarem da vida política da sociedade brasileira, mas exerce sobre eles uma constante vigilância, um forte controle social, por serem marcados como os que estão *distantes dos padrões de comportamento* requeridos para a jovem República.

São tidos como indivíduos fora da *norma*, que poderiam colocar em risco a segurança da sociedade, e por este fato, deveriam ficar sob tutela. De quem? Sim, dos detentores e criadores das normas, os brancos. E a luta pela manutenção desta tutela persiste. Basta

observarmos “que o Brasil é uma nação cuja maioria negra está sendo governada, por demasiado tempo, por uma minoria branca” (NASCIMENTO, 2017, p. 103).

Os impedimentos para o não acesso aos espaços de poder, a um status real de cidadãos, e de representação efetiva, permanece em nossa atualidade. Isto deve-se, em certa medida, a estes mecanismos de poder, históricos, que nos condenam à morte política cotidianamente, buscando impedir a formação política da população preta e pobre. Fator necessário para uma real emancipação.

No entanto, o discurso proferido pelo Estado é de igualdade. Mas, o *apartheid* é aqui! O Estado brasileiro, através de seus dispositivos de segurança condena à morte social e física sua população negra, todos os dias. Relegam-nos a uma vida destituída de valor e vítimas do *nanorracismo*, que Achille Mbembe conceitua como:

[...] esta forma narcótica do preconceito em relação à cor expressa nos gestos anódinos do dia-a-dia, por isto ou por aquilo, aparentemente inconsciente, numa brincadeira, numa alusão ou numa insinuação, num lapso, numa anedota, num subentendido e, é preciso dizê-lo, numa maldade voluntária, numa intenção maldosa, num atropelo ou numa provocação deliberada, num desejo obscuro de estigmatizar e, sobretudo, de violentar, ferir e humilhar, contaminar o que não é considerado como sendo dos nossos. (MBEMBE, 2017b, p.95)

O *nanorracismo* é o complemento deste *racismo* hidráulico que simulou a morte da razão e condenou/condena à morte política a população negra, que sobre sua pele fora depositada uma ampla rede de “saberes” científicos e discursos que buscaram sujeitar estes corpos e legitimar as práticas sociais da *branquitude*.

Percebe-se, ao olharmos a realidade, que o status de *inumano* persiste no imaginário, fato que sufoca a voz destes indivíduos que gritam serem Atores Sociais. Sujeitos de direito. Humanos! Mas, o eco dessas vozes tende a não serem ouvidas, pois como bem nos lembra Mbembe estes “são inimigos com os quais a comunicação não é possível ou desejável. Estão fora da humanidade, e nenhum acordo com eles é exequível.” (MBEMBE, 2017b, p. 104).

## CAPÍTULO III

### VIDAS NEGRAS E NECROPODER

*“Se a sua mente já está morta, o seu corpo ir embora é muito mais fácil”  
Racionais MCs.*

#### 3.1 A VIA DO ENCARCERAMENTO

É isto mesmo. Não há entre os Estados e seus inimigos “diálogo”. No modo de operar *biopolítico*, há a manutenção de um discurso racista, de dispositivos de segurança e aperfeiçoamento de técnicas de poder para eliminar as vidas que colocam em risco a seguridade e o contínuo biológico das vidas que importa a ele.

O *racismo de Estado* existe para cortar! Separar! Diluir! Esvaecer! Eliminar. Podemos considerar que o primeiro corte do *racismo* foi condenar à morte, a razão dos povos não-brancos, em especial os povos africanos e consequentemente seus descendentes. Buscando o esvaziamento da humanidade que estes portam e a invenção de um Não-ser para, desde já, *fazer morrer*.

Como verificamos no capítulo anterior, a invenção do negro como um *Não-ser*, quiçá um ser-outro, estruturou o *modus pensante* da humanidade, acarretando às vidas negras um tratamento, de fato, *desumano*, condenando-nos ao *epistemicídio*, à tutela política, o não exercício pleno da cidadania, à morte política.

Isto porque o *racismo* é o que estrutura o Estado brasileiro, historicamente. Sendo algo estrutural, ele constitui e organiza o modo de nos relacionarmos afetivamente, socialmente, profissionalmente, culturalmente e institucionalmente com as pessoas negras e de outras etnias, que não compartilham do Eu hegemônico branco. Neste sentido, regula as ações consciente e inconsciente dos indivíduos, tornando-se um elemento notável no processo de normalização social.

Os versos abaixo, de Luciene Nascimento, demonstram o caráter estrutural do *racismo*, ao fazer uma analogia com uma construção. Diz a poeta:

*Pense em paredes de uma residência.  
Tijolos formam a estrutura.  
Com o concreto e a arquitetura  
ganha formato e aparência.  
Sociedade é construção  
e o racismo é o cimento:  
componente estrutural  
formador fundamental  
do interior e do acabamento.  
(Luciene Nascimento)<sup>42</sup>*

Em uma *sociedade de segurança*, que requer obrigatoriamente “a disseminação de dispositivos globais de controlo das pessoas e a tomada de poder sobre um corpo biológico múltiplo e em movimento” (MBEMBE, 2017a, p.47), o *racismo*, que tem por função fazer um corte entre o que deve viver e o que deve *morrer é* o dispositivo fundamental do interior e do acabamento da tecnologia *biopolítica*.

O Estado securitário, para cumprir sua função de “protetor da integridade, da superioridade e da pureza da raça.” (FOUCAULT, 1999, p.95); matará “legitimamente aqueles que constituem uma espécie de perigo biológico para os outros”. (FOUCAULT, 1988, p.150). No entanto, vimos que o modo pelo qual o Estado vem fazendo este corte, é diverso, mas sua arma principal é o *racismo*. Consequentemente, a racialidade é uma chave de leitura social, em uma sociedade que foi construída tendo o *racismo* como cimento. A epiderme dos indivíduos será uma senha visual, que para muitos é o que ditará seu interior.

Neste processo de decodificação, o corpo negro, em suas linhas, traz os discursos pejorativos construídos a respeito de sua raça. A começar pelo adjetivo que seu corpo carrega: NEGRO! Termo inventado, conforme Achille Mbembe para “significar exclusão, embrutecimento e degradação, ou seja, um limite sempre conjurado e abominado.” (MBEMBE, 2017a, p.19). Ademais, em suas linhas está inscrita a memória de uma história que humilhou e tornou a carne negra em coisa e o espírito em mercadoria.

A consequência desta transformação é que esta carne, até hoje, é a mais barata do mercado e a racialidade tornou-se um delito inscrito na pele do sujeito, significando “animalidade, sexualidade promíscua, incapacidade cognitiva, fealdade, violência e morte” (CARNEIRO, 2005, pp.129-130). Todas estas adjetivações inscritas nas linhas destes corpos,

<sup>42</sup> Poema “Soninha de Freitas em bê-á-bá”. Disponível em < <https://www.youtube.com/watch?v=7dnEZMwUI7I> >

correspondem a formas específicas de punição, subjetivação e interdições nas dimensões da vida social.

Se a vigilância e a punição são instrumentos do *biopoder*. Estes dispositivos atuam diferentemente quando os corpos são negros, pois são marcados. Para além das marcações supracitadas, são marcados como corpos culpados pelo não desenvolvimento econômico e cultural tão esperado pela nação brasileira no pós-abolição; marcados como potenciais criminosos; marcados por requererem sua humanidade reconhecida em um mundo em que o Ser e o humano foram atribuídos aos brancos. Marcados por quererem ser reconhecidos como cidadãos, que merecem cidadania plena, moradias de qualidade, representatividade. Ou seja, uma vida digna.

No entanto, em uma sociedade de segurança que possui um *projeto de eliminação* do sangue negro do seu corpo, as reivindicações destes indivíduos são tidas como absurdas, pois em nenhuma guerra se dá ao inimigo o direito de ser reconhecido como um dos seus. Logo, uma vez inimigo, as marcas que ressaltarão serão aquelas inscritas, pelos colonizadores, desde o começo desta história cruel.

Neste processo de marcação, os negros foram representados como sinónimo de coisas ruins, não somente no pensamento filosófico e nas teorias raciais do século XIX como verificamos outrora. Na literatura, na televisão, nos livros didáticos, nas teorias criminais, dentre outros veículos de disseminação de ideologias, os negros foram assimilados como indivíduos maus.

Reitero, a eles foram depositadas as seguintes características: animalidade, sexualidade promíscua, incapacidade cognitiva, fealdade, violência, disposição à criminalidade, dentre um conjunto de associações pejorativas. E como dirá Foucault, marcar é uma forma de punição que visa

Fazer uma cicatriz, deixar um sinal no corpo, em suma, impor a esse corpo uma diminuição virtual ou visível, ou então, caso o corpo real do indivíduo não seja atingido, infligir uma mácula simbólica a seu nome, humilhar seu personagem, reduzir seu *status*. De qualquer maneira, trata-se de deixar sobre o corpo visível ou simbólico, físico ou social, anatômico ou estatutário, algo como um vestígio. (FOUCAULT, 2015, p.8)

As marcações estrategicamente inscritas sobre os corpos negros, durante a história, deixaram sobre eles vestígios de negatividade, a fim de serem concebidos como perigosos, não condizentes com os comportamentos requeridos pela República, anormais, delinquentes, vadios. No entanto, tais inscrições foram construídas pelo Eu hegemônico que se sente no

direito de falar por nós negros, difundindo no imaginário social, o que lhe convém dizer sobre estes corpos, os quais ele transformou em escravizado, “homem-metal, homem-mercadoria e homem-moeda” (MBEMBE, 2017a, p.89), mas nunca um *Ser humano*.

Com estas marcas, criminalizar esta população, em especial no pós-abolição foi uma das estratégias do poder para *fazer um corte* no corpo social e continuar mantendo estes corpos cativos de liberdade, ou seja, criminalizar foi e é um dos meios pelo qual o *racismo de Estado* se utiliza para *matar socialmente* a população negra. E este processo criminal é verificável ao analisarmos os dias após 13 de maio de 1888, data que marca a falsa *abolição da escravatura*.

14 de maio de 1888 é o dia que nunca teve fim para a população negra, devido a dita abolição não nos ter assegurado um projeto de futuro digno. Sem terras, sem moradias e sem emprego, os negros escravizados foram jogados à margem da sociedade. Mas, bem sabemos que a abolição só ocorrera devido ao fato deste modo de produção da vida material não condizer com o advento do capitalismo que já batia nas portas do Brasil.

Neste sentido, a dita *libertação* dos povos escravizados ocorrera, além de tudo, pelas pressões internacionais e o novo modo de produção capitalista que requisitava outras tecnologias de produção. Para além do recrudescimento da resistência negra, traduzido no pipocar de revoltas sangrentas, com queimas de engenhos e a destruição de fazendas, que se multiplicaram nas décadas finas do século XIX, aumentando o custo e impossibilitando a manutenção do sistema.

Logo, nunca houve uma real preocupação da raça dominante em fazer um planejamento para que no pós abolição, a população negra tivesse condições de vidas dignas. Ao contrário, para os italianos e demais brancos europeus, os novos habitantes destas terras

[...]planejaram-se núcleos coloniais que dariam nascimento a novas cidades indo-europeias [...] receberam estradas, urbanização, crédito farto, dentre outros benefícios. Nunca os ex-escravos receberam terras, créditos, educação e assistência nesse país (MIR, 2004, p.71).

Diante disto, ao analisarmos que ainda no início do século XX a população negra não era tida como cidadã, vez que não tinham o direito de votar e decidir ativamente sobre suas vidas; havia uma presença ativa de discursos criados para difundir, nesta guerra, a incapacidade desta parcela da população se autogovernar e participar da vida política; como também a existência de uma política imigratória onde italianos, dentre outros brancos europeus, ocupavam, em sua maioria, os postos de trabalho - vemos que o Estado brasileiro, de fato, condenava à marginalidade estes corpos negros.

Para mais, condenava-os como inimigos da sociedade. Um inimigo público! Causa de todos os males sociais do país e além de um perigo biológico para a raça que ele é guardião, restando a estes povos reconstruírem suas vidas nos *quartos de despejo*<sup>43</sup> das cidades. Tendo como brinde do Estado a fome, o kit de “esgoto a céu aberto e parede madeirite”<sup>44</sup>, além de um conjunto de interdições e Leis que criminalizavam sua cultura.

Michel Foucault no curso “*Sociedade Punitiva*”, especialmente na aula do dia 10 de janeiro de 1973, nos apresenta o que se concebera a partir do século XVIII por crime, assim como foi possível tornar o criminoso um inimigo social. Diz o filósofo que:

A partir do século XVIII, assiste-se à formulação da ideia de que o crime não é simplesmente uma culpa, aquela categoria de culpa que causa dano a outrem, mas de que crime é aquilo que prejudica a sociedade, ou seja, de que é um gesto por meio do qual o indivíduo rompendo com o pacto social que o liga aos outros, entra em guerra contra sua própria sociedade. O crime é um ato que reativa de modo provisório, sem dúvida, e instantâneo a guerra de todos contra todos, ou seja, de um contra todos. O criminoso é o inimigo-social, e desse modo, a punição não deve ser a reparação do prejuízo causado a outrem nem o castigo da culpa, mas uma medida de proteção, de *contraguerra* que a sociedade tomará contra este último (FOUCAULT, 2015, p.31, grifo nosso).

Vemos nesta passagem que o conceito de crime diz respeito a *atos que prejudicam a sociedade*, que o indivíduo criminoso é o inimigo social, que rompe o pacto social, e *uma medida de proteção de “contraguerra” é cabível à sociedade contra este*. Esta ideia está presente também em “*O Contrato Social*” de Rousseau onde o autor advoga que

[...] qualquer malfeitor, atacando o direito social, pelos seus crimes torna-se rebelde e traidor da pátria, deixa de ser um membro ao violar suas leis e até lhe move guerra. A conservação do Estado é então incompatível com a sua, sendo preciso que um dos dois pereça, e, quando se faz que um culpado morra, é menos como um cidadão do que como inimigo. Os processos e o julgamento são as provas e a declaração de ter ele rompido o tratado social, não sendo mais, conseqüentemente, membro do Estado. Ora, como ele reconheceu tal ao menos por sua residência, deve ser isolado pelo exílio, como infrator do pacto, ou pela morte, como inimigo público. Porque, não sendo tal inimigo uma pessoa moral, mas um homem, então o direito da guerra é o de matar o vencido (ROUSSEAU, 1999, p.102).

Acontece que os negros, propositalmente, foram considerados inimigos biológicos por teorias racistas que ousaram dizer, amparados pelo conhecimento científico, que estes eram

<sup>43</sup> Referência à obra de Carolina Maria de Jesus denominada “*Quarto de despejo: Diário de uma favelada*” de 1960.

<sup>44</sup> Trecho da música Negro Drama do grupo de rap Racionais MCs.



biologicamente, intelectualmente e moralmente inferiores. Posteriormente, o saber criminal também construiu uma imagem do negro enquanto um inimigo social, uma vez que a ele alegou o perfil do criminoso.

Em “*Sociedade Punitiva*”, Foucault faz a seguinte observação que muito nos é válida para refletirmos sobre qual o sentido de construir uma imagem do negro enquanto um criminoso e por sua vez um inimigo social. Segundo o filósofo

Essa espécie de conector que constitui o criminoso como inimigo-social é na realidade um instrumento por meio do qual a classe que está no poder transfere para a sociedade, na forma de júri, ou para a consciência social, por todas essas intermediações epistêmicas, a função de rejeitar o criminoso (FOUCAULT, 2015, p.34).

Desta passagem podemos aferir que há uma estratégia do poder em associar a imagem do negro à criminalidade, de modo que toda a sociedade o julgue e conseqüentemente o rejeite, ações que darão ao Estado a legitimidade para encarcerar e, se preciso, *matar fisicamente* este perfil julgado por todos e por ele já considerado um inimigo que precisa ser eliminado. Portanto, de fato tal associação é um instrumento para que o *racismo de Estado* possa operar com o consentimento de parte do corpo social, que interessa para o Estado.

Em “*A verdade e as formas jurídicas*” Foucault nos diz também que “Esta ideia do criminoso como inimigo interno, como indivíduo que no interior da sociedade rompeu o pacto que havia teoricamente estabelecido, é uma definição nova e capital na história da teoria do crime e da penalidade. (FOUCAULT, 2005, p.81).

A Criminologia, ciência que surge com o positivismo, no continente europeu, nas últimas décadas do século XIX, foi um saber indispensável para este processo de construção do negro enquanto um perfil do criminoso, como fora muito importante para o funcionamento da penalidade do século XIX, pois este saber é tido como a base para “permitir julgar” alguém (FOUCAULT, 2006, p.169).

No entanto, neste período não existe uma criminologia latino-americana, e para o Brasil houve uma “transnacionalização do saber criminológico (e, portanto, do controle social), de acordo com os modelos impostos pelos centros do poder localizados nos chamados países centrais[...]” (CASTRO, 2005 *apud* LIMA; SILVA, 2016, p. 136).

O saber criminológico eurocentrado, todavia, é constituído pelo discurso do *racismo* científico que legitimava as diferenças raciais. Logo, os povos não-brancos, em especial os africanos e seus descendentes, são os principais alvos da criminologia positivista. Esta, então, aparecendo como o discurso do poder que objetiva gerir a sociedade de uma forma global,

normalizando o corpo social, como ressalta Foucault, irá difundir a ideia de periculosidade que em uma esfera racista fora relacionada a estes indivíduos.

[...] a grande noção da criminologia e da penalidade em fins do século XIX foi a escandalosa noção, em termos de teoria penal, de periculosidade. A noção de periculosidade significa que o indivíduo deve ser considerado pela sociedade ao nível de suas virtualidades e não ao nível de seus atos; não ao nível das infrações a uma lei efetiva, mas das virtualidades de comportamento que elas representam (FOUCAULT, 2005, p.85).

Na análise do artigo de Rosa del Olmo titulado “*A América Latina e sua criminologia*”, Salo Carvalho ratifica que este campo do saber possui a função de gerir e controlar de forma repressiva os grupos indesejáveis. Evidencia também, que devido esta transnacionalização, o surgimento da criminologia na América, buscou desde sua origem, apresentar os índios e os negros, como os nossos primeiros criminosos, devido aos seus comportamentos, como podemos verificar na citação abaixo:

[...]os índios cometeriam delitos devido ao seu atraso e ignorância, segundo os ‘especialistas’ da época [refere o debate científico na América Latina no final do século XIX, momento da recepção das ideias de Comte, Darwin e Spencer, no plano geral, e de Lombroso Ferri e Garófalo, no campo das ciências criminais], em razão de características congênitas que os impediam de se superar, e não à exploração de que haviam sido objeto durante séculos (...). O mesmo ocorria com os negros, que além disso foram objeto de atenção especial – de parte sobretudo dos médicos legistas – por praticarem suas religiões trazidas da África, consideradas sintomas de patologia e expressão de bruxaria fomentadora da delinquência (OLMO, 2004 apud CARVALHO, 2015, pp.624-625, grifo nosso).

Nesta passagem, podemos perceber a presença do *racismo* científico na constituição do saber criminal, como no artigo titulado “*A hipótese colonial, um diálogo com Michel Foucault: a modernidade e o atlântico negro no centro do debate sobre racismo e sistema penal*”, onde os autores também ratificam tal presença:

O primeiro momento inicia com o nascimento da Criminologia como ciência (Paradigma Etiológico), na década de 1870 com a Escola Positiva Italiana, e a consolidação do uso de “instituições totais” como estratégia central para resolver os problemas definidos como criminais. Nele, como demonstramos ao tratarmos da recepção da Escola Positiva no Brasil, havia uma estreita vinculação entre teorias da raça e teorias da criminalidade. Logo, os criminólogos positivistas acreditavam existir uma criminalidade diferencial dos afrodescendentes e indígenas que era explicada/justificada com o argumento da inferioridade racial, ou seja, os afrodescendentes e indígenas seriam mais criminosos porque mais inferiores que outros grupos raciais. Nesse momento,

portanto, as teorias sobre a criminalidades eram um exemplo evidente de racismo (DUARTE; QUEIROZ; COSTA, 2016, p.3).

Evandro Duarte em “*Criminologia e racismo: introdução ao processo de recepção das teorias criminológicas no Brasil*” não diferentemente, proclama que as

[...] teorias raciais científicas encontraram, no seio da Criminologia positivista, na sua aliança entre ciência e técnica, a possibilidade de deslocar a problemática das diferenças raciais e da superioridade da “raça branca europeia”, desde um problema de justificação da ordem atual para a implementação de uma política de controle social efetivo (DUARTE, 1988, p. 170).

Para mais, nos informa que a recepção das teorias criminológicas racistas europeias no Brasil era compatível com as práticas e os discursos racistas já existentes na sociedade no período colonial e pós-colonial, de modo que o modelo criminológico importado se tornou a referência para os intelectuais do país e constituiu a forma de organização do controle social no Brasil.

Duarte (1988) destaca os principais expoentes dos discursos criminológicos, como também as obras que marcam as primeiras versões deste discurso em nosso território. A saber: o filósofo e jurista Tobias Barreto e sua obra “*Menores Loucos*”; Clóvis Beviláqua e sua obra “*Criminologia e Direito*” e o intelectual, médico legista e psiquiatra, por nós anteriormente citado, Nina Rodrigues e sua obra “*As Raças Humanas e a Responsabilidade Penal.*”

A produção e propagação das teorias formuladas por estes intelectuais marcaram as primeiras discussões sobre a criminologia no Brasil, pois segundo o autor, intelectuais como Nina Rodrigues e Tobias Barreto compreendiam o sistema penal como uma “*máquina de guerra*”. No entanto, destes intelectuais, Nina Rodrigues fora um dos que mais fortaleceu o pensamento criminal racista no final do século XIX. Suas teorias difundiram no corpo social e no pensamento criminalista do país um

[...] modelo racista de explicação causai da criminalidade, marcado por um rígido determinismo biológico, que era uma recomendação geral para medidas que limitassem os direitos fundamentais das populações não brancas. Neste modelo sobressaía a idéia de uma sociedade marcada por uma luta entre civilizações distintas de que eram portadores diferentes grupos raciais, no qual figuravam como *criminosos naturais* todos aqueles que não estivessem dentro dos padrões biológicos da civilização branca, tida como superior (DUARTE, 1988, p.322, grifo nosso).

Vemos, portanto, que se constituía com esse saber criminológico e o modelo proposto por Nina Rodrigues, um processo de racialização dos sistemas punitivos em nosso país, como

também conseguimos aferir que o saber criminal, formulado e difundido pela raça dominante, contribuiu na constante associação entre raça negra e crime, que até hoje vigora em nosso imaginário, nas práticas sociais dos indivíduos e dos aparelhos do Estado.

A criminologia positivista buscou, por uma perspectiva racista, explicar a criminalidade alegando a existência de raças inferiores que teria a delinquência o seu atributo nato. Esta postura viabilizou a construção da seletividade penal<sup>45</sup> como também torna possível aferirmos que “Não poderia ter existido a construção negativa da raça sem o sistema penal e não se pode compreender o sistema penal sem a construção das relações raciais” (DUARTE; QUEIROZ; COSTA, 2016, p.26).

Sobretudo, esta análise demonstra-nos que não se pode compreender uma *sociedade de normalização*, que busca separar os indivíduos – segundo os critérios do normal e do patológico advindos de um saber representado pela medicina que “cada vez mais coloniza os procedimentos da lei” (FOUCAULT, 1999, p.45) – sem entendermos que para a gestão de uma população no modo de operar do *biopoder* é necessário a constituição de “saberes específicos para a própria manutenção da aparelhagem normativo-punitiva, saberes que, por sua vez, são produzidos a partir do próprio funcionamento dessa aparelhagem” (RESENDE, 2011, p.86).

Neste sentido, o saber criminológico exerceu um grande papel na construção de um modelo hierárquico e autoritário de intervenção penal, uma vez que atendia as necessidades das elites brasileiras em reprimir as populações não-brancas em geral e em especial, a população negra, ao etiquetar seus corpos como *naturalmente criminosos*.

Disto decorre entendermos com Michel Foucault que “a classe no poder se serve da ameaça da criminalidade como um álibi contínuo para endurecer o controle da sociedade.” (FOUCAULT, 2006, p. 157). Dado este fato, a utilização de um saber criminal racista pode ser interpretada como um mecanismo de poder para a execução de um controle social que mantenha a hierarquização racial nos sistemas punitivos e legitime as ações do Estado.

Ao analisarmos o *modus operandi* dos aparelhos estatais que cuidam da segurança da sociedade, desde o nascimento da República em 1889 e o discurso por eles proferidos, como o discurso abaixo proferido pelo Ministério da Justiça, um ano após a falsa abolição, é possível

---

<sup>45</sup> De acordo com o *Mapa do Encarceramento: os jovens do Brasil* (2015), podemos entender que a seletividade penal ocorre quando “as instituições do sistema de justiça realizam constrangimentos e seleções para certos atores sociais, gerando desigualdades de tratamento no campo da segurança pública e da justiça criminal: os bem afortunados são aqueles cujas demandas por justiça transitam facilmente pelas estruturas judiciais e suas infrações atraem pouca atenção da repressão penal. Desfavorecidos são os que simultaneamente atraem a repressão penal aos seus modos de morar, trabalhar, comerciar, viver e encontram muitas dificuldades em administrar os conflitos de que são protagonistas por regras e procedimentos estatais (SINHORETTO, 2014 *apud* BRASIL, 2015, p. 13)

identificarmos a presença do saber criminal racista e, portanto, quem continuará sendo alvo do sistema penitenciário.

Um bom sistema penitenciário desempenha um papel essencial na limitação dos *males do presente*: é uma função essencial do Poder Público. Mas, o Estado não se limita a prender, a sequestrar os delinquentes, a privá-los de liberdade. A função de punir é *uma função cientificamente realizada*, que *recorre à ciência e à sociologia*. Ante o progresso destas, o direito e o dever do Estado perseguem um fim mais amplo, um fim mais nobre, outro fim mais humano, mais social, que não é assinalado apenas aqui, mas por acordo universal, que é a correção, a regeneração do delinquente (Relatório do Ministério da Justiça, 1889) (MOTTA, 2006, xxxviii, grifo nosso).

O discurso acima, ao dizer que o sistema penitenciário está amparado na ciência, está dizendo que o sistema penitenciário brasileiro está amparado no saber criminológico que como verificamos possui uma estreita ligação com as teorias raciais que buscou classificar os não-brancos como inferiores, influenciando a criminologia positivista a etiquetá-los como naturalmente criminosos.

Logo, neste trecho apresentado pelo filósofo Manoel Barros da Motta, para demonstrar como era difundido pelos aparelhos do Estado, a função da punição na passagem para a República, é possível entendermos que a punição continuará selecionando corpos negros, pois são estes os tidos como “males do presente” no contexto proferido, e considerados pela ciência criminal como os *naturalmente criminosos*.

Como consequência da construção deste saber criminal e racista – transplantado da Europa e posteriormente difundido pelos intelectuais em nosso país – fora a possibilidade que tal saber proporcionou para a efetivação do processo de criminalização da população negra, enquanto uma forma de mantê-la sob controle. Duarte (1988) aponta que no pós-abolição, no plano legislativo, surgiu uma série de medidas que tiveram eficácias variadas, e que

O cotejo desta legislação permite identificar alguns aspectos desta estratégia sob o ponto de vista do controle social da massa escrava, tais como o destino dado aos escravos após a libertação, sua internação em instituições de sequestro, a obrigatoriedade de prestação de serviços e a organização de um sistema de controle burocrático e policial (DUARTE, 1988, p.227).

Uma das primeiras medidas do plano legislativo do Estado, foi transformar a prática da capoeira em crime. Este fato, encontramos no Código Penal<sup>46</sup> do país em 1890, nos seguintes artigos:

Art. 402. Fazer nas ruas e praças públicas exercícios de agilidade e destreza corporal conhecidos pela denominação capoeiragem; andar em correrias, com armas ou instrumentos capazes de produzir uma lesão corporal, provocando tumultos ou desordens, ameaçando pessoa certa ou incerta, ou incutindo temor de algum mal:

Pena - de prisão celular por dous a seis meses.

Paragrapho unico. E' considerado circunstancia aggravante pertencer o capoeira a alguma banda ou malta.

Aos chefes, ou cabeças, se imporá a pena em dobro.

Art. 403. No caso de reincidencia, será applicada ao capoeira, no gráo maximo, a pena do art. 400.

A pena do art. 400 dizia:

Art. 400. Si o termo for quebrado, o que importará reincidencia, o infractor será recolhido, por um a tres annos, a colonias penaes que se fundarem em ilhas maritimas, ou nas fronteiras do territorio nacional, podendo para esse fim ser aproveitados os presidios militares existentes.

Sabe-se que os sujeitos passíveis a estes crimes eram os negros, que praticantes de capoeira foram considerados vadios. No entanto, vadios para além de denominar os praticantes de capoeira, é um termo atribuído àqueles que não trabalham. A estes desempregados, o Estado criminalizava da seguinte forma, conforme o mesmo Código Penal de 1890:

Art. 399. Deixar de exercitar profissão, officio, ou qualquer mister em que ganhe a vida, não possuindo meios de subsistencia e domicilio certo em que habite; prover a subsistencia por meio de occupação prohibida por lei, ou manifestamente offensiva da moral e dos bons costumes:

Pena - de prisão celular por quinze a trinta dias.

§ 1º Pela mesma sentença que condemnar o infractor como vadio, ou vagabundo, será elle obrigado a assignar termo de tomar occupação dentro de 15 dias, contados do cumprimento da pena.

§ 2º Os maiores de 14 annos serão recolhidos a estabelecimentos disciplinares industriaes, onde poderão ser conservados até á idade de 21 annos.

Tais dispositivos demonstram que o público alvo de tais medidas possuía cor e classe social, pois eram os negros praticantes de capoeira, como também eram estes, em sua maioria, os indivíduos pobres que não possuíam trabalho, neste contexto, justamente pelo fato do Estado

---

<sup>46</sup> Disponível em < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-847-11-outubro-1890-503086-publicacaooriginal-1-pe.html>>

brasileiro ter ofertado os postos de trabalho para os imigrantes e o *racismo* operar na sociedade, dificultando a contratação destes indivíduos.

Fato que torna o crime de vadiagem e mendicância possuir uma função política estratégica, pois em um Estado *biopolítico* estes crimes tornam-se um mecanismo de controle do Estado – que estabelece a lei –sobre a liberdade do indivíduo. “O lícito está relacionado à produção de riquezas, ao trabalho, à ocupação do tempo de forma produtiva, o que consequentemente, afastaria o uso ilícito da liberdade” (RIBEIRO, 2000, p.3).

Assim, negros em “liberdade”, ou seja, desocupados e exercendo capoeiragem eram facilmente apreendidos e tornados novamente cativos do Estado.<sup>47</sup> Neste sentido a criação de mecanismos que criminalizassem o *ser, o estar e o agir*, desta população, foram algumas das formas de manter sob controle este corpo múltiplo negro que, agora liberto, poderia colocar em risco o modo privilegiado de viver da raça dominante.

Neste processo, outras formas de criminalizar os negros foram sendo criadas no decorrer da nossa história, como a criminalização de sua religião, da cultura, da reunião de negros libertos em bares/tavernas, dentre outras interdições que tiveram por intuito manter sob controle esta população. Atualmente, um dos mecanismos de controle do poder para retirar do meio social, expor à morte e eliminar a população negra, se dá a partir da política de “*guerra contra as drogas*”, que funciona do centro para a margem e, de fato, busca eliminar não as drogas, mas seus usuários negros.

Carvalho (2015) em “*O encarceramento seletivo da juventude negra brasileira: a decisiva contribuição do poder judiciário*” certifica-nos que políticas como esta, criada pelo Estado “provoca verdadeiras *dobras de criminalização* que potencializam de forma extrema os índices de criminalização dos grupos vulneráveis, notadamente a juventude negra.” (CARVALHO, 2015, p. 634, grifo nosso)

Nesta guerra, o Estado de diferentes formas, constrói associações das substâncias psicoativas com os corpos negros, de modo que sendo a droga um inimigo pra saúde pública e o negro tornado sinônimo de drogas, este será também visto como um inimigo da saúde social. Ademais, a associação das drogas e da criminalidade às pessoas negras tende a gerar um imaginário social de que toda esta parcela da população é criminoso.

---

<sup>47</sup> Lúcio Ribeiro no estudo titulado “Da vadiagem e dos vadios” ainda assevera que no “código da República que se seguiu à abolição da escravatura, a pena que consistia em privação da liberdade com trabalhos forçados foi aumentada. Mesmo após o cumprimento da pena, o infrator ainda ficava de certa forma vinculado ao processo anterior porque neste firmara o compromisso de não mais vadiar – compromisso este que era frequentemente descumprido . Este mecanismo de controle, sem dúvida, também era um mecanismo bastante qualificado para o controle sobre a força de trabalho das minorias pobres, notadamente, negros, mulatos, mestiços, cafuzos, mamelucos e estrangeiros pobres” (RIBEIRO, 2000, p.3).

Disto decorre que em qualquer possibilidade de acusação é sempre o/a jovem negro/a o elemento suspeito, uma vez que, neste mecânica, crime e raça tornam-se sinônimos e o encarceramento majoritário da população negra, algo *normal*. Assim como a eliminação destas vidas através de um discurso de proteção à saúde da população e a vida de cada indivíduo.

Afinal: “*bandido bom é bandido morto*”, ditado que bem expressa como esta associação e a operacionalização dos aparelhos do Estado, para a eliminação deste *perigo*, que tem cor e classe, consegue o consentimento social. No entanto, precisamos compreender que tanto a associação como o encarceramento destas vidas é algo seletivo, pois o sistema penal brasileiro é seletivo quando se trata de vidas negras, visto que indivíduos brancos, de classe média ou alta, portanto quantidades exorbitantes de drogas – que evidenciam não ser apenas para consumo – possuem tratamento diferenciado, como são rapidamente absolvidos.

Além do mais, não são associados à possíveis traficantes e potenciais criminosos, como não são alvos das descargas das balas advindas das armas policiais. E isto por quê? a criminologia brasileira, desde sua origem, busca representar negros e indígenas como criminosos. Logo, o jovem negro, apenas por ser negro já é suspeito. E, é suspeito, pois ele é o Outro, o inimigo que numa guerra precisa, de qualquer forma, ser eliminado e a seletividade penal<sup>48</sup> no Brasil reflete os caminhos utilizados para o sequestro e eliminação deste Outro...

Boris Fausto em “*Crime e Cotidiano*” (1984) demarca que entre 1904 e 1916 negros e mulatos são encarcerados, na cidade de São Paulo<sup>49</sup>, em proporções diferenciadas dos brancos, sendo esta diferença duas vezes superior, mesmo em um período que os negros eram minoria em contingente populacional nesta localidade, mostrando-nos como a seletividade penal, há tempos, vem operando, pois esta realidade não fora diferente em outros estados brasileiros, como ainda é uma realidade que permanece segundo o *Mapa do encarceramento* de 2015<sup>50</sup>,

<sup>48</sup> Conforme o *Mapa do encarceramento: os jovens no Brasil (2015)*, para termos uma dimensão mais precisa da seletividade racial no sistema prisional brasileiro, é necessário fazer uma ponderação pela taxa de encarceramento segundo grupos de cor/raça; ou seja, uma análise do número de presos negros e brancos de acordo com o número de habitantes negros e brancos. Considerando-se os dados do InfoPen sobre a população no período de 2005 a 2012 e as estimativas para a população brasileira acima de 18 anos no mesmo período, segundo brancos e negros, é possível observar que o encarceramento de negros aumentou mais do que o encarceramento de brancos. Em 2012, para cada grupo de 100 mil habitantes brancos acima de 18 anos havia 191 brancos encarcerados, enquanto para cada grupo de 100 mil habitantes negros acima de 18 anos havia 292 negros encarcerados, ou seja, proporcionalmente o encarceramento de negros foi 1,5 vez maior do que o de brancos em 2012.

<sup>49</sup> Conforme o autor os negros neste período representavam 10% dos habitantes de São Paulo e constituíam 28, 5% do total de presos. (FAUSTO, 1984, p.52)

<sup>50</sup> De acordo com os dados sobre cor/raça, no *Mapa do encarceramento*, verificamos que “em todo o período analisado, existiram mais negros presos no Brasil do que brancos. Em números absolutos: em 2005 havia 92.052 negros presos e 62.569 brancos, ou seja, considerando-se a parcela da população carcerária para a qual havia informação sobre cor disponível, 58,4% era negra. Já em 2012 havia 292.242 negros presos e 175.536 brancos, ou seja, 60,8% da população prisional era negra. Constata-se assim que quanto mais cresce a população prisional no país, mais cresce o número de negros encarcerados. O crescimento do encarceramento é mais impulsionado pela prisão de pessoas negras do que brancas. (BRASIL, 2015, p.33)



que apresenta ser a população negra mais de 60% dos encarcerados e destes a maioria são jovens<sup>51</sup>.

Mas, Carvalho (2015) evidenciar-nos-á que a seletividade penal possui uma função. Para o autor ela contribui na construção da figura do inimigo social, ao continuar *marcando* como “perigosos” e “indesejados” alguns indivíduos/grupos do corpo social. Contudo, o direito penal ao etiquetar determinados corpos/vidas como inimigos sociais/símbolos de criminalidade, expressam a parcela de responsabilidade que o judiciário possui no processo de encarceramento e vulnerabilização dos corpos/vidas negras do corpo social. Amparado na criminologia crítica, Vinícius Assumpção em “*A gestão do corpo negro no Brasil: da democracia racial ao genocídio*” assevera que este etiquetamento

[...] permitiu a coisificação de alguns grupos e a sua consequente segregação ou eliminação, processos maquiados pela racionalização que os têm acompanhado, num nítido esforço justificativo que visa legitimar as iniquidades (ZAFFARONI, 2014 *apud* ASSUMPÇÃO, 2017, p. 29).

Um, dentre inúmeros exemplos de que o *racismo* norteia o sistema penal e evidencia ser o encarceramento seletivo, encontramos no caso do jovem negro Rafael Braga, que aos 25 anos de idade foi preso, no dia 20 de junho de 2013, no meio de uma manifestação contra o aumento da tarifa do transporte coletivo na cidade do Rio de Janeiro.

Rafael é um catador de materiais recicláveis e portava uma garrafa de cloro vazia e uma de pinho Sol cheia, lacrada, quando foi detido por policiais. Após detenção, Rafael apanhou dos policiais e teve sua garrafa de pinho Sol adulterada pelos mesmos, de modo que simulasse um potencial explosivo. Este fato enquadrou o jovem negro, no inciso III do artigo 16 do Estatuto do Desarmamento<sup>52</sup>, que proíbe carregar ou usar artefato explosivo ou incendiário sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar.

O jovem foi acusado de portar material explosivo denominado “coquetéis-molotov”. Foi condenado a 5 anos e 2 meses de reclusão e em 1º de dezembro de 2015, ele progrediu ao regime aberto e saiu da prisão, sendo monitorado por uma tornozeleira. Voltando a morar na Cascatinha, Vila Cruzeiro, com sua família, no dia 12 de janeiro de 2016, Rafael saiu pela

<sup>51</sup> A gestão do encarceramento definitivamente não é marcada pela aleatoriedade. Os aprisionados no Brasil são predominantemente jovens, sendo de 55,07% a taxa das pessoas entre 18 e 29 anos no cárcere, enquanto essa faixa etária corresponde a apenas 18,90% do povo brasileiro. (ASSUMPÇÃO, 2017, p.32)

<sup>52</sup>Disponível em <https://www.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/busca?q=ART.+16%2C+PAR%C3%81GRAFO+%C3%9ANICO%2C+INCISO+II%2C+DO+ESTATUTO+DO+DESARMAMENTO>

manhã para ir à padaria a pedido de sua mãe, Dona Adriana, e no caminho foi abordado por policiais da UPP.

Os Policiais Militares diziam que ele tinha envolvimento com o tráfico e pediram que ele desse informações e assumisse que era bandido. Rafael foi detido, espancado no caminho à delegacia, sendo inclusive ameaçado de estupro caso não assumisse participação no tráfico. Os Policiais imputaram ao Rafael um kit flagrante com 0,6g de maconha, 9,3g de cocaína e um rojão. Por este fato, desde janeiro Rafael responde por tráfico de drogas, associação e colaboração com o tráfico.

Campanhas pela liberdade de Rafael Braga surgiram, mas nunca obtiveram tanta atenção como as lutas para libertação de outros presos das manifestações de 2013 e 2014. Como não é militante branco de classe média/alta e sim, um jovem negro e pobre, o *perfil do criminoso*, as mobilizações não evitaram sua prisão, sendo rapidamente julgado e condenado.

Para muitos militantes negros, dos Direitos Humanos, dentre outros, Rafael é símbolo da seletividade penal e *racismo* estrutural que permeia a justiça brasileira. Sua nova prisão em 2016 reforça tal consideração, como demonstra que a guerra aos negros camuflada de guerra às drogas segue fazendo novas vítimas diariamente, exterminando o povo negro e impulsionando o encarceramento em massa.

Este processo histórico de criminalização da população negra faz com que os jovens negros sejam os principais alvos de criminalização, como também que estes sejam encarcerados pelo mínimo ato que possa *parecer* ilegal ou por parecerem suspeitos, portarem pequenas quantidades de entorpecentes para consumo, ou simplesmente por ser um corpo negro. Como se o corpo negro carregasse por si um crime e a cor fosse a prova.

Fato é que a seletividade penal opera sobre os jovens negros e é sobre eles que recaem, preferencialmente, estigmas acima citados como: a animalidade, sexualidade promíscua, incapacidade cognitiva, fealdade, violência, disposição à criminalidade, dentre outros estereótipos negativos.

O jovem negro é representado e concebido como um “elemento suspeito” com o respaldo de instituições escolares, mídias, dentre outras que reforçam, cotidianamente, indivíduos negros em papéis subalternos, vinculados a atividades criminosas, à violência, à hiper sexualidade, dentre outros. Tudo isto ainda encontramos retratados em imagens de livros escolares, orientações de segurança, novelas, programas humorísticos e nos discursos proferidos pelos veículos de comunicação.

O que evidencia uma das formas de operar do *racismo de Estado* no âmbito ideológico, que constantemente constrói e reforça uma imagem fantasmagórica sobre o homem negro

brasileiro, como o perfil do suspeito, criminoso e alvo preferencial do encarceramento. Mas, o que é o encarceramento em uma sociedade de normalização? E qual a sua função?

Primeiramente, é necessário entendermos que por encarceramento Foucault não compreende apenas a forma-prisão. Para ele, instituições como escola, hospitais, fabricas, casas de correção, dentre outras constituem o que ele denomina por *instituições de sequestro e arquipélago carcerário*, vez que para ele a tecnologia penitenciária migrou para a vastidão das relações sociais. Por este fato, conforme Haroldo de Resende, o sistema carcerário ou penitenciário em Foucault não corresponde apenas ao aparato judiciário relacionado ao campo penal. Ele estende-se capilarmente por variados espaços da rede social e

[...] dissipa por todos os espaços sociais, de modo que essa dispersão “político-carcerária” ganha formas concretas, por ações dos indivíduos, em exercícios cotidianos que, mesmo ínfimos, são sempre normalizadores e atingem as multiplicidades (RESENDE, 2011, p.77).

Estas instituições, segundo Foucault em “*A verdade e as formas jurídicas*”, têm por função primeira “o controle, a responsabilidade sobre a totalidade, ou a quase totalidade do tempo dos indivíduos; são, portanto, instituições que, de certa forma, se encarregam de toda a dimensão temporal da vida dos indivíduos” (FOUCAULT, 2005, p.116). Além do mais, este controle e extração do tempo do indivíduo serve para colocá-los à disposição dos aparelhos de produção, à disposição do trabalho.

São instituições que funcionam para disciplinar, adestrar, controlar, formar e valorizar (a depender do sistema) o corpo; criar poder<sup>53</sup>, como também extrair e criar saberes a partir do comportamento dos envolvidos. Um saber de observação, clínico, como a psiquiatria, a criminologia, a sociologia, etc.

No entanto, neste trabalho compreenderemos por encarceramento a forma-*prisão*, prática punitiva do direito penal que surge no início do século XIX como instituição, e que, de acordo com Foucault (2005) não era uma pena do direito, no sistema penal dos séculos XVII e XVIII. A prisão torna-se a forma máxima de punição no século XIX, motivada por uma prática para-jurídica denominada *lettre-de-cachet*.

A *lettre-de-cachet* não consistia em uma lei ou decreto, mas em uma ordem do rei que obrigava o indivíduo a executar ou não algo, mas era utilizado, muitas vezes, para punir e regulamentar a moralidade cotidiana da vida social. Era, em suma, uma maneira do grupo ou

---

<sup>53</sup> Foucault traz como exemplo a criação do poder judiciário, o poder de julgar que está presente em todas estas instituições.

dos grupos assegurarem o policiamento e sua própria ordem solicitando ao rei uma punição<sup>54</sup> aos indivíduos. Sobre a relação da *lettre-de-cachet* e a origem da prisão, dirá Foucault que:

Quando uma *lettre-de-cachet* era enviada contra alguém, esse alguém não era enforcado, nem marcado, nem tinha de pagar multa. Era colocado na prisão e nela devia permanecer por um tempo não fixado previamente. Raramente a *lettre-de-cachet* dizia que alguém devia ficar preso por seis meses ou um ano, por exemplo. Em geral ele determinava que alguém deveria ficar retido até nova ordem, e a nova ordem só intervinha quando a pessoa que requisitara a *lettre-de-cachet* afirmasse que o indivíduo aprisionado tinha se corrigido. Esta ideia de aprisionar para corrigir, de conservar a pessoa presa até que se corrija, essa ideia paradoxal, bizarra, sem fundamento ou justificação alguma ao nível do comportamento humano tem origem precisamente nesta prática (FOUCAULT, 2005, p. 98).

O encarceramento tornou-se a forma máxima de punição das sociedades contemporâneas, onde a vigilância, o controle e a correção parecem ser a “dimensão fundamental e característica das relações de poder” (FOUCAULT, 2005, p. 103). Ela, desde sua origem está ligada a um projeto de transformação dos indivíduos e por isto, efetua um controle sobre o que os indivíduos *podem fazer, são capazes de fazer ou estão na iminência de fazer*. Aguçando a noção de periculosidade que considera o indivíduo ao nível de suas virtualidades, de seu comportamento possível.

Na sociedade de segurança o encarceramento é uma das formas de fixar e adestrar os indivíduos a fim de que os mesmos sejam corrigidos e correspondam às *normas*. O entrecruzamento de mecanismos disciplinares e reguladores encontra no sistema carcerário o eixo articulador, onde a proliferação de técnicas de controle afeta os indivíduos, resultando na regulamentação/normalização da população. Para mais, Haroldo de Resende no artigo “*Disciplina e regulamentação: entrecruzamentos entre sistema carcerário e biopolítica*”, salienta que

No esquema de uma sociedade em que todos vigiam em nome da normalidade, os dispositivos disciplinares, na densidade de sua rede, nunca se desligam e têm na prisão sua representação máxima. Ela é a instituição modelar da *sociedade normalizada*, uma vez que a lógica dos mecanismos disciplinares e dos mecanismos regulamentadores convergem para o carcerário com seu regime de controle, correção, vigilância, punição, recompensa. A prisão está incrustada nesse amplo conjunto de dispositivos disciplinares e estratégias de poder que a reforçam e a solidificam como tal. Sua própria existência nesse conjunto

---

<sup>54</sup> Foucault informa-nos que a ideia de corrigir pela reclusão e pelo internamento os indivíduos dos perigos e virtualidade possíveis que apresentam, é derivada da polícia em uma prática dos controles sociais. Não advém do universo do Direito, nem nasce da teoria jurídica do crime.

representa uma força extrema como paradigma de administração da população (RESENDE, 2011, p. 87).

Enquanto paradigma de administração da população, é que compreendemos ser o encarceramento da população negra no Brasil, a via pela qual busca-se, também, gerir esse corpo negro múltiplo, inimigo biológico, político, social. Se antes os negros eram escravizados e seus corpos alvos de espetáculos de punições, com a instituição prisão eles são novamente capturados, violentados, privados de liberdade, condenados a novamente terem suas vidas sequestradas pelo Estado.

O encarceramento<sup>55</sup>, na nossa perspectiva, é uma via utilizada pelo *racismo de Estado* para expor e condenar à *morte social*, como à morte física, a população negra, efetuando o corte que lhe cabe entre o que deve viver e o que *deve morrer*. O encarceramento em massa destes corpos somente expressa as técnicas utilizadas pelo poder em uma sociedade de normalização, que tem historicamente um projeto de *eliminação* da população negra do seu meio.

Foucault em uma entrevista concedida a J.K Simo, sobre a prisão de Attica, localizada nos Estados Unidos da América e visitada pelo filósofo em 1972, faz uma ponderação importante que nos auxilia e torna possível compreendermos, que a prisão para além da função de disciplinar, adestrar, tornar dócil ou seja transformar os indivíduos, tem a função de eliminar “outros”, do meio social. Diz Foucault:

Na época em que se concebeu Auburn e a prisão de Filadélfia, que serviram de modelos (com pouquíssimas modificações até o momento) às grandes máquinas de encarceramento, acreditava-se que efetivamente a prisão produzia alguma coisa: homens virtuosos. Mas, sabe-se hoje, e a administração tem perfeita consciência disto, que a prisão não produz nada desse gênero. Que ela não produz absolutamente nada. Que se trata unicamente de um extraordinário truque de mágica, *de um mecanismo inteiramente singular de eliminação circular: a sociedade elimina enviando para a prisão pessoas que a prisão quebra, esmaga, elimina fisicamente*; uma vez quebradas essas pessoas, a prisão as eliminam libertando-as, reenviando-as à sociedade; nesta, sua vida na prisão, o tratamento que sofrem, o estado no qual saíram, tudo concorre industriosamente para que, de modo infalível, a sociedade os elimine de novo, reenviando-os para a prisão, à qual... Attica é uma máquina de eliminar[...] (FOUCAULT, 2006, p. 134).

Assim como também são as penitenciárias do Brasil. Lugares lastimáveis, verdadeiras máquinas de eliminação de pessoas. Instrumento visível de controle social que neste *sistema carcerário*, nesta rede de instituições de sequestro existentes no corpo social, apenas da

---

<sup>55</sup> O Brasil ocupa o 4º lugar no ranking mundial de população prisional. Da mesma maneira, o país ocupa o 1º lugar quando comparado aos demais países da América do Sul, segundo o Mapa do Encarceramento (2015).

continuidade ao trabalho que instituições escolares, hospitalares, fabricas já vem historicamente fazendo.

Ou seja, estas instituições que formam um *continuum carcerário*, como a escola, vem contribuindo no processo de eliminação da população negra, por exemplo, ao resistirem em implementar a Lei 10.639/2003<sup>56</sup> e continuarem difundindo a história do povo negro, enquanto indivíduos que foram escravizados e nada contribuíram na história da humanidade.

Como se a população negra não possuísse referencial histórico positivo e não compartilhasse da intelectualidade e humanidade do Eu-hegemônico. Fato que interfere na construção de uma identidade negra positiva, que fortaleça a subjetividade destes indivíduos, como também contribuiu para que toda a sociedade permaneça com a alma e o comportamento adestrado para exercitar contra esta população o carcerário que todos nós possuímos. Naturalizando, sobretudo, uma *sociedade punitiva*, para alguns indivíduos.

Deste modo, a prisão na sociedade de normalização é “somente o suplemento da intensidade de um mecanismo que funciona discreta mas continuamente” (RESENDE, 2011,p.80). De técnicas de vigilância e controle que estão presentes em todos os lugares encarcerando a todo momento. Por este fato, a prisão para Foucault é o reflexo da sociedade. Ela é um reflexo do que a sociedade, suas instituições e indivíduos fazem ininterruptamente: vigiam, punem e eliminam de diversas formas este Outro que não compartilha e está fora da norma.

Parece-me que se a prisão se impôs foi porque era, no fundo, apenas a forma concentrada, exemplar, simbólica de todas estas instituições de sequestro criadas no século XIX. De fato, a prisão é isomorfa a tudo isso. No grande panoptismo social cuja função é precisamente a transformação da vida dos homens em força produtiva, a prisão exerce uma função muito mais simbólica e exemplar do que realmente econômica, penal e corretiva. A prisão é imagem da sociedade e a imagem invertida da sociedade, imagem transformada em ameaça. A prisão emite dois discursos: Ela diz “Eis o que é a sociedade; vocês não podem me criticar na medida em que eu faço unicamente aquilo que lhes fazem diariamente na fábrica, na escola, etc. Eu sou, pois, inocente; eu sou apenas expressão de um consenso social.” É isso que se encontra na teoria da penalidade ou da criminologia; a prisão não é uma ruptura com o que se passa todos os dias. (FOUCAULT, 2005, p. 123)

Por não ser uma ruptura e sendo nossa sociedade estruturalmente racista é perceptível que o encarceramento da população negra é um mecanismo de controle dos corpos negros que vem sendo assassinados desde que seus antepassados foram desterrados de África, explorados

---

<sup>56</sup> Lei que torna obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana nos estabelecimentos de ensino do país, em todos os níveis e disciplinas.

enquanto força produtiva, jogados a margens como exército de reserva, neste sistema capitalista, tornando a população negra e pobre escravos modernos, encarcerados e/ou eliminados pelo Estado que defende uma sociedade branca e burguesa.

O que queremos demonstrar neste trabalho é que ao analisarmos o processo histórico da população negra no Brasil e quiçá no mundo, verificamos que as vidas negras são tidas como vidas que não importam em uma *sociedade de segurança*, como a brasileira, que ao buscar *defender a sociedade*, está defendendo as vidas, os interesses e os privilégios do Eu-hegemônico que é a raça que o Estado historicamente protege.

O *racismo de Estado* é um conceito que possibilita entendermos como os mecanismos de poder agem em função de *fazer morrer* as vidas que interessam aos detentores do poder econômico, ideológico e político.

Matar é a função do *racismo* e é exatamente isto que ele vem fazendo com a população negra. Primeiro busca-se matar a razão, posteriormente uma vida política e social. Logo, neste processo *contínuum* de assassinato e condenação à vulnerabilidade, a eliminação física destas vidas será a expressão final de uma sociedade de segurança que é, verdadeiramente, uma sociedade *necropolítica*.

### 3.2 A VIA FINAL: EXTERMÍNIO DA JUVENTUDE NEGRA

Na analítica do poder de Michel Foucault vemos que *a política é a continuação da guerra por outros meios* e que o Estado reinsere esta relação guerreira no seu seio, pois *a guerra é o motor das instituições*. E, é a partir desta máxima que finalizaremos nossa reflexão sobre as vias utilizadas pelo Estado para *matar*, fazer o corte entre o que deve viver e o que deve morrer.

Peter Pal Pelbart afirma que ESTAMOS EM GUERRA!

Guerra contra os pobres, contra os negros, contra as mulheres, contra os indígenas, contra os craqueiros, contra a esquerda, contra a cultura, contra a informação, contra o Brasil. A guerra é econômica, política, jurídica, militar, midiática. É uma guerra aberta, embora denegada; é uma guerra total, embora camuflada; é uma guerra sem trégua e sem regra, ilimitada, embora queiram nos fazer acreditar que tudo está sob a mais estrita e pacífica normalidade institucional, social, jurídica, econômica (PELBART, 2017, p.1).

Eu também afirmo: Estamos em Guerra! O Estado brasileiro está em guerra! Sempre estive em guerra, contra a população negra: guerra epistemológica quando insiste em subalternizar os saberes produzidos pelos povos negros; guerra cultural ao usurparem e/ou

buscarem inferiorizar a produção cultural do negro; guerra política ao criar mecanismos para impossibilitar a participação dos negros nos âmbitos de decisão do país; e nestas históricas e diferentes formas de estabelecer a guerra contra a população negra, o Estado, que somos nós, vem produzindo uma guerra civil que atinge preferencialmente a juventude negra.

Nos estudos realizados desde 1998 por Júlio Waiselfisz, para elaboração do ‘Mapa da Violência’ que utiliza da *estatística* – ciência que, segundo Foucault, é tida como o conhecimento da realidade do Estado – para demonstrar-nos as características do perfil vitimado e dos padrões geográficos da violência homicida no Brasil, é verificável que o grupo vitimado por armas de fogo, sendo estas em sua maioria advindas dos aparelhos do Estado, possui um perfil preponderante: i) a maioria das vítimas são jovens; ii) do sexo masculino; iii) e negros.

Com os dados do último “*Mapa da Violência: homicídios por armas de fogo no Brasil de 2016*”, somados aos dados apresentados no “*Índice de vulnerabilidade juvenil à violência 2017: desigualdade racial, municípios com mais de 100 mil habitantes*”<sup>57</sup>, o “*Mapa do Encarceramento: os jovens do Brasil*”<sup>58</sup> e o “*Atlas da violência 2017*” podemos certificar que os jovens negros são mais suscetíveis ao encarceramento e ao homicídio no Brasil, por verificarmos que a cada 100 pessoas assassinadas 71 são negras, em sua maioria jovens entre 15 e 29 anos, vítimas de intervenções policiais.

Estes dados são apresentados para visualizarmos que não é aleatório, o Estado brasileiro, historicamente, mata gradualmente a população negra, como discurremos neste trabalho. Neste processo de morte, parafraseando Mano Brown, se no imaginário esta população já está exposta a morte, constitui o que denominamos por Não-ser, destruir seus corpos é muito mais fácil.

<sup>57</sup> Estudo realizado pela Secretaria Nacional da Juventude em parceria com a UNESCO e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Disponível em < <http://unesdoc.unesco.org/images/0026/002606/260661por.pdf>>

<sup>58</sup> “A análise comparativa entre os dados gerais do *Mapa da violência* e do *Mapa do encarceramento* mostrou que homens, jovens e negros são a maioria das vítimas de homicídios e dos presos do Brasil. Estes dados apontam que as instituições da segurança pública e da justiça criminal do país identificam este grupo da população como alvo de intenso controle flagrando em maior intensidade as suas condutas ilegais, com práticas que produzem violência e morte. A vigilância policial enfocada sobre a população negra culmina em mais possibilidade de confrontos entre agentes policiais e pessoas negras, resultando assim em elevado número de homicídios em decorrência da ação policial nos grupos negros, conforme já demonstraram algumas pesquisas (SINHORETTO; SILVESTRE; SCHLITTLER, 2014). Além disso, outras pesquisas sobre o fluxo do sistema de justiça já apontaram que a seletividade permanece no curso dos processos judiciais, em que as práticas e moralidades dos operadores da justiça criam desvantagens para este grupo, o que é confirmado pela sobre-representação de negros no sistema carcerário brasileiro. Os dados do *Mapa da violência* indicam que a população negra, especialmente a população jovem é mais vulnerável à violência urbana, sendo vítima de homicídios com mais intensidade do que a população branca. Contudo, os dados sobre encarceramento indicam que a população negra e jovem – que deve ser o objetivo principal de uma política de segurança para garantia prioritária da vida – não apenas não é vista pelos gestores e executores da segurança como vítimas prioritárias a serem protegidas, como são os alvos do policiamento ostensivo que procura condutas delitivas nas ruas – espaço onde as atividades delitivas mais visíveis são as dos jovens e negros. Significa que a população jovem negra acumula duas desvantagens diante das políticas de segurança em curso.” (BRASIL, 2015, pp.87-88)



Por isto, a vida dos jovens negros no Brasil, como as *vidas negras* em grande parte do nosso planeta, são vidas vulneráveis, vidas consideradas descartáveis. Com Agamben (2010), poderíamos nomeá-las de *vida sacra*, *meras vidas*, *vidas nuas*, *não qualificadas*, visto ser perceptível com estes dados que, em nossa sociedade, há uma linha divisória que demarca a fronteira entre a vida qualificada (*bios politikos*), isto é, a vida que merece ser vivida e que, portanto, deve ser protegida e incentivada, e a mera vida (*zoe*), a vida nua desprovida de garantias e exposta à morte.

Mas, conceituaremos tais vidas como *vidas supérfluas*, conceito apresentado por Achille Mbembe em “*Políticas da Inimizade*” para denominar as vidas

[...]cujo preço é tão baixo que não equivale a nada, nem sequer como mercadoria e, ainda menos, humana – é uma espécie de vida cujo valor está fora da economia, correspondendo apenas ao tipo de morte que se lhe inflige (MBEMBE, 2017b, p.65).

Neste sentido as *vidas negras* são tidas como *vidas supérfluas*, pois na tecnologia *biopolítica*, para além de vistas como um *perigo biológico*, há um outro fator que destitui, cada vez mais, estas vidas de valor. Verificamos na história que os corpos negros foi a força produtiva suprema por séculos, durante a escravatura, gerando riquezas que viabilizaram a emergência de tecnologias para o nascimento de uma nova forma de produção da vida material, o capitalismo.

Descrevemos no primeiro capítulo que o *biopoder* fora essencial para as necessidades deste novo modo de produção, por disciplinar os corpos tornando-os úteis, produtivos e dóceis. Com o advento do capitalismo, surge a *biopolítica*, tecnologia também essencial para contribuir na produção de um *ótimo populacional*, ou seja, de um equilíbrio entre recursos e contingente populacional.

Todavia, para isso verifica-se que, se para a expansão do capitalismo as vidas negras foram úteis, produtivas, com o desenvolvimento do capitalismo neoliberal e as transformações técnicas deste modo de produção, o sistema capitalista passa a descartar cada vez mais a força de trabalho humana. Neste processo, conforme Leomir Hilário em “*Da biopolítica à necropolítica : variações foucaultianas na periferia do capitalismo*”

[...] na segunda metade do século XX, a ação é a de expulsar massas humanas, jogar pessoas no desemprego estrutural, empurrá-las para as periferias da cidade, para as prisões ou simplesmente aniquilá-las por meio das forças policiais, oficiais ou não (*expulsão*) (HILÁRIO, 2016, p.202).

Sabemos que a maioria dos corpos e das vidas que foram jogadas ao desemprego, às periferias, às prisões e, por fim, aniquiladas pelo aparelho policial, são corpos e *vidas negras*, que nesta economia foram destituídas de valor e passaram a compor o grande exército de reserva, em uma era em que o trabalho vivo se torna dispensável devido ao aumento da maquinaria. Como também “tem-se optado por manter em funcionamento a débil produção de valor às custas da barbarização dos laços sociais.” (HILÁRIO, 2016, p.202).

Neste sentido, vidas cuja força de trabalho já não é mais necessária ao modo de reprodução do capital, convertem-se de vidas úteis a supérfluas, criminalizadas, colocadas à margem, no fio da navalha e, portanto, vidas matáveis. Vidas que estão sempre a prestar contas com a morte.

No que tange a uma análise política, esta *conversão* traduz a passagem de uma *biopolítica*, ou seja, de uma política sobre a vida, que fomenta a vida, para um *necropolítica*, política voltada para a morte, “a subjugação da vida ao poder da morte” (MBEMBE, 2017b, p.151).

Este conceito apresentado por Achille Mbembe expande o conceito de *biopoder* cunhado por Michel Foucault, ao propor descrever o caráter dos mecanismos de controle e gestão da vida na contemporaneidade onde o capitalismo, cada vez mais, exclui. Amparado nas noções de *biopolítica*, *estado de exceção*<sup>59</sup> e *estado de sítio*, Mbembe articula tais conceitos e analisa a soberania enquanto um direito de matar.

Nesta articulação, o filósofo afirma ser o estado de exceção e a relação de inimizade – que as democracias liberais não param de alimentar ao apelar constantemente a uma noção ficcional de inimigo – o fator que sustenta e torna possível o direito de matar na contemporaneidade. Por esta análise o autor questiona se a noção de *biopoder* é suficiente para entendermos as práticas contemporâneas, em que o político sob o pretexto da luta contra o terror, contra as drogas, contra a violência, utiliza-se de guerras e torna a aniquilação do inimigo seu objetivo absoluto.

Na perspectiva do autor é a articulação de novas formas de dominação às antigas estratégias do poder que possibilita uma governamentalidade cuja característica principal é a

---

<sup>59</sup> A exceção é uma figura jurídica do constitucionalismo moderno, criada para que a vontade soberana, que tinha sido abolida pelo império da lei, viesse a surgir quando necessário. Neste sentido, a lei vigora durante a normalidade, porém nos casos de exceção a lei cede espaço à vontade do soberano. Segundo Castor Bartolomé Ruiz, “Na lógica da racionalidade instrumental moderna o objetivo de toda exceção não é implementar um autoritarismo ou outorgar poder a um determinado soberano, mas conseguir eficiência no controle da vida das pessoas consideradas perigosas para o conjunto da sociedade ou para o regime de governo. Dentro desta lógica, cabe perfeitamente a possibilidade de suspender a exceção quando o perigo ou a necessidade passar, retornando ao estado de normalidade social” (BARTOLOMÉ RUIZ, 2013, p.78)

sujeição da vida ao poder máximo da morte. De acordo com Jaime Alves em “*Necropolítica racial: a produção espacial da morte na cidade de São Paulo*”, para Mbembe nesta aparente irracionalidade que é uma política voltada para a morte, para o extermínio, há uma racionalidade política que através de técnicas e aparatos meticulosamente planejados, executam esta política de desaparecimento e de morte.

Tal política que subjuga a vida ao poder da morte apenas expressa as relações estabelecidas no neoliberalismo, sistema que opera buscando eliminar grupos que não tem lugar algum no seu seio. Logo, através do conceito de *necropoder* o autor busca enfatizar/descrever a primazia e a centralidade da morte como estratégia de governo e criação de *mundos-de-morte*, compreendido como “modos novos e únicos de existência social, nos quais vastas populações estão sujeitas a condições de vida muito próximas do estatuto de *mortos-vivos*” (MBEMBE, 2017b, p.152).

Acreditamos que o *racismo de Estado* busca, até a aniquilação física, condenar a população negra ao estatuto de *mortos vivos* como vemos nas vias supracitadas. Ao buscar esvaziar de humanidade, criminalizar e expor cotidianamente esta população à morte, quando o Estado, através do aparelho policial com o discurso de guerra às drogas, ou qualquer outro discurso que tenha como mote *a defesa da sociedade*, mata jovens negros ou ignora todas formas de crueldade exercidas sobre esta população, ele está apenas finalizando o processo de eliminação dos ditos *perigos biológicos, sociais, políticos*, dentre outros, do seu corpo social em defesa da sociedade para aqueles que lhe cabe proteger.

Por este fato, o *genocídio da juventude negra* não causa comoção, nem possui simbolismo, pois é tido como uma “solução coerente”. Dispensando rituais, lendas, alegorias e adereços simbólicos. Ademais, devemos lembrar que nesta tecnologia de poder

[...] o direito de matar é justificado como uma afirmação da própria vida, uma vez que a eliminação do diferente, do menos dotado, do menos capaz implica a purificação da raça, o melhoramento da população como um todo. A cada um que morre, o conjunto resultante é melhor que o anterior. O *racismo de Estado* é, pois, a feição moderna do evolucionismo e do darwinismo social novecentista (SOUZA; GALLO, 2002, p.47 ).

O *racismo de Estado* é em si “o motor do princípio *necropolítico*” (MBEMBE, 2017b,p.65), é o motor desta guerra que expressa o *modus operandi* do Estado brasileiro que é pragmático quando se confronta com corpos negros. Nos encontros de qualquer aparelho do Estado, em especial o aparelho policial, com estes corpos, o poder de decidir quem vive e quem morre, converte-se somente no direito de fazer morrer, porque nesta mecânica do poder, estes

corpos são vazios, matáveis e são mortes que “ninguém” se sente obrigado a responder, nem desenvolver qualquer sentimento de responsabilidade ou de justiça, muito menos exigir do Estado reparações<sup>60</sup>.

A *necropolítica* é o nome que devemos dar a esta face da gestão social que expõe à morte alguns em detrimento de outros e que o conceito de *racismo de Estado* buscou expressar até então. O *necropoder* bem expressa a guerra que é a gestão das vidas negras, dos imigrantes e de todos que não compartilham do Eu hegemônico branco, europeu, classe média, católico, cristão e heterossexual. Para estes, o que há é a exceção como norma e uma política voltada para a morte e eliminação de todas as potencialidades e formas de existências *diferentes*.

Por conseguinte, o genocídio, a eliminação física em escala industrial dos corpos negros que habitam vidas que não convém aos interesses do Estado é a expressão final do *racismo de Estado* que delimita e faz o corte entre o que deve viver e o que deve *morrer* em uma sociedade de normalização, onde, verdadeiramente o normal é Ser branco ou no mínimo similar.

Portanto, buscamos neste trabalho demonstrar, tendo como objeto a população negra, como o conceito de *racismo de Estado* e posteriormente de *necropolítica*, pode nos ajudar a compreender o que torna possível a eliminação física de grande parcela da população negra, em especial de sua juventude, pelo Estado sem que haja comoção social e uma devida atenção das mídias sociais.

Verificamos que houve um processo tão profundo de *alterocídio*, ou seja, de constituição do Outro “não como semelhante a si mesmo, mas objeto intrinsecamente ameaçador, do qual é preciso proteger-se, desfazer-se, ou que simplesmente, é preciso destruir [...]” (MBEMBE, 2017a, p.26), que reflete e sustenta a racionalidade dos Estados modernos e contemporâneos, tornando possível e justificável causar a morte de todos que coloquem em risco os interesses da *sociedade* e da raça digna de proteção e que merece viver.

De modo que a morte deste Outro, jovem negro, *que carrega no corpo todos os estereótipos negativos construídos durante a história* e possui no capitalismo avançado *uma vida supérflua*, seja compreendida como necessária para o “nosso” viver.

---

<sup>60</sup> A indiferença para com a mortandade de negros encontra o seu contraponto na indignação que assola o país, quando a vítima da violência são pessoas brancas de classe média alta, fatos que evidenciam quais vidas importam.

## CONSIDERAÇÃO FINAIS

### #VIDASNEGRASIMPORTAM<sup>61</sup>

O papel do intelectual não é mais o de se posicionar “um pouco a frente e um pouco ao lado” para dizer a verdade muda de todos; é antes o de lutar contra as formas de poder ali onde ele é, ao mesmo tempo, o objeto e o instrumento disso: na ordem do “saber”, da “verdade”, da “consciência”, do “discurso”.<sup>62</sup>  
Foucault.

Tive como intuito nesta dissertação utilizar os conceitos foucaultianos como uma caixa de ferramenta que permitisse-nos compreender, pela perspectiva filosófico política, que o Estado é uma máquina de guerra, que reinsere a guerra presente no corpo social nas suas dinâmicas e instituições, buscando pelo dispositivo do *racismo* e suas diferentes vias, eliminar, calculadamente, as *vidas* que ele estipula serem *vidas* perigosas para a saúde social e o *continuum* biológico da espécie/raça que o mesmo protege.

Neste sentido, pensar *com* Michel Foucault e Mbembe e os demais autores utilizados, as vias pelas quais o Estado condena à morte algumas vidas, tendo como alicerce os conceitos de *biopoder*, *racismo de Estado* e *necropolítica*, nos permite visualizarmos o modo como se dão as relações de poder entre o Estado e os indivíduos em uma sociedade de segurança, que assegura apenas alguns.

Como também, nos permite inserir no pensamento filosófico-político, a discussão contemporânea sobre as consequências do excesso de poder do Estado sobre a vida, que em nossa realidade, subjuga à morte *vidas negras*. Fato que podemos constatar no decorrer do trabalho, como também no *Relatório final da CPI do Senado sobre o Assassinato de Jovens* no Brasil que fora publicado em 2016.

---

<sup>61</sup> #vidasnegrasimportam é uma hashtag que surge devido a campanhas do Movimento Negro, como de organizações como as Nações Unidas pelo fim do genocídio da juventude/população negra no Brasil. No entanto, esta campanha é influenciada pelo movimento afro-americano *Black Lives Matter* nos Estados Unidos, que desde 2013, luta contra a violência policial direcionada a pessoas negras. Sobre a Campanha Vidas Negras da ONU conferir em <https://nacoesunidas.org/vidasnegras/>.

<sup>62</sup> FOUCAULT, 2006, p.39.

Este relatório demarca estarmos vivenciando um genocídio da população negra, conforme os índices de mortalidade que atingem níveis de países em guerra<sup>63</sup>. Para nós, tal genocídio é a constatação que o genocídio é o sonho dos poderes modernos, e podemos dizer contemporâneos, “porque o poder se situa e exerce ao nível da vida, da espécie, da raça e dos fenômenos maciços da população” (FOUCAULT, 1988, pp.149-150) e o *xequê mate* do *racismo de Estado*, o dispositivo da morte, é a aniquilação física dos indivíduos construídos como inimigos.

Tendo como chave de leitura os conceitos foucaultianos apresentados, consideramos que a morte em escala industrial de jovens no Brasil é um problema filosófico-político e nós, enquanto formadores de opinião e sobretudo intelectuais, não podemos permitir que a face soberana do Estado, a *necropolítica*, vença esta guerra e dissipe cada vez mais e, precocemente, essas vidas.

Os jovens negros lutam diariamente para terem expectativas de vida, pois bem sabem o que é já nascer tendo perspectivas de morte, em nosso país. O *racismo de Estado*, que podemos compreender por *racismo* institucional, historicamente ceifa vidas e sonhos. Mas, nós, estudantes e futuros intelectuais, somos os porta-vozes da nossa comunidade e não podemos deixar de fazer o diagnóstico de nosso presente e lutar pela transformação do nosso social.

É necessário tomarmos medidas multidimensionais. É preciso desconstruirmos essa visão binária que sustenta as nossas relações para que todos/todas continue a existir e verdadeiramente viver. Urge a filosofia reconhecer e colocar na sua agenda o problema do *racismo*. Reconhecer que ele é o motor das nossas relações. É uma faca ambilateral, que busca estipular o que se deve Ser, o que se deve Ter, o que se deve Saber, o que se deve Pensar, Vestir, Orar, Amar, Sentir, onde se deve Morar e o que se deve Matar.

Tal reconhecimento é importante para compreendermos que é o *racismo* que está ditando que *vidas negras não importam*. E tal reconhecimento é o primeiro passo para viabilizarmos um processo de desconstrução desta estrutura que tem o *racismo* como “formador fundamental do interior e do acabamento”.

---

<sup>63</sup> Segundo o relatório final da CPI de Assassinato de Jovens, no Brasil “os homicídios dolosos são uma triste realidade: 56.000 pessoas são assassinadas todos os anos no País, o que equivale a 29 vítimas por 100.000 habitantes, índice considerado epidêmico pela Organização das Nações Unidas (ONU). Este patamar vergonhoso e preocupante tem se mantido inalterado ao longo de três décadas, com pequenas variações. Importante salientar que a vitimização apresenta padrões particulares: 53% das vítimas são jovens; destes, 77%, negros e 93% do sexo masculino. Os homicídios dolosos são a primeira causa de morte entre os jovens. Ademais, o risco não se distribui aleatória e equitativamente por todos os segmentos sociais e raças, ao contrário, concentra-se na camada mais pobre e na população negra, reproduzindo e aprofundando as desigualdades sociais e o racismo estrutural.” (RELATÓRIO CPI ASSASSINATO DE JOVENS, 2016)

Juntamente com muitos intelectuais e militantes, nós devemos ser os eruditos desta batalha<sup>64</sup>, porque a guerra não terminou e as batalhas decisivas, nós temos de vencê-las. Para isso, acreditamos que tal enfrentamento não deve se dar na “luta armada”, no combate direto, pois o Estado é armado. Acreditamos que esse enfrentamento, esta batalha, deve ser travada, sobretudo, na arena intelectual.

Na transformação das mentalidades, na desconstrução de concepções negativas sobre a população negra. É necessário reconhecermos a humanidade destes indivíduos. Reconhecer que negros e negras merecem viver e viver dignamente. Deste modo, é urgente a filosofia refletir sobre as ações do Estado, mais particularmente do aparato policial e jurídico em nossa contemporaneidade, com o intuito de nos ajudar a enfrentar, da melhor maneira, essa questão vital.

O povo negro organizado desde sempre gritou em alto e bom som que “*VIDAS NESGRAS IMPORTAM*”. No entanto, é preciso trabalharmos para que este grito parta de todos nós, a fim de que em um futuro próximo tenhamos uma nação que, de fato, assegure e valorize a vida de todos/todas. Seja justa, igualitária e famílias, mães, irmãos, amigos, amantes não tenham mais que chorar pela morte precoce e desumana dos seus, muito menos transformar o luto em luta.

Portanto, orientemo-nos e façamos valer nossas vozes. Lutemos pelo reconhecimento da humanidade da população negra.

Façamos *viver*, pois #VIDASNEGRASIMPORTAM!

---

<sup>64</sup> FOUCAULT, 1999, p.60.

## REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. O que é um dispositivo? In: *Revista Outra travessia*, nº 5, 2 semestre de 2005. Tradução: Nilceia Valdati. Disponível em <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/Outra/article/view/12576/11743>> Acesso em 02 nov. 2017.

\_\_\_\_\_. *Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua I*. Trad. Henrique Burigo. Belo Horizonte: UFMG, 2010.

\_\_\_\_\_. *Estado de exceção*. Tradução de Iraci D. Poleti. São Paulo: Boitempo, 2004 (Estado de sitio).

ALVES, Jaime Amparo. Necropolítica racial: a produção espacial da morte na cidade de São Paulo. *Revista APBN – Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (as)*, v. 1, n. 3, nov. 2010, fev. 2011, p. 89-114. Disponível em <<http://abpnrevista.org.br/revista/index.php/revistaabpn1/article/view/276/256>> Acesso 10 jan. 2018.

ARENDT, Hannah. *Origens do totalitarismo*. Tradução Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das letras, 1989.

ARISTÓTELES. *Política*. Tradução: António Campelo Amaral e Carlos Gomes. Edição bilíngue, Vega, 1998.

AYUB, João Paulo. *Introdução à analítica do poder em Michel Foucault*. São Paulo: Intermeios, 2014. 124 p.

ASSUMPÇÃO, Vinicius de Souza. A gestão do corpo negro no brasil: da democracia racial ao genocídio. *Revista de Criminologias e Políticas Criminais*. Brasília, v. 3, n. 1, p. 20 – 41, Jan/Jun. 2017. ISSN: 2526-0065. Disponível em <<http://indexlaw.org/index.php/revistacpc/article/view/2136>> Acesso em 03 nov. 2017.

BAPTISTA, Ligia Pavan. Guerra e paz na teoria política de Thomas Hobbes.. In: 3º ENCONTRO NACIONAL ABRI 2011, 3., 2011, São Paulo. *Proceedings online*. Associação Brasileira de Relações Internacionais Instituto de Relações Internacionais – USP. Disponível em<[http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=MSC0000000122011000300004&lng=en&nrm=abn](http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC0000000122011000300004&lng=en&nrm=abn)>. Acesso em 22 de mai. 2017

BARTOLOMÉ RUIZ, Castor. *O estado de exceção e o controle biopolítico das sociedades*. In: PENSARELI, Daniel (Org). *Filosofia latino-americana: suas potencialidades, seus desafios*. São Paulo: Terceira Margem, 2013, pp.67-95.

BERNARDES, Célia Regina Ody. *Racismo de estado: uma reflexão a partir da crítica da razão governamental de Michel Foucault*. Curitiba: Juruá, 2013. 172p.

BOBBIO, Norberto. *Dicionário de política I*. Tradução Carmen C, Varriale, rev. geral João Ferreira e Luis Guerreiro Pinto Cascais. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.



BRANCO, Guilherme Castello. O racismo no presente histórico: a análise de Michel Foucault. In: *Kalagatos, Revista de Filosofia do Mestrado Acadêmico em Filosofia da UECE*, Fortaleza, v.1, nº 1, Inverno 2004, pp. 129-144.

BRASIL. *Relatório Final CPI Assassinato de Jovens, 2016*, 155p. Disponível em <http://www12.senado.leg.br/noticias/arquivos/2016/06/08/veja-a-integra-do-relatorio-da-cpi-do-assassinato-de-jovens> . Acesso em 07 ago. 2016

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Geral. *Mapa do encarceramento: os jovens do Brasil*. Secretaria-Geral da Presidência da República e Secretaria Nacional de Juventude. – Brasília: Presidência da República, 2015. 112 p. Disponível em < [http://juventude.gov.br/articles/participatorio/0010/1092/Mapa\\_do\\_Encarceramento - Os jovens do brasil.pdf](http://juventude.gov.br/articles/participatorio/0010/1092/Mapa_do_Encarceramento_-_Os_jovens_do_brasil.pdf)> Acesso em 19 nov. 2017.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Governo. *Índice de vulnerabilidade juvenil à violência 2017: desigualdade racial, municípios com mais de 100 mil habitantes*. Secretaria de Governo da Presidência da República, Secretaria Nacional de Juventude e Fórum Brasileiro de Segurança Pública. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2017. 87 p. Disponível em <<http://unesdoc.unesco.org/images/0026/002606/260661por.pdf>> Acesso em 25 jan. 2018

BRASIL. *DECRETO Nº 30.822, DE 6 DE MAIO DE 1952*. Promulga a convenção para a prevenção e a repressão do crime de Genocídio, concluída em Paris, a 11 de dezembro de 1948, por ocasião da III Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas. Disponível em < <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=108254>> Acesso em: 18 jul. 2016.

BRASI. *DECRETO-LEI Nº 7.967 DE 18 DE SETEMBRO DE 1945*. Dispõe sobre a Imigração e Colonização e dá outras providencias. Disponível em < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/1937-1946/Del7967.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del7967.htm)> Acesso em 13 dez. 2017

BRASIL. *DECRETO Nº 847, DE 11 DE OUTUBRO DE 1890*. Promulga o Código Penal. Disponível em < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1851-1899/d847.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/d847.htm)> Acesso em 13 dez. 2017.

CAIXETA, Renato Reis. *O conceito do político em Carl Schmitt: a distinção entre amigo-inimigo como a relação política genuína*. Monografia (Bacharelado em Filosofia), Universidade de Brasília, Brasília, 2012, 66p. Disponível em <[http://bdm.unb.br/bitstream/10483/4093/1/2012\\_RenatoReisCaixeta.pdf](http://bdm.unb.br/bitstream/10483/4093/1/2012_RenatoReisCaixeta.pdf)> Acesso em 03 jan. 2018.

CANDIOTTO, Cesar (2012). Disciplina e segurança em Michel Foucault: a normalização e a regulação da delinquência. *Psicologia & Sociedade*, 24 (n. spe.), 18-24. Disponível em < <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v24nspe/04.pdf>> Acesso em 02 nov. 2017.

\_\_\_\_\_. *Cuidado da vida e dispositivos de segurança: a atualidade da biopolítica*. In: BRANCO, Guilherme Castello; VEIGA-NETO, Alfredo (orgs). Foucault: filosofia & política. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

CARDOSO, Thiago. *A arte de governar na filosofia de Michel Foucault: o biopoder, o inimigo e o racismo*. (Dissertação de Mestrado), Programa de Pós-graduação em Filosofia, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2008. Disponível em < [http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos\\_teses/FILOSOFIA/Dissemtacoes/Tiago\\_Cardoso.pdf](http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos_teses/FILOSOFIA/Dissemtacoes/Tiago_Cardoso.pdf)> Acesso 12 dez. 2016.

CARDOSO, Lourenço. A branquitude acrítica revisitada e a branquitude. *Revista da ABPN*, Florianópolis, v. 6, n. 13, p. 88-106, mar./jun. 2014.

CARNEIRO, S. A. *A construção do Outro como Não-Ser como fundamento do Ser*. Tese (Doutorado em Educação), Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. 339p. Disponível em < <https://negrasoulblog.files.wordpress.com/2016/04/a-construcao-do-outro-como-nao-ser-como-fundamento-do-ser-sueli-carneiro-tese1.pdf>> Acesso 30 jun. 2017

CASTRO, Edgardo. *Vocabulário de Foucault: um percurso sobre os seus temas, conceitos e autores*. Tradução Ingrid Müller Xavier. Belo Horizonte: Autêntica, 2009. 477 p.

CARVALHO, Salo. O encarceramento seletivo da juventude negra brasileira: a decisiva contribuição do poder judiciário. *Revista Faculdade de Direito UFMG*, Belo Horizonte, n. 67, pp. 623 - 652, jul./dez. 2015. DOI: 10.12818/P.0304-2340.2015v67p623. Disponível em < <https://www.direito.ufmg.br/revista/index.php/revista/article/view/1721>> Acesso em 10 jan. 2018.

CLAUSEWITZ, CARL von. *Da guerra*. Tradução Maria Teresa Ramos. São Paulo: Martins fontes, 1996.

DELEUZE, Gilles. ¿Que és un dispositivo? In: *Michel Foucault, filósofo*. Tradução de Wanderson Flor do Nascimento. Barcelona: Gedisa, 1990, pp. 155-161.. Disponível em < <http://eps.otics.org/material/entrada-outras-ofertas/artigos/gilles-deleuze-o-que-e-um-dispositivo/view>> Acesso em 02 nov. 2017

DIAZ, Esther. *A filosofia de Michel Foucault*. Tradução Cesar Candioto. São Paulo : Ed. da UNESP, 2012. 227 p.

DUARTE, Evandro Charles Piza. *Criminologia e racismo: introdução ao processo de recepção das teorias criminológicas no brasil*. Dissertação de Mestrado. Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1988. 399p. Disponível em < <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/77655>> Acesso 20 dez. 2017

DUARTE, Evandro Pizza; QUEIROZ, Marcos Vinícius Lustosa; COSTA, Pedro Argola. A hipótese colonial, um diálogo com Michel Foucault: a modernidade e o Atlântico Negro no centro do debate sobre racismo e sistema penal. *Universitas JUS*, v. 27, n. 2, pp. 1-31, 2016. Disponível em < <https://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/jus/article/viewFile/4196/3266>> Acesso em 11 jan. 2018.

FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008, 194 p.

FARIA, Peter de Souza Lima. *A noção de dispositivo na genealogia do poder*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Minas Gerais, 2014, 133p. Disponível em <

[http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/BUBD9ZXNDA/disserta\\_o\\_revisada.pdf?sequence=1](http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/BUBD9ZXNDA/disserta_o_revisada.pdf?sequence=1)> Acesso 27 ago. 2017

FAUSTO, Boris. *Crime e cotidiano: a criminalidade em São Paulo (1880-1924)*. Editora brasiliense, 1984. Disponível em < [http://www.cedec.org.br/files\\_pdf/Crimeecotidiano.pdf](http://www.cedec.org.br/files_pdf/Crimeecotidiano.pdf)> Acesso em 08 jan. 2018.

FBSP. *Atlas da violência 2017*. Rio de Janeiro. 2017. Disponível em < <http://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/2/2017>> Acesso em 13 nov. 2017.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 1977, 280 p.

\_\_\_\_\_. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Tradução: Maria Thereza da Costa Albuquerque e José Augusto Guilhon Alburquerque. 18ª ed. Rio de Janeiro. Graal, 1988.

\_\_\_\_\_. *Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)*. São Paulo: Martins Fontes, 1999

\_\_\_\_\_. *É inútil revoltar-se?* In: *Ética, sexualidade, política*. Organização e seleção de textos Manoel Barros da Motta. Tradução: Elisa Monteiro, Inês Autran Dourado Barbosa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004. (Ditos e escritos V). Disponível em [http://minhateca.com.br/Silvio.Jose.Benelli/Documentos/Filosofia/Foucault/FOUCAULT\\*2c+Michel.+Ditos+e+escritos+V,1172755116.pdf](http://minhateca.com.br/Silvio.Jose.Benelli/Documentos/Filosofia/Foucault/FOUCAULT*2c+Michel.+Ditos+e+escritos+V,1172755116.pdf). Acesso em 30 ago. 2017.

\_\_\_\_\_. *A verdade e as formas jurídicas*. Tradução Roberto Cabral de Melo Machado e Eduardo Jardim Moraes. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2005. 160p.

\_\_\_\_\_. *O que são as luzes?* In: FOUCAULT, Michel. *Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento*. (Coleção Ditos e escritos II). Tradução: Elisa Monteiro, 2 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005, pp.335-351.

\_\_\_\_\_. *Estratégias poder-saber*. Organização e seleção de textos Manoel Barros da Motta; Tradução: Vera Lucia Avellar Ribeiro. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006. Coleção Ditos e escritos IV.

\_\_\_\_\_. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 2007. 295 p.

\_\_\_\_\_. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Tradução Raquel Ramalhete. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008, 288p.

\_\_\_\_\_. *Segurança, território e população*: Tradução Eduardo Brandão; revisão da tradução Claudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

\_\_\_\_\_. *As malhas do poder*. (Coleção Ditos e escritos VIII). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

\_\_\_\_\_. *O sujeito e o poder*. In: Genealogia da ética, subjetividade e sexualidade. (Coleção Ditos e escritos IX). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.

\_\_\_\_\_. *A sociedade punitiva: curso no Collège de France (1972-1973)*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2015.

\_\_\_\_\_. *Le jeu de Michel Foucault*. Entrevista disponível em < <http://1libertaire.free.fr/MFoucault158.html>> Acesso em 02 nov. 2017

FONSECA, Márcio Alves da. *Michel Foucault e o direito*. São Paulo: Max Limond, 2002.

GOMES, Fernando Bertani. Escalas da *necropolítica*: um ensaio sobre a produção do ‘outro’ e a territorialização da violência homicida no Brasil. *Geografia, Ensino & Pesquisa*, Vol. 21 (2017), n.2, p. 46-60. ISSN: 2236-4994 DOI: 10.5902/2236499427000. Disponível em < <https://periodicos.ufsm.br/geografia/article/viewFile/27000/pdf>> Acesso em 22 jan. 2018.

GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. In: BRASIL. *Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei federal nº 10.639/03*. Brasília, MEC, Secretaria de educação continuada e alfabetização e diversidade, 2005. pp. 39 – 62. Disponível em < <http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/10/Alguns-termos-e-conceitos-presentes-no-debate-sobre-Rela%C3%A7%C3%B5es-Raciais-no-Brasil-uma-breve-discuss%C3%A3o.pdf>> Acesso em 10 jul. 2016.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio. *Racismo e anti-racismo no Brasil*. 34 ed. São Paulo, Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo, 1999.

HEGEL, G.W. Friedrich. *Filosofia da História*. Brasília, Editora da UnB, 1999.

HEIDEGGER, Martin. *Ser e tempo*. Tradução revisada e apresentação de Marcia Sá Cavalcante Schuback. 10 ed. Petrópolis, RJ: Vozes; Bragança Paulista. SP: Editora Universitária São Francisco, 2015.

HILÁRIO, Leomir Cardoso. Da biopolítica à necropolítica: variações foucaultianas na periferia do capitalismo. *Sapere aude*, Belo Horizonte, v. 7, n. 12, p. 194-210, Jan./Jun. 2016 – ISSN: 2177-6342. Disponível em < <http://periodicos.pucminas.br/index.php/SapereAude/article/view/P.2177-6342.2016v7n13p194/9735>> Acesso em 21 jun. 2016.

HOBBS, Thomas. *Leviatã ou matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil*. Tradução Daniel Moreira Miranda. São Paulo: EDIPRO 2015. 615 p.

JUNIOR, Walter Guandalini. *A crise da sociedade de normalização e a disputa jurídica pelo biopoder: o licenciamento compulsório de patentes de anti-retrovirais*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, Paraná 17 de agosto de 2006. Disponível em < <http://www.dominiopublico.gov.br/download/teste/arqs/cp009211.pdf>> Acesso em 30 out. 2017.

KANT, Emmanuel. *Observações sobre o sentimento do belo e do sublime*. Campinas, Papirus, 1993.

LAZZARIN, Joel Felipe. *Os dispositivos de poder e a construção da subjetividade do excluído em Michel Foucault: implicações jurídicas e desafios sociais*. Dissertação de Mestrado, Programa de pós-graduação em Filosofia, Universidade do Vale do Rio dos Sinos. 2007, 149 p. Disponível em <  
<http://www.repositorio.jesuita.org.br/bitstream/handle/UNISINOS/2027/dispositivos%20de%20poder.pdf?sequence=1>> Acesso em 30 out. 2017.

LEON, Farhi Neto. *Biopolítica em Foucault*. Dissertação de Mestrado, Departamento de Filosofia, Universidade Federal de Santa Catarina, 2007, 147 p. Disponível em <  
<http://livros01.livrosgratis.com.br/cp059382.pdf>> acesso 20 out. 2017.

LIMA, Alberto Jorge Correia de Barros; SILVA, Nathália Ribeiro Leite. A américa latina e sua criminologia: de seu surgimento à “criminologia da libertação”. *Revista da ESMAL*, Maceió-AL, n.1, p. 125-158, 2016. Disponível em <  
<http://revistadaesmal.tjal.jus.br/index.php/revistaEletronicaEsmal/article/view/30>> Acesso em 23 jan. 2018.

LORAS, Alexandra Baldeh; MACHADO, Carlos Eduardo Dias. *Gênios da humanidade: ciência, tecnologia e inovação africana e afrodescendente*. São Paulo: DBA Artes Gráficas, 2017.

MACHADO, Roberto. *Por uma genealogia do poder*. In: FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 2007. 295 p

\_\_\_\_\_. *A genealogia do poder*. In: *Ciência e saber. A trajetória da arqueologia de Foucault*. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

MILITÃO, Maria Socorro Ramos. *Reforma Intelectual e Moral: perspectiva de construção*. Trabalho apresentado no I Simpósio Internacional Marx Gramsci: pensar a sociedade contemporânea. Uberlândia, 2011. Não publicado.

MIR, Luís. *Guerra civil: estado e trauma*. São Paulo: Geração Editorial, 2004.

MBEMBE, Achille. *Crítica da razão negra*. Tradução Marta Lança. Editora Antígona, Portugal, 2017a, 2º edição. 306p.

MBEMBE, Achille. *Políticas da inimizade*. Tradução Marta Lança. Editora Antígona, Portugal, 2017b. 250p.

MONTESQUIEU. Charles de Secondat, Baron de. *O espírito das leis*. Tradução Cristina Murachc. São Paulo: Martins Fontes, 1996, p. 257. Disponível em <  
[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2963710/mod\\_resource/content/0/Montesquieu-O-espírito-das-leis\\_completo.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2963710/mod_resource/content/0/Montesquieu-O-espírito-das-leis_completo.pdf)> Acesso em 28 nov. 2017

MOORE, Carlos. *Racismo e sociedade: novas bases epistemológicas para entender o racismo*. Belo Horizonte: Mazza. Edições, 2007. 320 p.

MOURA, João Clemente A. Quaresma de. *O poder na obra de Foucault e as estratégias do contemporâneo*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC- RIO. Disponível em < [https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/9999/9999\\_4.PDF](https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/9999/9999_4.PDF)> Acesso em 10 jun. 2017

NASCIMENTO, Abdias do. *O genocídio do negro brasileiro: processo de racismo mascarado*. 2 ed. São Paulo: Perspectiva, 2017, 232p.

\_\_\_\_\_. *O quilombismo*. Petrópolis: Vozes, 1980.

NGOENHA, Severino Elias. *Os tempos da filosofia: filosofia e democracia moçambicana*. Maputo. Imprensa Universitária, 2004.

\_\_\_\_\_. *Filosofia africana das independências às liberdades*. Maputo. Edições Paulistas – África, 1993.

PELBART, Peter Pál. *Estamos em guerra*. Disponível em < <https://outraspalavras.net/brasil/peter-pal-pelbart-estamos-em-guerra/>> Acesso em 15 out. 2017.

PRAXETES, Walter. *Eurocentrismo e racismo nos clássicos da filosofia e das ciências sociais*. Disponível em < [http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos\\_teses/FILOSOFIA/Artigos/Walter\\_Praxedes.pdf](http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos_teses/FILOSOFIA/Artigos/Walter_Praxedes.pdf)> Acesso em 06 dez. 2017.

QUEIROZ, L. O genocídio da juventude negra. In: *Geledés: Violência racial e policial*. Disponível em < <http://www.geledes.org.br/o-genocidio-da-juventude-negra-no-brasil/#ixzz49ezCcl4U>> Acesso em 08 ago. 2016.

RESENDE, Haroldo de. Sociedade avaliativa: o exame como mecanismo de controle e gestão populacional. In: CARVALHO, Alexandre Filordi de; GALLO, Silvio. (Orgs). *Repensar a educação: 40 anos após Vigiar e Punir*. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2015.

\_\_\_\_\_. A prisão segundo Michel Foucault. In: CALOMENI, Tereza Cristina Barreto (Org). *Michel Foucault: entre o murmúrio e a palavra*. Campos, RJ: Editora Faculdade de Direito de Campos, 2004. pp.79-100.

\_\_\_\_\_. Disciplina e regulamentação: entrecruzamento entre sistema carcerário e biopolítica. In: RESENDE, Haroldo (Org). *Michel Foucault: transversais entre educação, filosofia e história*. Belo horizonte, Ed: Autêntica, 2011, pp.77-90.

\_\_\_\_\_. *A norma entre mecanismos de disciplina e dispositivos de segurança*. 2017, 13p. Não publicado.

RAGO, Margareth. Org; GALLO, Silvio, Org. *Michel Foucault e as insurreições: é inútil revoltar-se?*. São Paulo:CNPQ, Capes, Fapesp, Intermeios, 2017, 394p.

REVEL, Judith. *Foucault: conceitos essenciais*. Tradução de Carlos Piovezani Filho e Nilton Milanez. São Carlos: Claraluz, 2005.

\_\_\_\_\_. Nas origens do biopolítico: de vigiar e punir ao pensamento da atualidade. In: GONDRA, José; COHAN, Walter (Orgs). *Foucault 80 anos*, Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

RIBEIRO, Lúcio Ronaldo Pereira. *Da vadiagem e dos vadios*. Disponível em < <http://www.buscalegis.ufsc.br/revistas/files/anexos/11107-11107-1-PB.htm>> Acesso em 07 jan. 2018.

RIBEIRO, Igo Gabriel Santos; BENELLI, Sílvio José. Jovens negros em conflito com a Lei. *Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos*. Bauru, v. 5, n. 1, p. 245-262, jan./jun., 2017. Disponível em <<http://www2.faac.unesp.br/ridh/index.php/ridh/article/view/476/210>> Acesso em 03 jan. 2018.

ROUSSEAU, Jean Jacques. *Do contrato social*. Tradução de Lourdes Santos Machado, São Paulo: Nova Cultural Ltda, 1999.

SANTOS, Gislene Aparecida dos. *A invenção do “ser negro”: um percurso das ideias que naturalizaram a inferioridade dos negros*. São Paulo: Educ/Fapesp, Rio de Janeiro: Pallas, 2002, 176p.

SCHUCMAN, Lia Vainer. *Racismo e antirracismo: a categoria raça em questão*. In: *Psicologia Política*, v. 10, nº19, pp.41-55, Jan-Jun, 2010. Disponível em < <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpp/v10n19/v10n19a05.pdf>> Acesso em: 18 Jul. 2016.

SCHMITT, Carl. *O conceito do político*. Teoria do Partisan. Tradução: Geraldo de Carvalho. Belo Horizonte: Del Rey, 2008, p.264. Disponível em < <http://petdireito.ufsc.br/wp-content/uploads/2016/10/Conceito-do-pol%C3%ADtico-Carl-Schmitt.pdf>> Acesso em 27 dez. 2017.

STASSUN, Cristian Caê Seemann. ASSMANN, Selvino José. *Dispositivo: Fusão de objeto e método de pesquisa em Michel Foucault*. DOI: 10.5007/1984-8951.2010v11n99p72. *Cad. de Pesq. Interdisciplinar. em Ciências. Humanas.*, Florianópolis, v.11, n.99, p. 72-92, jul/dez. 2010. Disponível em < <https://periodicos.ufsc.br/index.php/cadernosdepesquisa/article/view/14744>> Acesso 02 nov. 2017.

SOUZA, Regina Maria de; GALLO, Silvio. Porque matamos o barbeiro: reflexões preliminares sobre a paradoxal exclusão do outro. *Educação & Sociedade*, ano XXIII, no 79, Agosto/2002, pp. 39-63. Disponível em < <http://www.scielo.br/pdf/es/v23n79/10848.pdf>> Acesso em 08 jan. 2018.

TÔRRES, Moisés Romanazzi. Os conceitos aristotélicos de cidade e de cidadão. *Revista Outros Tempos*, volume 02, 2005, p. 01-10. ISSN 1808-8031. Disponível em < <http://www.outrostempos.uema.br/volume02/vol02art01.pdf>> Acesso em 22 dez. 2017.

TREVISAN, M. C. —É como se a cada dia derrubássemos um avião lotado de jovens. In: *Geledés: Violência racial e policial*. Disponível em < <http://www.geledes.org.br/e-como-se-a-cada-dois-dias-derrubassemos-um-aviao-lotado-de-jovens/#ixzz49fE4MshQ>> Acesso em: 18 Jul. 2016.

VEIGA-NETO, Alfredo. *Guerras*. Disponível em <  
<http://www.michelfoucault.com.br/files/Guerras%20-%2030nov14.pdf>> Acesso em 10 abr.  
2017.

WASELFISZ, Júlio Jacobo. *Mapa da violência, homicídios por armas de fogo no Brasil*, 2016. Brasília: Ministério da Justiça e Cidadania, Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), Flasco Brasil, 2016. 74p. Disponível em <  
[http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2016/Mapa2016\\_armas\\_web.pdf](http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2016/Mapa2016_armas_web.pdf)> Acesso em 09 set.  
2016.